

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANA LUCIA ESTEFANI PEREIRA DOS REIS

**O TRABALHO PEDAGÓGICO NA CONCEPÇÃO DO CUIDAR E EDUCAR:
PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

FRANCA

2018

ANA LUCIA ESTEFANI PEREIRA DOS REIS

**O TRABALHO PEDAGÓGICO NA CONCEPÇÃO DO CUIDAR E EDUCAR:
perspectivas e desafios na Educação Infantil**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

Orientado(a): Prof(a). Dr(a). Maria Cristina Piana

FRANCA

2018

Reis, Ana Lucia Estefani Pereira dos.

O trabalho pedagógico na concepção do cuidar e educar:
perspectivas e desafios na Educação Infantil / Ana Lucia Estefani
Pereira dos Reis. –Franca: [s.n.], 2018.

134 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Esta-
dual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Maria Cristina Piana.

1. Serviço Social – Educação. 2. Educação de crianças.
3. Serviço social escolar. I. Título.

CDD – 362

ANA LUCIA ESTEFANI PEREIRA DOS REIS

**O TRABALHO PEDAGÓGICO NA CONCEPÇÃO DO CUIDAR E EDUCAR:
PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:_____

Profa. Dra. Maria Cristina Piana

1º Examinadora:_____

Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira- UNESP

2º Examinadora:_____

Profa. Dra. Lúcia Aparecida Parreira- UNIFEB

Franca/SP, 21 de agosto de 2018.

**Dedico aos meus pais Neusa e Antonio (In memorian) que me deram a maior
riqueza que alguém possa receber, a educação.
Ao meu filho Mathias, que muitas vezes estive ausente e ao meu marido Lucas
pelo companheirismo e compreensão.
Às pessoas que diretamente ou indiretamente participaram deste trabalho.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela graça da vida.

Após a morte de meu pai, à minha mãe Neusa que com amor e estima nos criou e nos educou, sendo pai e mãe com todas suas responsabilidades e nunca nos deixando faltar nada com enorme sacrifício. Minha família consanguínea, minha mãe, irmã Isabela e sobrinha Cecília, que fazem parte dessa história, sonhos, persistências e conquistas, o meu amor eterno.

Ao meu marido Lucas que desde o início esteve comigo, me apoiando e me fortalecendo em todos os momentos, não me deixando desanimar perante as dificuldades. Ao meu filho Mathias que me deu a honra de ser sua mãe, sendo concebido no caminhar deste trabalho, e que nos trouxe tanta alegria e amor. Com vocês descobri o que é lutar por uma família, amo vocês.

À minha amiga Cátia Aparecida Spagnol, na qual dedico especialmente com amor e carinho este trabalho, pois ela que me encaminhou e incentivou à realização desta pesquisa, acreditando na minha capacidade e me apoiando em tudo o que eu precisasse. Juntas iniciamos uma caminhada de lutas e glórias e agradeço o impulso por tudo que conquistamos. Meu muito obrigada.

À minha sogra Lucia, que não mediu esforços para me ajudar a alcançar essa conquista. Prestativa como sempre, cuidou do neto com muito esmero para que eu pudesse realizar esse trabalho com qualidade. Sem sua ajuda, talvez não conseguiria concluir, você foi imprescindível. Ao meu sogro pela paciência, à minha cunhada Karoline sempre prestativa, e ao meu cunhado Danilo.

Aos meus amigos, Andreza, Antonio e Camila que acompanharam essa caminhada. Viajamos juntos, nos divertimos, desabafamos, compartilhamos muitos momentos e experiências. Com vocês essa jornada foi mais fácil.

Aos colegas que a UNESP nos permitiu fazer, muitas histórias compartilhadas, experiências vividas e muita bagagem para levar para a vida.

À todas as minhas amigas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Colina, Cristina, Maria Alice, Pâmela, Camila, Luíza, Elaine (coordenadora), Elaine (fonoaudióloga), Ana Paula, Jane que me incentivaram o tempo todo, me auxiliando no que fosse preciso, em especial à Secretária de Educação Elizabete que não mediu esforços para que eu alcançasse esse sonho.

À minha orientadora, não tenho palavras para agradecer o acolhimento. Maria Cristina Piana, você foi a luz no fim do túnel, quando eu achava que não iria ter forças para continuar, você me incentivou e deu ânimo. Prontamente me adotou num percurso tão difícil e sofrido. Você foi essencial no processo de construção dessa dissertação, contribuindo com todo seu conhecimento e paciência.

À Profª Dra. Eliana Canteiro Bolorino, na qual tive a oportunidade de conhecer primeiramente em minhas aulas como aluna especial, e que me deu todo o respaldo quando passei por mudanças complicadas e indecisas. Com toda paciência e profissionalismo me auxiliou a percorrer o caminho certo.

Aos grupos de pesquisa no qual eu participo, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre família: Profº. Dr. Mário José Filho no Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação de Franca, pelas ausências e entendimento de todos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP-Franca, pela disponibilidade e pelo comprometimento que sempre me trataram! Obrigada aos técnicos Mauro, Maisa, Erick, Valter e Tadeu.

Às participantes da pesquisa que me antederam prontamente no auxílio e participação neste trabalho, pois sem vocês nada disso seria possível. Obrigada por acreditarem na Educação.

À equipe E.M.E.I. Vereador José Ângelo, pois sem a participação de vocês, a minha pesquisa não teria apresentado resultados tão significativos em relação ao educar e cuidar na Educação Infantil, contribuindo para a melhoria da Educação nesse país.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram com a construção deste trabalho, mas principalmente com minha formação pessoal, pois evoluímos nossos conhecimentos diante das relações com as pessoas que convivemos.

Nessa trajetória obtive muito conhecimento, mas também, construí muitos laços de amizades. E são todas essas alegrias e aprendizado que levo para minha vida, com todos vocês ocupando um pedacinho do meu coração, meu eterno agradecimento.

REIS, Ana Lucia Estefani Pereira dos. **O trabalho pedagógico na concepção do cuidar e educar:** perspectivas e desafios na Educação Infantil. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar o trabalho e a indissociabilidade entre o cuidar e educar na Educação Infantil do município de Colina/SP. Foi utilizada a abordagem qualitativa, evidenciando-se as conquistas históricas da Educação Infantil no Brasil e os impactos no ensino atualmente. O método utilizado para a interpretação da realidade foi o materialismo histórico dialético, o qual permitiu a leitura crítica da realidade, elencando-se categorias filosóficas de totalidade, historicidade e dialeticidade. Utilizou-se tanto a pesquisa bibliográfica quanto a de campo. Para o estudo bibliográfico, os autores usados foram: Freire, Kuhlman, Kramer, Priore, Ariés, Rizzini, Pilotti, Charlot, entre outros. A pesquisa de campo teve como universo as escolas de Educação Infantil que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade, sendo realizadas as entrevistas na E.M.E.I. “Vereador José Ângelo de Souza”. Como sujeitos participantes da pesquisa, contou-se com quatro professoras e a diretora da escola, a coordenadora pedagógica da escola acima citada e a Secretária Municipal de Educação. A apreensão dos dados ocorreu por meio de roteiro semiestruturado. A análise e interpretação dos dados na perspectiva dialética, fez-se uso de categorias teóricas definidas de acordo com o objeto de estudo, que é a indissociabilidade do cuidar e educar na Educação Infantil, são elas: Estado, docente, Educação Infantil, indissociabilidade do cuidar e educar e a criança. Os resultados evidenciaram o cuidar e educar na Educação Infantil como ações indissociáveis para um ensino que estabeleça um desenvolvimento integral às crianças de 0 a 5 anos de idade, porém, fatores como: falta de profissionais qualificados, muitos alunos por sala de aula, condições precárias de trabalho dos profissionais, ausência de investimento financeiro e outros, evidenciaram um atendimento precarizado. Contudo, existem muitas possibilidades e melhorias para que essa indissociabilidade possa ocorrer de fato. Ultrapassar e romper com a concepção assistencialista constituída historicamente, bem como, investimentos do poder público, parceria da escola e a família, são fatores que impulsionam para a melhoria do atendimento das instituições de Educação Infantil no Brasil, especialmente no cenário estudado.

Palavras-chave: indissociabilidade do cuidar e educar. crianças. educação infantil.

REIS, Ana Lucia Estefani Pereira dos. **The pedagogical work in the conception of caring and educating:** perspectives and challenges in Early Childhood Education. 2018. 134 f. Dissertation (Master in Social Work) - Faculties of Human and Social Sciences, São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the work and the inseparability between caring and education in Early Childhood Education in Colina-SP. The qualitative approach was applied, highlighting the historical achievements of Early Childhood Education in Brazil and the impacts on the currently education system. The method used for the interpretation of reality was dialectical historical materialism, which allowed the critical analysis of reality, listing philosophical categories of totality, historicity and dialecticity. Bibliographical and field research were used. For the bibliographic study, the authors used were: Freire, Kuhlman, Kramer, Priore, Ariés, Rizzini, Pilotti, Charlot, among others. The field research was carried out at the Early Childhood schools that educate children from 0 to 5 years of age, and the interviews were conducted in the E.M.E.I. "Alderman José Ângelo de Souza". As subjects participating in the research, there were four teachers and the school's director, the pedagogical coordinator of the above-mentioned school and the Municipal Secretary of Education. The collection of the data occurred through a semi-structured script. The analysis and interpretation of the data in the dialectical perspective, made use of theoretical categories defined according to the object of study, which is the inseparability of care and education in Child Education: State, teacher, Child Education, inseparability of care and education and the child. The results evidenced the care and education in Early Childhood Education as inseparable actions for a teaching that establishes an integral development for children from 0 to 5 years of age, but factors as: lack of qualified professionals, many students per classroom, precarious conditions of work, absence of financial investment and others, evidenced a precarious service. However, there are many possibilities and improvements so that this inseparability can actually occur. Overcoming and breaking with the welfareist conception historically constituted, as well as, investments of the government, partnership of the school and the family, are factors that impel to the improvement of the attendance of the institutions of Infantile Education in Brazil, especially in the scenario studied.

Keywords: indissociability of caring and educating. children. chileducation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tabela com os nomes das participantes da pesquisa	77
Tabela 2: Tabela com os nomes dos participantes da pesquisa	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Perfil das professoras: idade.....	52
Gráfico 2: Perfil dos professores: filho.....	53
Gráfico 3: Perfil dos professores: formação acadêmica.....	53
Gráfico 4: Perfil dos professores: Pós-graduação Latu Sensu	54
Gráfico 5 Perfil dos gestores: formação.....	55

LISTA DE SIGLAS

CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ETAM	Escola Técnica e Agropecuária Municipal
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério
GEPESSSE	Grupo de Estudos e Pesquisas do Serviço Social na área da Educação
HTPC	Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
HTPI	Horário de Trabalho Pedagógico Individual
IBGE	Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MIEIB	Movimento Inter- Fóruns de Educação Infantil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Proposta Pedagógica
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROINFÂNCIA	Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública da Educação Infantil
PSD	Partido Social Democrático
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil
SP	São Paulo
UNESP	Universidade Estadual Paulista

UNIFEB	Centro Universitário Fundação Educacional de Barretos
UNIRP	Centro Universitário de Rio Preto
UNIVESP	Universidade Virtual do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 CONSTRUINDO A PESQUISA	24
1.1 O cenário da pesquisa e as escolas de Educação Infantil no município de Colina/SP.....	24
1.2 Procedimentos metodológicos	32
1.3 Contextualização dos participantes da pesquisa.....	39
CAPÍTULO 2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	46
2.1 A Criança e seu desenvolvimento integral	46
2.2 A História da Educação Infantil no Brasil e as legislações	56
2.2.1 A indissociabilidade do educar e do cuidar	69
2.3 A relação Escola e família	72
2.4 O trabalho da equipe profissional na relação educar e cuidar	82
CAPÍTULO 3 UM ESTUDO REALIZADO NO MUNICÍPIO DE COLINA/SP	92
3.1 A indissociabilidade entre o educar e o cuidar na visão dos participantes da pesquisa.....	92
3.2 A percepção do professor de Educação Infantil: encantos e desencantos.....	104
3.3 O trabalho profissional interdisciplinar na Educação Infantil	105
CONSIDERAÇÕES.....	112
REFERÊNCIAS.....	116
APÊNDICES	
Apêndice A: Autorização das entrevistas na Escola “Vereador José Ângelo de Souza”	126
Apêndice B: Termo de Consentimento Livre E Esclarecido	127
Apêndice C: Formulário da entrevista aos participantes da pesquisa.....	128
Apêndice D: Roteiro da entrevista aos participantes da pesquisa: gestores.....	129
Apêndice E: Roteiro da entrevista aos participantes da pesquisa: professores ..	

.....	130
ANEXO	
Anexo 1: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	132

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como título: “O trabalho pedagógico na concepção do cuidar e educar: perspectivas e desafios na Educação Infantil”, propõe uma reflexão da Educação Infantil, a partir da ótica da indissociabilidade do cuidar e educar, com crianças de 0 a 5 anos de idade. Para isso, considerou-se necessário discutir a historicidade da Educação Infantil no Brasil, com seus avanços e retrocessos, para se entender ações assistencialistas ainda existentes nos dias atuais. É fundamental, ponderar sobre a relevância da formação continuada dos professores inseridos no contexto infantil, bem como, a parceria da escola e família, as quais têm a responsabilidade de relacionarem-se no processo de formação integral da criança.

A dissertação é resultado da investigação na perspectiva qualitativa, que teve como objetivo compreender como ocorre nas instituições de Educação Infantil do município de Colina/SP, a indissociabilidade entre o cuidar e o educar e qual o entendimento que os professores e gestores têm deste conceito. O universo da pesquisa foi as escolas de Educação Infantil do município de Colina/SP que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade, totalizando 6 escolas, sendo que as entrevistas aconteceram na unidade E.M.E.I. “Vereador José Ângelo de Souza”.

O interesse dessa pesquisa surgiu pela inquietação da pesquisadora, a partir de seu trabalho como Coordenadora Pedagógica do município de Colina/SP. Segundo uma formação sobre currículo na Educação Infantil que realizou com as diretoras, professoras, auxiliares de sala e assistentes educacionais, foi possível visualizar a dificuldade que vários profissionais têm quanto a indissociabilidade do cuidar e educar no cotidiano de trabalho com as crianças.

Percebeu-se uma concepção errônea que deve haver somente o cuidado com crianças de 0 a 5 anos ou ainda, que não é possível realizar atividades educacionais interligadas às do cuidado. Entretanto, é necessário estabelecer ligação entre essas duas ações, para que a educação das crianças “pequenas”¹ aconteça em sua totalidade, levando em consideração suas particularidades e individualidades.

A pesquisadora cursou no ano de 2015, como aluna especial, a disciplina: “O Serviço Social no âmbito da política de educação”, com a professora Dra. Eliana

¹Crianças pequenas serão caracterizadas na faixa etária de 0 a 5 anos que correspondem ao nível de educação da Educação infantil que é uma das categorias teóricas usada nesta pesquisa.

Bolorino Canteiro Martins, do Programa de Pós-Graduação e Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus Franca/SP. Desde então, estudando os temas relacionados à educação no Brasil, foi aprimorando seu objeto de estudo para a presente pesquisa.

Outro passo importante nos estudos e reflexões sobre educação da pesquisadora, foi participar do Grupo de Estudos e Pesquisas do Serviço Social na área da Educação (GEPESSSE), na UNESP- Franca. E participou também, do Grupo de Pesquisa sobre Família: Prof. Dr. Padre Mario José Filho, no Centro Universitário Fundação Educacional de Barretos/SP (UNIFEB).

Diante dos conhecimentos adquiridos nos encontros dos grupos de pesquisas, a pesquisadora reafirmou seu desejo de estudar sobre a Educação Infantil de sua cidade, pois percebia a necessidade de discutir o tema, tão atual, porém, esquecido no idealismo² e nas concepções historicamente construídas.

Alguns questionamentos do cotidiano do seu trabalho, como por exemplo, a maneira de como os professores e gestores entendiam o educar e o cuidar na Educação Infantil, fizeram com que a pesquisadora tivesse interesse em mais assuntos relacionados à Educação Infantil do seu município, como por exemplo, as questões sobre vagas de creche, que não são suficientes para a demanda, selecionadas preferencialmente para as mães trabalhadoras, conduzindo o direito da vaga para a mãe, e não para a criança como deveriam acontecer, mecanismos usados na tentativa de amenizar a falta de vagas para toda a demanda. Outra situação que incomodou a pesquisadora era a reclamação dos professores diante do descaso de alguns pais com a educação oferecida na instituição de Educação Infantil, já que muitos ainda tinham uma visão assistencialista, desconhecendo o seu caráter educacional, entendendo que só ficavam na creche filhos de famílias trabalhadoras, pois não tinham com quem deixá-los em sua ausência.

A construção histórica da Educação Infantil faz-se essencial para o entendimento de evidências assistencialistas nos dias de hoje, bem como, para entender o conceito da indissociabilidade do cuidar e educar, e como essa concepção acontece atualmente, nas instituições infantis. Mas uma questão permanece: como garantir os padrões mínimos de qualidade para a Educação

² O idealismo consiste na criação imaginária de normas e ações tidas como perfeitas, ideais, e apresentadas como objetivo a ser alcançado na realidade.

Infantil, se as instituições ainda estão marcadas por contextos historicamente construídos?

A concepção de Educação Infantil no qual fundamenta-se este trabalho, parte da compreensão de uma educação integral que incorpore o cuidar e o educar em uma prática única de ensino com crianças de 0 a 5 anos de idade, que interprete a criança como um todo, não entre corpo e intelecto, apresentando os aspectos afetivos, cognitivos, físicos, sociais e outros que se dão conjuntamente.

Entende-se, que os profissionais envolvidos com a Educação Infantil, ainda não se apropriaram desse conceito indissociável, pois acreditam que são distintos o cuidar e o educar com crianças pequenas. E essa concepção dificulta muitas vezes, o aprendizado da criança e marca seu crescimento por atividades desagregadas, num contexto onde a educação deve acontecer de maneira lúdica e de maneira interdisciplinar.

Referente a tantas interrogações da pesquisadora, é necessário refletir sobre alguns questionamentos sobre o cuidar e educar com crianças de 0 a 5 anos de idade. Discutir a historicidade da Educação Infantil no Brasil para analisar atitudes posteriores, bem como, pesquisar sobre a concepção da indissociabilidade do cuidar e educar na Educação Infantil do município. Se não acontece, porquê? De que maneira é realizado o trabalho pedagógico dos professores? As questões históricas da Educação Infantil interferem no processo pedagógico na atualidade? Como é realizado o processo de ensino e aprendizagem com as crianças pequenas? A escola é parceira da família?

Importante lembrar, que a história da educação no Brasil é marcada por grandes conquistas e retrocessos, podendo destacar primeiramente, que os jesuítas foram os responsáveis pelos ensinamentos primórdios em um vasto sistema educacional.

Na Educação Infantil, historicamente, as diversas nomenclaturas dadas a educação da criança pequena, devia-se as diferentes origens e necessidades. No Brasil, era sinônimo de “assistência” ou “amparo” aos pobres “necessitados”, daí as creches, por exemplo, terem estado tanto tempo ligadas a filantropia e aos órgãos de assistência e não a órgãos educacionais.

De acordo com Oliveira e Adrião:

De um modo geral, as creches caracterizam pelo atendimento às crianças mais novas- zero a três anos, embora muitas também atendessem à faixa dos quatro aos seis, em período integral ou parcial. Outra característica marcante é o fato de que elas surgiram como trabalho beneficente para o atendimento às populações de mais baixa renda e, ao serem oficialmente oferecidas pelo Estado, vincularam-se aos seus órgãos de assistência e bem-estar social. (OLIVEIRA; ADRIÃO, 2002, p.15)

Ao contrário, os jardins de infância e as pré-escolas, eram destinados às crianças de três (ou quatro) a seis anos e vincularam-se desde o seu início aos órgãos ou sistemas educacionais, embora também tenha sido oferecido por igrejas e associações filantrópicas. O jardim de infância foi considerado então, a primeira instituição pública de Educação Infantil. (OLIVEIRA; ADRIÃO, 2002, p. 15).

Todas as instituições de educação infantil: creches, jardins de infância e pré-escolas tinham caráter educacional, mesmo que estivessem ligadas ao atendimento e formação das camadas médias ou da elite nacional. O que pode- se afirmar, é a distinção entre os programas de atendimento, voltados aos mais pobres e aqueles destinados às camadas médias ou abastadas da população.

As leis brasileiras, foram elaboradas e adequadas para proteger tanto os direitos sociais da criança, quanto para garantir a oferta de uma educação de qualidade e o envolvimento da família em uma educação ampla, entre elas a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)- Lei 8.069/90 e Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Porém, muitas vezes, as redações dessas legislações deixam lacunas abertas para diversas interpretações quanto ao cumprimento de suas exigências, consequentemente atingindo a qualidade do atendimento oferecido.

Um documento relevante, que norteia o trabalho pedagógico das instituições de Educação Infantil é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI³), documento este, criado pelo Ministério da Educação (MEC), para orientar também os profissionais afins, sobre a prática educacional na educação da primeira infância, traz uma perspectiva positiva:

³ O RCNEI foi criado na década de 1990 e integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo MEC atendendo às determinações da LDB (Lei 9.394/96). Este documento foi realizado após um amplo debate nacional, com a participação de professores e diversos profissionais que atuam diretamente com as crianças, contribuindo desde sua experiência à reflexão acadêmica e científica (COSTA, on-line).

A expansão da educação infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências da primeira infância. (BRASIL, p. 11, 2001).

O RCNEI também traz considerações pertinentes quanto as concepções pedagógicas e as práticas do cuidar e educar conforme:

Educar, significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 2001, p. 23).

De acordo com a Resolução nº 1 da Câmara de Educação Básica de 7 de abril de 1999, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a ação do cuidar e educar nas instituições de Educação Infantil se torna essencial.

As DCNEI defendem que as instituições escolares devem ser espaços de construção da cidadania, as quais devem também garantir e assegurar os direitos fundamentais das crianças.

As instituições de Educação Infantil devem promover em suas Propostas Pedagógicas, práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/ linguístico e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível. (BRASIL, 2010).

Diante dessa perspectiva, é importante explicitar o significado de Educar e Cuidar em uma instituição de Educação Infantil.

Segundo Faria e Salles (2012, p. 67), os termos cuidar e educar tem significados distintos, porém na instituição de educação infantil, devem estar associados.

O termo cuidar traz a ideia de preservação de vida, de atenção, de acolhimento, envolvendo uma relação afetiva e de proteção. Cumpre o papel de propiciar ao outro bem-estar, segurança, saúde e higiene. Já o termo educar tem a conotação de orientar, ensinar, possibilitar

que o outro se aproprie de conhecimentos e valores que favoreçam seu crescimento pessoal, a integração e a transformação do seu meio físico e social. (FARIA; SALLES, 2012, p. 67).

As ações de cuidar e educar são indispensáveis no que diz respeito à função pedagógica da Educação Infantil e da atuação fundamental da família, juntas essas duas instituições devem realizar ações que complementem e fortaleçam a relação entre as mesmas.

A família é um grupo social de extrema importância para acompanhar a vida dos filhos. Diante disso, deve haver uma parceria entre família x escola, partindo do princípio que a instituição familiar é o primeiro referencial que permeia toda a existência de uma pessoa, ou seja, o primeiro ambiente de educação que a criança vive.

Nesta perspectiva, é importante ressaltar que a família e a escola, devem possibilitar condições plenas e favoráveis para o desenvolvimento das crianças, seja nos aspectos sociais, psicológicos, físicos e intelectuais.

Uma das ações necessárias, é incluir a família e a comunidade na Proposta Pedagógica da escola, até porque esta proposta deve ser elaborada e realizada de acordo com o contexto social em que as crianças estão inseridas.

Por isso, a família e comunidade devem participar ativamente dos assuntos da instituição escolar, cumprindo assim, o seu papel de cidadão consciente e presente na democracia.

A gestão democrática tem sido uma luta dos movimentos sociais pela conquista da democratização da educação em sua totalidade e da Educação Básica. Pode-se identificar na história do país, inúmeros movimentos gerados pela sociedade civil, que exigiam (e exigem) a ampliação do atendimento educacional à fragmentos mais amplos da sociedade. O Estado, por sua vez, atende essas reivindicações de maneira lenta, longe da universalização esperada. (GRACINDO, 2007, p. 32).

A CF de 1988 estabelece no artigo 206, os princípios sobre os quais o ensino deve ser ministrado. Dentre eles, se destaca a gestão democrática do ensino público. Cabe, no entanto, aos sistemas de ensino, definirem normas para que a gestão democrática aconteça de acordo com suas particularidades. Uma das maneiras de participação democrática é a colaboração na elaboração do projeto

político pedagógico (PPP⁴) da escola, bem como, a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares e equivalente, conforme estabelece a LDB em seu artigo 14.

A LDB determina em seu artigo 15, que os sistemas de ensino assegurem sobretudo a autonomia pedagógica:

[...] às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996).

A gestão democrática deve ser um assunto de muita relevância dentro da unidade educacional, pois é a partir desse trabalho conjunto da equipe escolar, pais e comunidade, que a escola se torna mais humana e visando assim, as individualidades e especificidades de seu público alvo.

Não é um exercício simples, pois essa ação democrática deve ser construída constantemente e os sujeitos envolvidos devem ser orientados da importância dessa interação e participação, pois do contrário, a escola continuará reproduzindo e construindo uma sociedade excludente, individualista, competitiva e mercantilista.

Em razão disso, os docentes de Educação Infantil não devem ser um substituto da família, entende-se que devem cumprir o exercício de articuladores do conhecimento e aprendizagem, principalmente nesta faixa etária de zero a três anos de idade, trabalhar com muita estimulação, articulando também, práticas de aproximação entre pais e educadores.

Para Freire (1998, p. 23) “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. É essa tarefa que o profissional de Educação Infantil deve ter, estimular as crianças ao espírito crítico e observador, mesmo desde tão pequenas.

No entanto, é preciso reforçar nos profissionais, a concepção de docência que vai além da mera repetição da prática. Diante disso, os educadores devem refletir sobre seu desempenho pautado em uma reflexão crítica, questionadora e

⁴O PPP é uma ferramenta da escola para que ela se organize e elabore um planejamento que auxilie seu trabalho, viabilizando e concretizando ações educacionais. Ele é a forma de planejamento pedagógico, político e administrativo, que estabelece os objetivos da escola e os mecanismos e estratégias mais adequados para alcançar esses objetivos. O PPP pode ser considerado um documento privilegiado de participação, “[...] lugar de explicitação do pluralismo, espaço de conquista de autonomia da escola e dos sujeitos sociais e instrumento de transparência.” (GRACINDO, 2007, p. 58).

propositiva. A própria profissão determina que o profissional seja um pesquisador contínuo, construindo suas práticas a partir de suas próprias vivências. Porém, não é suficiente, é preciso vincular as teorias a realidade para que a prática avance.

Apesar de toda a problemática que esse assunto engloba, deve-se assumir que muitos avanços foram conquistados para o espaço e a educação das “crianças pequenas”.

Sua consolidação só aconteceu nas últimas décadas, em função dos movimentos sociais em busca dos direitos humanos, principalmente por uma educação de maior qualidade.

A presente pesquisa, foi realizada em três capítulos. No capítulo 1, é apresentada a construção da pesquisa, os caminhos pelos quais foi planejada e executada, bem como, seus procedimentos metodológicos. É analisado também, o perfil dos participantes da pesquisa.

No capítulo 2, é contextualizada uma breve história da Educação Infantil no Brasil para que se entenda como acontece seu processo histórico e porque ainda se tem vestígios assistencialistas nas instituições infantis nos dias atuais, como tal a análise do surgimento das legislações, principalmente a LDB (Lei nº 9.394, 1996) que inclui a Educação Infantil como parte da Educação Básica. Discute-se o desenvolvimento integral das crianças, como suas fases de desenvolvimento e um breve contexto sobre a história da criança no Brasil, para que se entenda a importância da estimulação e atividades direcionadas específicas para essa faixa etária tão essencial na vida de um indivíduo. A relação da escola e da família também é um assunto discutido neste capítulo, pois essa parceria é de extrema relevância para que a criança seja a maior beneficiada em seu processo de ensino e aprendizagem. Ainda neste capítulo, o trabalho interdisciplinar também merece discussão, pois esse processo facilita o trabalho do professor favorecendo o aprendizado das crianças que acontece de maneira lúdica e renovada.

No capítulo 3, discute-se sobre a visão dos participantes da pesquisa quanto a indissociabilidade do cuidar e educar, bem como, os encantos e desencantos da profissão, partindo do princípio de que a Educação Infantil teve muitos avanços e retrocessos constituídos historicamente. O trabalho interdisciplinar como proposta pedagógica nas instituições de Educação Infantil, também é destaque neste capítulo.

Foi diante de muitas indagações em torno da Educação Infantil, que a pesquisadora realizou esta pesquisa com intuito de esclarecer que a historicidade da Educação Infantil no Brasil tem fatores influenciadores até nos dias atuais, e remeter a pesquisa com sua responsabilidade social e dar a devolutiva à toda comunidade escolar do município de Colina/ SP.

Em suma, sabe-se que, são muitos conceitos assistencialistas constituídos historicamente que circundam a Educação Infantil e conseqüentemente, atingem a qualidade do ensino oferecido nos dias atuais. É preciso excluir esses conceitos que impedem que a Educação Infantil ofereça um atendimento qualitativo, planejado e executado de maneira ideal, atingindo os parâmetros de estímulos que crianças de 0 a 5 anos de idade necessitam, devido às suas particularidades e especificidades. Uma maneira para se extinguir esses conceitos, é investir em formação inicial e continuada para os profissionais que atuam nessa modalidade da educação, pois o conhecimento é uma ferramenta relevante para modificar a atuação profissional. A indissociabilidade entre o cuidar e educar torna-se imprescindível nesta faixa etária, e para que isso aconteça, é preciso realizar melhorias quanto ao atendimento das instituições infantis, bem como, realizar parcerias de maneira efetiva com a família, para que juntos acompanhem o crescimento das crianças para que se tornem adultos autônomos, críticos e independentes.

CAPÍTULO 1 CONSTRUINDO A PESQUISA

“Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante!”
(Paulo Freire)

1.1 O cenário da pesquisa e as escolas de Educação Infantil no município de Colina/SP.

Esta pesquisa foi realizada no município de Colina/ SP. Diante disso, apresenta-se uma contextualização sobre sua origem, economia, situação geográfica, bem como, educação, dentre outras.

A fundação da cidade de Colina deve-se à iniciativa do Coronel José Venâncio Dias, que era o proprietário de terras que deram origem ao município, denominadas Fazenda Colina. A Fazenda Colina era construída de três partes: Baixada – atual centro da cidade, Baixadinha – que inclui parte do Bairro Cemitério e Cabaças onde está hoje localizado o Pólo Regional de Desenvolvimento dos Agronegócios da Alta Mogiana.

No dia 7 de fevereiro de 1917, foi criado o Distrito de Paz de Colina. O Município fora criado pela Lei Estadual nº 2096, de 24 de dezembro de 1925, foi instalado no dia 21 de abril de 1926, data esta considerada de emancipação político-administrativa.

A cidade compreende um território de 424 Km² de área que faz divisa com os municípios de Barretos, Jaborandi, Terra Roxa, Bebedouro, Monte Azul Paulista e Severínia.

Além do Coronel José Venâncio Dias, são também fundadores: Luciano de Mello Nogueira e Antônio Junqueira Franco, porém a estes, deve-se acrescentar os nomes dos demais fazendeiros do município do Turvo, Onça, Consulta, Retirinho, Cava e etc.; que prestigiaram com apoio e confiança, as decisões dos 3 primeiros fundadores.

Nos anos anteriores a 1926, a história de Colina foi uma verdadeira luta de desbravamento promovida pelas primeiras famílias que aqui chegaram no final do século XIX, por volta do ano de 1900.

A companhia Paulista de Estradas de Ferro já havia estendido seus trilhos até Bebedouro e dependia de verba para aquisição do leito ferroviário até Barretos. Daí então, que entrou em cena o Coronel José Venâncio Dias que foi até Campinas e em reunião com os diretores da Ferrovia, ofereceu, gratuitamente, a faixa de terras necessárias ao empreendimento. Diante da oferta, um dos diretores perguntou: O que espera o Coronel ganhar com essa doação? José Venâncio respondeu: “Desejo ouvir o apito de um trem; anúncio sonoro do progresso para toda região”. A terra foi doada e em 1905, José Venâncio Dias, sentado à varanda de sua fazenda, ouvia apitar o primeiro trem com destino à Barretos.

A cidade de Colina se expandiu graças à cultura, que aos poucos foi dando lugar à pecuária e lavouras diversas.

Hoje o grande atrativo é o cavalo, que a tornou conhecida em todo o Brasil como “Capital Nacional do Cavalo”, em virtude da criação de cavalos em propriedades particulares e no Pólo Regional de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios, destinados à Cavalaria 9 de julho, no município e das equipes de Pólo reconhecidas internacionalmente e a prática do hipismo que levou à formação de vários cavaleiros olímpicos representando o Brasil em eventos internacionais e nacionais.

O município situa-se na região Norte do Estado de São Paulo, no tronco da via férrea Ferroban – Km 489, distando, em linha reta, 371 Km da cidade de São Paulo. Compreende uma área territorial de 424 Km² e fica localizado na 13ª Região Administrativa do Estado, Sub Regional de Barretos. Com uma população de 17.371 habitantes (IBGE 2010). A cidade, hoje, apresenta bons indicadores sociais, saúde, saneamento, educação e moradia. No transporte intermunicipal Colina possui várias linhas que a ligam a todas as cidades da região, inclusive à grande Metrópole São Paulo.

No setor de educação, a cidade possui 13 (treze) escolas municipais sendo: 6 de Educação Infantil Creche – EMEI⁵, 7(sete) de Educação Básica – EMEF e uma Escola Técnico Agrícola – ETAM. O Município conta também com uma Escola Estadual de Ensino Médio e uma escola particular que atende educação infantil ao médio. Colina possui um pólo de Educação a Distância, com parceria com a Faculdade Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP) com os cursos de Pedagogia,

⁵ A partir do decreto municipal nº 2.420 de 22 de março de 2004, as instituições de Educação Infantil passaram a denominar-se por Escola Municipal de Educação Infantil (E.M.E.I.).

Administração e Ciências Contábeis, mantêm convênio com o Centro Paula Souza para a oferta de curso Técnico e também é pólo da UNIVESP- Universidade Virtual do Estado de São Paulo com os cursos de Pedagogia, Engenharia de Computação e Engenharia de Produção.

Seu desenvolvimento industrial é crescente, principalmente após a implantação da Suco Cítrico Cutrale S/A. Além desta, ainda podem ser encontradas indústrias de produtos suínos, brinquedos de plástico, calçados, cerâmica e artefatos de cimento.

Encontra-se também instalada no município, a Companhia Energética São José - Usina de Açúcar e Alcool e co-geração de energia, que gera 200 empregos diretos e indiretos. Ainda, duas usinas de látex, metalúrgica e etc.

Seu comércio é relativamente pequeno, mas vem suprimindo as necessidades básicas do município. Possui seis estabelecimentos de crédito: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Bradesco, Santander, Banco Credicitrus e Ribercred Ltda.

A cidade segue em constante progresso e os gestores sempre investindo em melhorias de acordo com as necessidades de cada área de abrangência como saúde, lazer, urbanismo e educação, entre outros. As escolas municipais passaram por reformas recentemente, mantendo as unidades organizadas e adequadas estruturalmente. A merenda escolar do município é realizada e centralizada na cozinha piloto, (Centro de Alimentação Kátia Tornelli) onde nutricionistas elaboram e acompanham o cardápio alimentar das crianças. De maneira geral, as escolas são bem organizadas, planejadas e dirigidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Na Educação Infantil como citado acima, tem 6 (seis) escolas, cada uma com sua particularidade e atendendo faixas etárias de idade que se diferem entre si. São elas: E.M.E.I. Maria Luíza Toledo Guarnieri, E.M.E.I. Maria Aparecida Zanette de Camargo, E.M.E.I. Profª Adércia Teixeira Gontijo Ferreira, E.M.E.I. Keila Gomes da Silva Garcia, E.M.E.I. Vereador José Ângelo de Souza e E.M.E.I. Vereador Lupércio Polizelli.

Em meados de 1999, muitas salas de pré-escola funcionavam em centros comunitários, onde ocorriam inúmeros problemas, pois os prédios serviam também para o lazer da comunidade. Diante dessa dificuldade, a Secretaria de Educação inaugurou em 21 de abril de 1999 a E.M.E.I. Maria Luíza Toledo Guarnieri, que

atendia crianças de 4 e 5 anos e mantém seu atendimento assim atualmente. Situa-se na rua José Camolesi, Nº 407, Jardim São João. Funcionava com 6 salas apenas e conseqüentemente com o aumento da demanda, em 2010 foi preciso realizar a construção de mais 2 salas. A Patronesse da escola nasceu em 1937 e faleceu em 1999, foi vereadora pelo Partido Social Democrático (PSD), na gestão de 1993 a 1996, recebeu a homenagem com seu nome dado a unidade escolar devido a boa gestão que a cidadã prestou como vereadora na cidade.

Atualmente, a pesquisadora se encontra afastada da sua função designada de diretora nesta unidade, por licença maternidade. A escola atende 190 crianças de 4 e 5 anos de idade (recreação e pré-escola) e conta com uma equipe de 10 professores onde 4 são efetivos e 6 são contratados temporariamente. Fazem parte da equipe também, 2 funcionárias de serviços gerais, 1 cozinheira, 1 ajudante de cozinha, 1 assistente educacional e 1 secretária⁶.

Conforme, a cidade foi crescendo, verificou-se a necessidade de construir uma Escola de Educação Infantil no bairro do conjunto habitacional “Napoleão Francisco Jorge”. A secretaria de educação, por sua vez, construiu por meio de um convênio com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social e Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 2666 de 21 de novembro de 2008. O decreto nº 2954 de 24 de maio de 2008 deu a nomeação à E.M.E.I. Profª Adércia Teixeira Gontijo Ferreira, que se localiza na rua Santo Paro, nº 718, bairro Cohab III. Adércia nasceu em 1944, e dedicou toda sua vida ao magistério, no qual era o seu objetivo maior, vindo a falecer em 2005. Hoje a escola tem apenas duas salas de aula, onde atende crianças de 0 a 3 anos de idade. Mesmo tendo somente duas salas físicas, a escola atende 3 salas, sendo que duas acontecem no mesmo espaço físico. Atende 46 alunos e conta com uma equipe de 6 professores, 3 auxiliares de sala, 4 assistentes educacionais⁷, 1 diretora, 1 secretária, 1 cozinheira e 2 serviços gerais. Nesta unidade pode-se observar que o número de pessoas de apoio⁸ nas salas de aula é maior que o número de professores.

⁶Todos os dados referentes as escolas, foram retirados de Registros da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

⁷ Auxiliares de sala e Assistentes Educacionais são considerados como pessoal de apoio.

⁸ Foram instituídos assistentes educacionais pela Lei complementar nº 194 de 18 de julho de 2014 no município de Colina/SP, para a contratação de pessoas para o preenchimento de vagas dos empregos públicos temporários. Esses profissionais trabalham 40 horas semanais, necessitam ter o Ensino Médio completo e sua função é basicamente: auxiliar os professores no atendimento das crianças, nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Colina, para assegurar o bem-estar e o

O Ministério da Educação na execução de suas políticas de atendimento à infância, disponibilizou a partir de 2007 o PROINFÂNCIA- Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública da Educação Infantil. O PROINFÂNCIA é um programa de assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios para a construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da Educação Infantil. A sintonia dessas políticas públicas nos âmbitos Federal e local oportunizou a construção da E.M.E.I. “Maria Aparecida Zanette de Camargo”, inaugurada em 7 de fevereiro de 2011, devido crescimento do bairro, a escola situa-se na região norte da cidade, na rua Ernesto Henrique Paro, nº 0435, Atílio Paro. A escola iniciou atendendo somente crianças de 0 a 3 anos, a partir de 2011 começou a atender crianças de 4 e 5 anos. Atualmente a escola tem um total de 168 alunos sendo, 94 crianças de 0 a 3 anos de idade (creche) e 74 crianças de 4 e 5 (pré-escola). A equipe é formada por 10 professores efetivos, 6 assistentes educacionais e 4 auxiliares de sala.

O bairro chamado Patrimônio tinha uma população considerada de vulnerabilidade social, e devido a visão assistencialista da época foi preciso inaugurar um espaço que atendesse as crianças. A creche nasceu como um projeto social, inaugurado como Núcleo Social do bairro Patrimônio em 9 de novembro de 1986, sob a coordenação da secretaria de Promoção Social. Em 2001 de acordo com a Lei Municipal nº 2.258 de 28 de maio de 2001, a creche passou a denominar-se Unidade de Educação Infantil “Vereador Lupércio Polizelli”, deixando de ser assistida pela secretaria da Promoção Social e passando a fazer parte da Secretaria de Educação. Somente em 2004 a unidade passou a se chamar Escola Municipal de Educação Infantil “Vereador Lupércio Polizelli”. Essa unidade escolar foi fundada para prestar apoio assistencial às famílias com baixa renda e visava atender as crianças em maior tempo possível. O patrono da escola nasceu em 1933 e ao longo de sua vida, sua paixão era a agricultura até assumir como vereador do Poder Legislativo na Câmara municipal de Colina e faleceu em 2001. Diante da nomeação do patrono, nota-se quanto assistencialista era a Educação Infantil na época, pois eram homenageadas pessoas que sem ao menos faziam parte da educação. A escola nos dias atuais atende 55 alunos de creche e 29 alunos de

recreação e pré-escola, fazendo parte da equipe 10 professores e 9 assistentes educacionais.

O Clube das Mãezinhas de Colina era uma instituição mantida por convênios e subsidiada parcialmente pela Prefeitura Municipal de Colina, em 2001, e assumida como unidade de Educação Infantil de responsabilidade do município, passando a se chamar Escola Municipal de Educação Infantil “Keila Gomes da Silva Garcia”. Atualmente atende somente crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade e está localizada na rua 7 de setembro, nº 1079, bairro Pedreira. No ano de 2010 a unidade foi contemplada com uma reforma e ampliação para atender mais crianças, já que os bairros ao seu redor cresciam consideravelmente. A patronesse da unidade dedicou-se muito às obras sociais, colaborando na Presidência da Casa da Amizade (Rotary), sempre presente e disponível na organização e participação de bazares. A prefeitura de Colina tem um projeto sendo tramitando na Câmara municipal para a mudança da nomenclatura da unidade, pois a senhora Keila ainda está viva.

De acordo com o crescimento dos bairros adjacentes ao bairro do “Nosso Teto” é que surgiu a necessidade da criação da escola de Educação Infantil. Foi inaugurada como Núcleo de Promoção Social “Nosso Teto” em 09 de novembro de 1986, em conjunto com a Secretaria da Promoção Social. Ainda com o crescimento de uma vila ao lado chamada Vila Guarnieri, a escola passou a ter mais demanda do que conseguia atender, necessitando de uma reforma e ampliação. Conforme Leis Municipais nº. 2429 e nº. 2430 de 18 de março de 2004 e sob decreto nº. 2.420 de 22 de março de 2004 adequou-se a nomenclatura da escola assim ficando: Escola Municipal de Educação Infantil “Vereador José Ângelo de Souza”, que se trata da escola escolhida para a realização da pesquisa. Em 1º de Maio de 2014 foi inaugurada a reforma e ampliação da escola para o maior atendimento das crianças. Atualmente, a unidade atende 101 crianças com idade de 0 a 3 anos e tem uma lista de espera de 29 crianças, sendo o maior número de espera de creche em comparação às outras unidades infantis, e 104 crianças com idade de 4 e 5 anos. Conta com uma equipe de 10 professores e 13 assistentes educacionais para a creche e 6 professores para a recreação e pré-escola. Observa-se que esta escola também o número de assistentes é maior que o número de professores, essa situação reafirma o atendimento assistencialista, onde o Estado opta por justificar a necessidade pedagógica pela dificuldade financeira atual no qual o país está inserido.

A escola está inserida em um bairro considerado de vulnerabilidade social, contando com posto de atendimento de saúde, vizinho da escola, praça de lazer, quadra de esportes e comércio local. O bairro é situado em uma distância considerável do centro da cidade, dificultando o acesso dos moradores ao comércio central, contando então, com farmácias, mercados, mercearias, açougues, lojas de roupas, entre outros.

A escola tem um amplo espaço, devido a última ampliação em 2014, onde aumentou o terreno e construiu mais salas de aula e sala de informática. A unidade tem salas grandes e arejadas, com material de apoio pedagógico disponível para os professores, brinquedos para as crianças, conta com dois parques grandes e com espaços planejados, bem como, um refeitório adaptado às necessidades de cada faixa etária. O funcionamento da escola acontece das 7:00 as 16:30 para as crianças de creche- período integral, das 7:00 ao 12:00 para as crianças da pré-escola no período da manhã e das 12:30 as 17:30 para as crianças da pré-escola no período da tarde.

A rotina dos professores na creche basicamente acontece, em torno de jogos, brincadeiras, músicas, filmes, atividades escritas, pinturas de desenhos, entre outros. As professoras acolhem as crianças ao chegarem e aguardam em torno de até 30 minutos que é o tempo de tolerância até que todos cheguem na escola, durante essa espera geralmente são oferecidos brinquedos para as crianças ou as professoras cantam músicas diversas com eles. Em seguida, realizam atividades registradas em folhinhas usando diversas ferramentas como guache, lápis preto, lápis de cor, tinta plástica colorida, etc, geralmente essas atividades registradas em folhinhas acontecem no período da manhã, pois as professoras alegam que as crianças estão mais concentradas, além do tempo na sala de aula ser maior neste período. Ainda de manhã, acontece o lanche, e o almoço, seguindo pelo horário do sono, onde as crianças dormem. Ao acordar, tomam o lanche da tarde, realizam outras atividades e antes de irem para a casa realizam a última refeição denominada como janta. O tempo em sala de aula de manhã se torna maior, pois, a tarde o tempo é bastante preenchido pelo sono e pelas refeições, sendo que de manhã, muitas turmas ainda tomam banho. Há necessidade de inserir mais atividades práticas na rotina pedagógica das crianças, porém, a falta de profissionais, bem como, o tempo escasso acabam dificultando esse processo.

Refletindo sobre o conceito histórico assistencialista da Educação Infantil, pode-se concluir, que as E.M.E.I. “Vereador Lupércio Polizelli”, E.M.E.I. “Vereador José Ângelo de Souza” e E.M.E.I. “Keila Gomes da Silva Garcia” nasceram na política de assistência social, devido a data de criação de ambas e do objetivo que foram criadas e as E.M.E.I. “Maria Luiza Toledo Guarnieri”, E.M.E.I. “Profª. Adércia Teixeira Gontijo Ferreira” e E.M.E.I. “Maria Aparecida Zanette de Camargo” nasceram da política educacional.

A Educação Infantil do município conta com 1 Coordenadora Pedagógica que coordena as 6 unidades educacionais.

Analizando o Projeto Político Pedagógico de cada unidade infantil, foi possível perceber que este documento precisa ser atualizado, pois a versão que se encontra nas escolas, está desatualizada, contando apenas com a história da fundação das unidades e sua estrutura física e de pessoal, deixando de documentar as ações que a escola planeja para o ano letivo, bem como estratégias de enfrentamento dos desafios. Fora das normas padronizadas, pode-se até considerar que as escolas não possuem esse documento.

De acordo com dados atualizados em 2018 da Secretaria Municipal de Educação, o município atende atualmente 435 crianças de 4 e 5 anos (pré-escola) atingindo 100% da demanda e 426 crianças de 0 a 3 anos de idade (creche), contando com uma lista de 74 crianças esperando por vagas, ou seja, a lista de espera corresponde a 17,4% da capacidade total de atendimento do município.

Devido a necessidade do crescimento do município, a educação está com mais 3 creches em fase de acabamento. Duas são do Programa Estadual de São Paulo denominado “Creche Escola” e 1 do Programa Federal chamado PROINFÂNCIA, cada unidade tem capacidade para atender 130 crianças de 0 a 3 anos de idade. Todas essas parcerias que o município realizou visam o atendimento das crianças com maior qualidade.

1.2 Procedimentos metodológicos

Este item objetiva apresentar a metodologia aplicada para o desenvolvimento da pesquisa, propiciando ao leitor a compreensão do caminho percorrido, o método, o universo, os participantes entrevistados, os instrumentais utilizados, enfim, todas as etapas.

Inicialmente, foi necessário buscar conceitos que dessem fundamentação e sustentação metodológica para este estudo. Buscou-se então, contextualizar o que é conhecimento.

O conhecimento é algo que está conectado ao homem desde seu nascimento, pois o homem vive em um aprendizado constante e isso só acontece por meio da aquisição de conhecimento. A reflexão e a investigação fazem com que os homens busquem respostas por meio do conhecimento científico.

De acordo com Bourguignon,

O conhecimento é sempre processo que envolve um esforço de reconstrução da realidade em nossa mente. Parte-se da realidade concreta, tendo como referência um objeto determinado e, através de processo de abstração e de aproximações às suas determinações, relações e processualidade histórica, volta-se à realidade após desvendá-las em sua totalidade complexa. (BOURGUIGNON, 2006, p.41)

A busca incessante por conhecimento e por descobertas de novas tecnologias, são características marcantes do ser humano. Algumas descobertas promovem inquietação, outras buscam soluções para os problemas, provocando assim, discussões entre os cidadãos, principalmente como sujeitos de pesquisas científicas.

O conhecimento científico por sua vez, oportuniza o humano à exploração e à explicação dos fenômenos, e muitas vezes, à sua reprodução. Permite-lhe ainda, indicar possíveis soluções para os desafios e questionamentos com os quais se depara (JOSÉ FILHO; DALBERIO, 2006, p. 43)

A pesquisa então, é uma busca incessante do conhecimento, com fases de procura, descobertas e obtenção de resultados significativos por meio da ciência.

Demo (1996, p 34) insere a pesquisa como atividade cotidiana, considerando-a como uma atitude, um [...] questionamento sistemático, crítico e criativo, mais a

intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”.

Na concepção de Chizzotti (1995, p. 11), “[...] a pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem.” Todavia, a pesquisa só acontece com o apoio de procedimentos metodológicos apropriados, que permitam a proximidade ao objeto de estudo.

Para Bourguignon

O processo de pesquisa exige do pesquisador domínio de fundamentos teóricos, de um método de construção de conhecimento, de procedimentos metodológicos coerentes com o objeto de investigação e o exercício da criatividade- qualidade necessária à elaboração de respostas inovadoras às problemáticas de pesquisa. (2006, p.41)

A presente pesquisa buscou analisar como acontece a educação e o cuidado na Educação Infantil do município de Colina/SP diante da perspectiva dos professores e dos gestores entrevistados. Dessa maneira, visa compreender se acontece a indissociabilidade do educar e do cuidar no cotidiano escolar das crianças de 0 a 5 anos de idade.

A pesquisa é de natureza qualitativa, que corresponde às questões muito particulares, as quais não podem ser quantificadas, conforme Minayo ressalta:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que responde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2016, p. 21).

A abordagem qualitativa tem como característica, analisar e compreender uma determinada realidade que não pode ser quantificada, contando com relações mais exatas e concretas do ser humano. Diante disso, o ser humano não apenas toma atitudes sem reflexões, mas sim, pondera sobre suas ações e suas consequências, diante de uma convivência com seus semelhantes.

A fundamentação teórica e metodológica pautou-se no método materialista histórico-dialético, de Karl Marx, para interpretar a realidade cotidiana e contraditória dos participantes de maneira dinâmica e total, onde os fatos sociais não devem ser considerados isoladamente, devendo ser entendidos dentro uma totalidade complexa, levando em consideração aspectos econômicos, políticos, culturais, dentre outros (GIL, 2008, p. 32).

Para Bourguignon (2006, p. 45), “[...] o método dialético é o caminho pelo qual se pode desvendar a constituição do todo através de aproximações sucessivas sem a pretensão de esgotar a complexidade e dinamicidade do real.”

Nesta perspectiva as categorias filosóficas ajudam a sustentar o processo de conhecimento e dão base para este trabalho, tais categorias foram: totalidade, historicidade e dialeticidade.

O objetivo geral da presente pesquisa foi analisar a indissociabilidade entre o educar e o cuidar na Educação Infantil do município de Colina/ SP com crianças de 0 a 5 anos de idade.

Os objetivos específicos da pesquisa foram compreender a atuação do professor e dos gestores na perspectiva da indissociabilidade do educar e do cuidar. Ressalta-se que um aspecto preocupante é a atuação do professor da creche (0 a 3 anos de idade) muitas vezes apenas com o cuidar e o professor da pré-escola (4 e 5 anos de idade), com o seu desempenho no papel do educar, trabalhando de maneira desagregada esses dois termos essenciais no aprendizado da criança.

Outro objetivo específico implicou em discutir a parceria da família e da escola, influenciando no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, diante do trabalho realizado pelos professores e pela escola em sua totalidade.

Como hipótese: tem-se que a condição de trabalho pedagógico oferecida pelo município de Colina/SP possibilita a indissociabilidade entre o educar e o cuidar nas instituições de Educação Infantil. Diante dessa realidade, compreende-se que a formação continuada dos professores influencia novas reflexões sobre a intensidade do educar e do cuidar nessa faixa etária, partindo do princípio de estudos e discussões sobre estudiosos da área e a partir de trocas de experiências entre os profissionais.

Desse modo, buscando o desenvolvimento coerente com o objeto de estudo, a presente pesquisa foi desenvolvida por meio da pesquisa bibliográfica e de campo.

A pesquisa bibliográfica é formulada a partir de material já existente, composto por principalmente livros e artigos científicos. Gil (2008, p. 65) ressalta que, “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”, com o objetivo de facilitar para o pesquisador realizar suas buscas bibliográficas a partir de materiais já existentes sobre o tema da sua pesquisa.

Assim, além de possibilitar o levantamento dos dados essenciais para o tema estudado, a pesquisa bibliográfica permite ainda o aprofundamento teórico que a pesquisa necessita. Para a concretização do levantamento bibliográfico foram discutidas as transformações e alterações educacionais desde a década de 1930, época que se iniciou o movimento pela busca da qualidade na educação, bem como, utilizou-se de autores que apresentam temas discutidos na pesquisa como a historicidade da Educação Infantil no Brasil, reflexões sobre a família nos espaços educacionais, a indissociabilidade entre o educar e o cuidar, entre outras. Os autores estudados foram: Paulo Freire (1988), Moyses Kuhlman (2015), Theresa Adrião (2002), Romualdo Portela de Oliveira (2002), Sônia Kramer (1994), Mary Del Priore (2002), Philippe Ariés (2012), Irene Rizzini (2008), Francisco Pilotti (2011), Bernard Charlot (2013), Luiz Cavalieri Bazílio (2008), dentre outros. A pesquisa também se respaldou por leis específicas, referenciais da educação, decretos, dissertações, teses e periódicos.

O recorte temporal da pesquisa bibliográfica foi a partir da década de 1990, quando as discussões sobre a necessidade do reconhecimento educacional das “crianças pequenas” como primordial na vida de um cidadão. Em seguida, com o surgimento da LDB de 1996, que inseriu a Educação Infantil como parte integrante da Educação Básica.

A fim de aproximar-se da realidade concreta dos participantes, é que utilizou-se da pesquisa de campo, sendo o universo desta, composto pelas seis unidades de Educação Infantil e o cenário (*lócus*), o município de Colina/SP, que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade, tendo como amostragem a E.M.E.I. “Vereador José Ângelo de Souza”. A escolha do município ocorreu porque a pesquisadora trabalha na cidade.

Para Minayo (2016, p. 56), a pesquisa de campo é uma forma de investigar, articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área de

conhecimento, pois é permitido analisar a realidade como ela é, na produção de um conhecimento que nos permite a criação de novas questões em um processo de incorporação e superação daquilo que já se encontra produzido.

O trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguir não só uma aproximação com aquilo que se deseja conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo. (MINAYO, 2016, p.57).

O recorte temporal da pesquisa de campo foi de 2016 a 2018, pois a pesquisadora analisou os dados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura nesse período, onde constam número de alunos por sala, número de professores por escola entre outras informações essenciais para a pesquisa como a entrevista dos profissionais.

Inicialmente, para que fosse feita a escolha dos participantes da pesquisa de campo, a pesquisadora realizou contato direto por telefone com a Secretária de Educação Municipal explicando o objetivo da pesquisa e solicitando um relatório⁹ de quantas escolas de Educação Infantil teria no município e conforme o recebimento do relatório definindo que havia seis escolas que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade, foi então, que a pesquisadora selecionou a E.M.E.I. “Vereador José Ângelo de Souza”, tendo como critérios de escolha: o pioneirismo na cidade, a aceitabilidade da gestora e demais participantes da pesquisa e estar localizada em um bairro de vulnerabilidade social, visando conhecer a parceria da escola e da família. É relevante observar que foi dada a autorização pela Secretaria Municipal de Educação (Apêndice A).

Nesse sentido, para a apreensão de dados a pesquisadora recebeu autorização para participar de uma reunião no Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), onde conversou com todas as professoras sobre o objetivo da pesquisa e as informações acerca de sua metodologia e relevância, bem como, convidando-os para participarem da mesma.

Para que a pesquisadora conhecesse melhor os participantes e pudesse selecioná-los por meio dos critérios, foi necessário aplicar aos 16 professores da E.M.E.I. “Vereador José Ângelo de Souza”, o questionário estruturado (Apêndice C), incluindo o gestor da unidade, a Secretária da Educação e a Coordenadora

⁹ Consistiu em pesquisar quantas escolas de Educação Infantil tinha no município e quais atendiam as modalidades de creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos).

Pedagógica, levando em consideração que são profissionais que atuam diretamente no trabalho pedagógico e na gestão das unidades. É importante ressaltar, que todos aceitaram participar da pesquisa.

Para a segunda fase da pesquisa de campo, foram definidos os critérios para a seleção dos participantes que responderiam o questionário semiestruturado (Apêndice D). Os critérios foram: professores com maior tempo de função efetiva na unidade escolar, sendo professores que atuariam em creche e professores que atuariam na pré-escola, professores que mantinham assiduidade e aceitabilidade. Por fim, foram selecionados 4 professores que assinaram o termo de consentimento livre (Apêndice B).

Em seguida, foram os gestores que responderam a entrevista por meio do questionário semiestruturado (Apêndice E).

A entrevista é uma técnica de coleta de dados como evidencia Gil:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 2008, p. 109).

Minayo (2016, p. 58) considera o roteiro semiestruturado, “[...] é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo [...] ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objeto”. A técnica da entrevista foi escolhida, pois ela obtém maior interação entre pesquisadores e participantes, bem como, proporciona maior agilidade nas respostas dos encaminhamentos solicitados.

Foi realizada a escuta atenta dos áudios gravados, a organização, transcrição e a leitura das transcrições. Com intuito de assegurar anonimato e sigilo das informações dos participantes da pesquisa, foram atribuídos codinomes para as 4 professoras participantes da entrevista: Eliana, Adelina, Rosa e Madalena. Para os 3 gestores participantes da pesquisa também foram atribuídos codinomes: Micheli, Cássia e Mariângela.

As categorias teóricas de análise foram: a indissociabilidade entre o cuidar e o educar, docente, Estado, educação infantil e a criança.

Prates esclarece que:

Categorias, portanto, podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ou um movimento da realidade; ao mesmo tempo, podem orientar processos interventivos. Convém ressaltar, no entanto, que sua interconexão com os demais elementos que conformar o fenômeno, na perspectiva dialético- crítica, é fundamental para que possamos explicá-lo como unidade dialética, sem reduzir-lhe o sentido. (PRATES, 2012, p.117-118).

Após a fase da apreensão de dados, ocorreu a análise e interpretação. De acordo com Gil:

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procurado sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 2008, p. 168).

A apreensão de dados pode ser também compreendida como uma técnica de compreensão, explicação e interpretação de dados que objetiva a ultrapassagem das evidências imediatas.

Cabe ressaltar, que o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdades de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de Franca/SP, onde após foi aprovado e somente em seguida foi iniciada a apreensão de dados com os sujeitos.

Sendo assim, justifica-se o uso de toda legislação que se configura necessária dentro das normas estabelecidas pela questão da bioética, ou seja, pesquisas que possuem como sujeitos da pesquisa seres humanos. Nesse sentido cabe ressaltar, que a Resolução 510/2016 do Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde e Comissão de Ética em Pesquisa juntamente com a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP/Franca – SP.

A devolutiva da pesquisa será realizada por meio de uma roda de conversa com todos os professores, os assistentes educacionais, auxiliares de sala e os gestores, bem como, a entrega de um exemplar da dissertação, com o princípio

esclarecer a relevância dos professores refletirem sobre a historicidade da Educação Infantil no Brasil e sobretudo o educar e o cuidar de maneira indissociáveis. Termos inseparáveis e que devem ser bem trabalhados e esclarecidos, principalmente nos horários de trabalho coletivo de cada instituição, podendo ser coordenado pelos seus gestores. Importante também refletir sobre a história das instituições de Educação Infantil do município de Colina com o intuito de compartilhar com os professores, que podem não conhecer. O momento da devolutiva final, acontecerá em Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (H.T.P.C.), com todos os profissionais da educação.

1.3 Contextualização dos participantes da pesquisa

A pesquisadora visitou a unidade E.M.E.I. “Vereador José Ângelo de Souza” por um dia para entender qual era a rotina da escola. Foi possível perceber, que o contato da família ou responsáveis com as professoras é regular, devido a particularidade da faixa etária que as crianças se encontram, nas quais precisam de um adulto para levá-las e buscá-las na escola. Outra constatação pertinente, foi que mesmo sendo as mães que levassem os filhos na maioria das vezes à escola, cresce o número de outros familiares responsáveis por essa tarefa, podendo ser tia, avó, babás e mesmo os pais têm aderido a essa tarefa.

Como já abordado anteriormente, todos os professores aceitaram participar da pesquisa.

Conforme constatado na metodologia da pesquisa, foram analisados 16 formulários de professores representando 100% de professores da unidade E.M.E.I. “Vereador José Ângelo de Souza”. Primeiramente foi analisado os participantes da pesquisa professores, posteriormente foram analisados o perfil dos participantes da pesquisa gestores, contando com 3 formulários.

Foi relevante conhecer a idade das participantes, para perceber que mesmo a maioria estando entre a faixa etária de 31 a 50 anos, também tem profissionais com idades entre 25 a 30 anos e 51 a 61, tendo em vista o interesse e o envolvimento no trabalho de várias faixas etárias, bem como, considerar a visão de criança que as participantes da pesquisa têm, levando em consideração a evolução histórica da concepção de criança e as diversas necessidades da educação escolar, principalmente o atendimento infantil.

A faixa etária das participantes da pesquisa- professores, compreende a idade de 25 a 61 anos, sendo que 62,5% estão entre 31 a 50 anos de idade e 18,7% estão entre 25 a 30 anos e 18,7% entre 51 a 61 anos de idade, conforme gráfico 1.

Gráfico 1: Perfil das professoras: idade



Fonte: Elaborado por Ana Lucia Estefani Pereira dos Reis. Dados retirados do questionário aplicado pela pesquisadora (2018).

As participantes da pesquisa foram identificadas com nomes fictícios, preservando o sigilo e a ética da pesquisa, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Tabela com os nomes das participantes da pesquisa.

Professoras	Idade	Formação	Etapas que atua
Adelina	32 anos	Pós-graduação	Creche
Eliana	53 anos	Pós-graduação	Creche
Madalena	33 anos	Superior	Creche
Rosa	49 anos	Magistério	Pré-escola

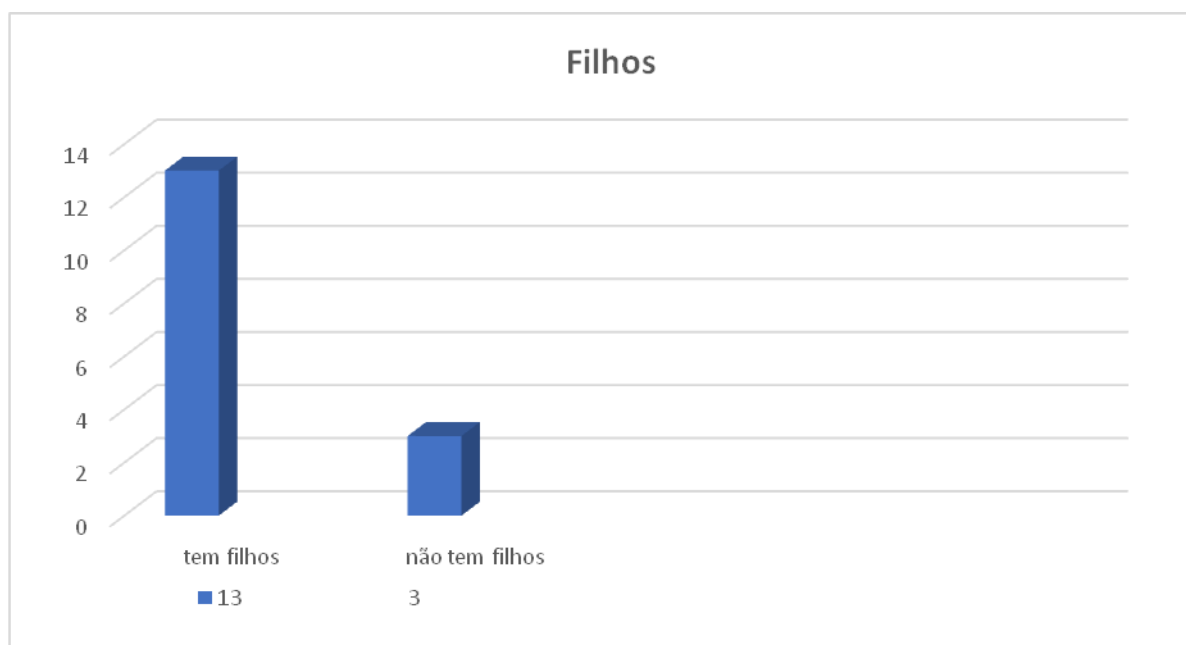
Fonte: Ana Lucia Estefani Pereira dos Reis, 2018.

Em relação ao gênero¹⁰ dos participantes da pesquisa 100% são do gênero feminino, ou seja, as 16 professoras são mulheres. Esse dado é relevante, pois foi uma concepção constituída historicamente e permanece até nos dias atuais, onde principalmente na Educação Infantil só trabalhavam mulheres, como citado anteriormente, devido a sua experiência materna.

Quanto a cidade que residem as participantes da pesquisa 93,7% residem na cidade de Colina/SP, e apenas 6,3% (1 professora) reside na cidade de Barretos/SP. Esse dado representa que a maioria das professoras optam por trabalhar na mesma cidade em que residem, e apenas uma minoria enfrenta os desafios cotidianos para trabalharem em outra cidade.

Em relação a ter filhos, 81,2% tem filhos e 18,8% não tem filhos conforme destaca o gráfico. A vinculação das mulheres de terem filhos ou não, não quer dizer que ela se torna mais experiente ou vice e versa, para trabalharem na Educação Infantil, só porque nesta etapa se trabalha com crianças pequenas e requerem maiores atenções.

Gráfico 2: Perfil dos professores: filho

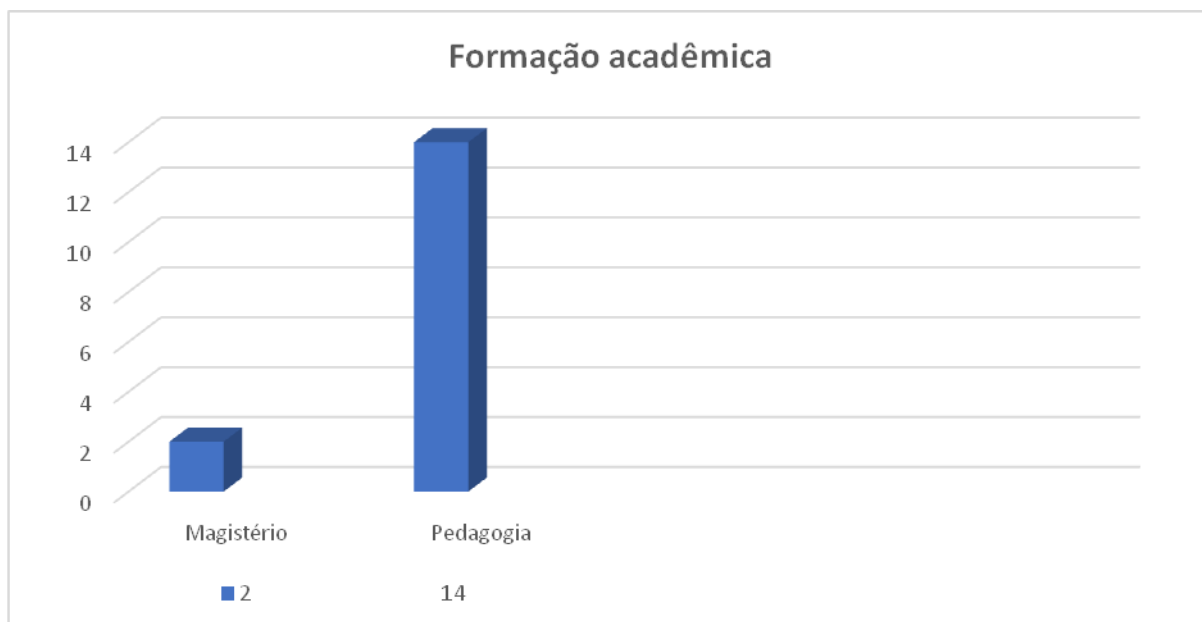


Fonte: Elaborado por Ana Lucia Estefani Pereira dos Reis. Dados retirados do questionário aplicado pela pesquisadora (2018).

¹⁰ Consiste no modo como determinado indivíduo se identifica na sociedade, com base no papel social do gênero e no sentimento individual de identidade da pessoa.

Em relação a formação das participantes da pesquisa, 87,5% tem Pedagogia e 12,5% só tem o magistério em nível médio, conforme aparece no gráfico 3.

Gráfico 3: Perfil dos professores: formação acadêmica

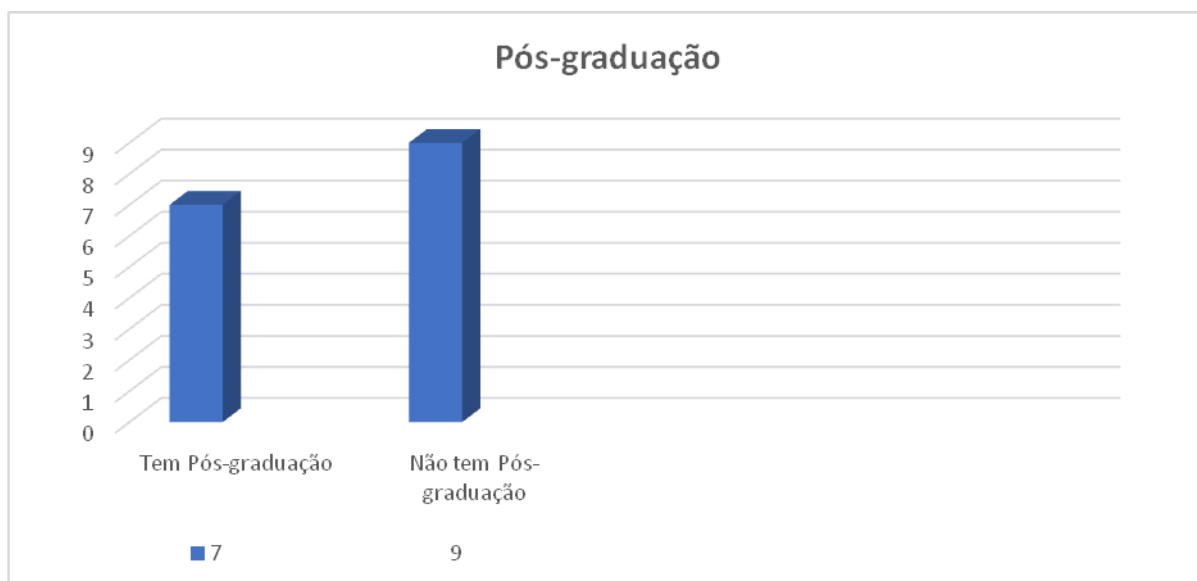


Fonte: Elaborado por Ana Lucia Estefani Pereira dos Reis. Dados retirados do questionário aplicado pela pesquisadora (2018).

É menor ainda, a quantidade de professores que não tem Pedagogia, porém, segundo Nicolielo (on-line), “uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), [...], prevê que todos os professores da Educação Básica tenham formação específica de nível superior de licenciatura na área de conhecimento em que atuam até em 2020”, fazendo com que os professores de Educação Infantil que ainda não tem licenciatura em Pedagogia comecem a cursar o quanto antes. Dessa maneira, é fundamental que os professores sejam formados no curso de Pedagogia em nível superior.

Em relação as participantes da pesquisa terem ou não Pós-graduação lato sensu, 56,2% não possuem nenhuma especialização e 43,7% tem pelo menos uma especialização, conforme mostra o gráfico 4.

Gráfico 4: Perfil dos professores: Pós-graduação *latu sensu*.



Fonte: Elaborado por Ana Lucia Estefani Pereira dos Reis. Dados retirados do questionário aplicado pela pesquisadora (2018).

As participantes da pesquisa professores não tem Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado), ou seja, na análise do perfil dos professores não contam nenhum professor que tenha mestrado ou doutorado.

Importante analisar a formação das participantes da pesquisa para seguir com reflexões sobre a contribuição da formação continuada para o avanço da qualidade do trabalho pedagógico.

Analisando o perfil das participantes da pesquisa gestores, que compreende a Secretária de Educação do município de Colina/SP, a Coordenadora Pedagógica e a Diretora da unidade escolhida para a realização da pesquisa.

Foram analisados 3 questionários de gestores, totalizando 37,5% dos gestores de Educação Infantil do município.

A faixa etária de idade das participantes da pesquisa gestores é de 51 a 60 anos de idade.

As participantes da pesquisa foram identificadas com nomes fictícios, preservando o sigilo e a ética da pesquisa, conforme a tabela 2.

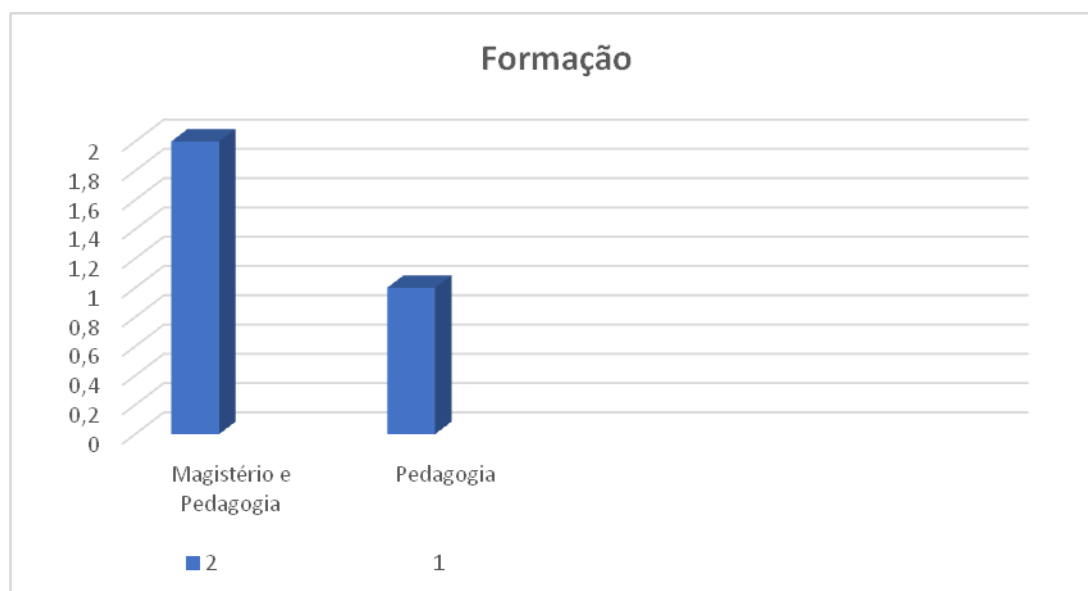
Tabela 2: Tabela com os nomes dos participantes da pesquisa.

Gestoras	Idade	Formação	Função
Cássia	51 anos	Pós-graduação	Secretária de Educação
Mariângela	55 anos	Pós-graduação	Diretora de Escola
Micheli	60 anos	Pós-graduação	Coordenadora Pedagógica

Fonte: Ana Lucia Estefani Pereira dos Reis, 2018.

Em relação ao gênero dos participantes da pesquisa gestores todos são mulheres e residem em Colina/SP. Levando em consideração o contexto histórico como refletido anteriormente, na gestão a situação não é diferente dos professores. Uma situação comprovada pelos dados colhidos pela Secretaria Municipal de Educação, afirma que na Educação Infantil do município de Colina/SP não trabalha nenhum funcionário do gênero masculino.

Em relação a formação dos participantes da pesquisa na gestão 100% possuem Pedagogia, sendo que, 66,7% tem Magistério e Pedagogia e 33,3% tem só Pedagogia, conforme indica a gráfico 5.

Gráfico 5: Perfil dos gestores: formação

Fonte: Elaborado por Ana Lucia Estefani Pereira dos Reis. Dados retirados do questionário aplicado pela pesquisadora (2018).

Das participantes da pesquisa gestoras, todas têm Pós-graduação *Latu Sensu* e nenhuma tem Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

De acordo com os dados da pesquisa, o município de Colina/SP precisa evoluir na questão da formação dos professores, pois ainda há números consideráveis de professores que não possuem curso superior, situação essa que já deveria estar extinta de acordo com a Meta 15 do PNE, que propõem garantir que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, 2014, p. 48). Importante considerar que o município é responsável pelo financiamento da Educação Infantil em coparticipação com outros entes federados, devendo garantir a formação continuada como ferramenta da melhoria da educação.

Na pós-graduação *latu-sensu*, o número de acordo com a pesquisa, ainda é mais alarmante, 56,2% não tem nenhum tipo de especialização, ou seja, mais da metade das participantes da pesquisa não deram continuidade nos estudos. No quesito pós-graduação *stricto-sensu*, tanto os participantes professores quando os gestores não possuem nenhum tipo dessa formação.

Para que as instituições e sua equipe profissional deixem de ser consideradas assistencialistas, conforme concepções históricas já discutidas, é preciso que o poder público invista e incentive mais a formação continuada desses profissionais, pois somente assim, a Educação Infantil terá melhorias no trabalho pedagógico, tratando a criança em sua totalidade, para que se torne um cidadão em desenvolvimento crítico e ativo na sociedade.

CAPÍTULO 2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” Paulo Freire

2.1 A Criança e seu desenvolvimento integral

Este capítulo trouxe reflexões pertinentes a Educação Infantil, como por exemplo, a historicidade da Educação Infantil no país e as legislações direcionadas à etapa de ensino, bem como, a discussão sobre a indissociabilidade do educar e cuidar com crianças pequenas e a relevância da relação escola e família e a inclusão na gestão democrática da unidade escolar. Também se discute o trabalho da equipe escolar na indissociabilidade do educar e cuidar na instituição de Educação Infantil¹¹.

A trajetória da infância entra em confronto em diversos momentos, em um processo contraditório e complexo. Não podendo se resumir a uma evolução ou simplesmente acontecimentos lineares, cabe refletir que foram fatos em um contexto histórico, de acordo com os interesses de cada época.

No período colonial, a assistência à infância no Brasil seguia determinações de Portugal, aplicadas por representantes da Igreja Católica. Também com intuito político, os jesuítas convertiam crianças índias por meio da catequização, em futuras gerações dóceis para favorecer o Estado Português, conduzindo-os quando adultos, às estruturas sociais e culturais de interesse, ou seja, transformando as crianças em futuros adultos que pudessem lhes servir com a mão -de -obra e sendo beneficiados com isso. (Rizzini e Pilotti, 2011, p. 17).

De acordo com Rizzini e Pilotti (2011, p. 17) a catequização era um importante instrumento para “instruir” as crianças e educá-las:

Ao cuidar das crianças índias, os jesuítas visavam tirá-las do paganismo e discipliná-las, inculcando-lhes normas e costumes

¹¹ Educação Infantil etapa da Educação Básica que corresponde ao atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade em instituições infantis.

cristãos, como o casamento monogâmico, a confissão dos pecados, o medo do inferno.

Com esses objetivos, a esperança era de “reeducar” as crianças, já que muitas vezes catequizar os adultos era perda de tempo. O objetivo da catequização realizada pelos jesuítas às crianças, era convertê-las de acordo com seus interesses, moldando-as em um estruturado sistema educacional, sem ao menos que os cidadãos pudessem ser contraditórios a essa ideia, não restando-lhes alternativas, e caso resistissem a essa imposição, o governo poderia usar da própria força a possíveis resistências.

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil por volta de 1760, a escravidão dos índios também foi proibida. No entanto, continuava a exploração dos colonos, principalmente para extrair e exportar riquezas naturais, como madeira, ouro, ou para cultivar cana de açúcar e posteriormente o café. Para tanto, foi necessário utilizar da mão de obra escrava que vinham da África.

As crianças por sua vez, morriam em uma ordem crescente, pois não tinham um desenvolvimento saudável de acordo com a vida precária de seus pais, e mesmo porque suas mães serviam de amas de leite, pois amamentavam inúmeras outras crianças. Essa situação não mudou mesmo com a Lei do Ventre Livre em 1871, onde as crianças escravas continuavam nas mãos dos seus senhores até os 14 anos, servindo-lhes, inclusive de “presentes para seus filhos” como brinquedos, sendo humilhados, sendo “objetos” de divertimentos para as visitas, considerados como animais de estimação, bem como, sofriam maus tratos e exploração sexual. (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 18).

Por muito tempo, as crianças e adolescentes não conseguiram ter uma infância tranquila, eram malvistas pela sociedade. A infância não tinha a devida importância e lhes eram negadas as atenções adequadas. De criancinha pequena, ela se transformava em homem jovem, deixando as etapas da juventude, ou seja, era muito mimada quando bebê e rapidamente quando ainda criança, tinha que responder por responsabilidades de adultos. As crianças aprendiam as tarefas na prática, independentemente da sua idade, muitas vezes, realizavam atividades direcionadas para adultos. Essas atitudes com as crianças e adolescentes mostravam o quanto eles igualavam-se aos adultos, principalmente nos afazeres domésticos e no trabalho infantil.

O abandono infantil também foi uma atitude que desmerecia a infância como fase primordial na vida de uma pessoa. No Brasil, o abandono de recém-nascidos não se constitui em fato recente. As crianças já eram abandonadas nas portas das casas, das igrejas e mesmo nas ruas nos períodos Colonial e Império. Muito comum eram essas crianças serem devoradas por cães, porcos e outros animais, ou também morriam de fome ou de exposição. Não restava então, para as crianças abandonadas que eram consideradas “infelizes”, “rejeitadas” e “deserdadas da sorte”, a destinação à roda dos expostos. (MEND’S, 2015, p. 97).

No século XVIII era comum deixarem as crianças abandonadas em uma roda de madeira, com formato cilíndrico e com acesso a um asilo de menores, que servia de acolhimento a esses recém-nascidos, a chamada roda dos expostos. As primeiras cidades a instalarem a Casa dos Expostos, foram: Salvador, Rio de Janeiro e Recife, que recebiam bebês deixados na roda, na qual era mantido o anonimato ao autor ou autora do abandono. No século XIX, muitas rodas dos expostos surgiram no país, tendo o sistema persistido até meados do século XX. Para a sociedade, esse espaço de acolhimento foi de grande importância, já que com esses locais eram evitadas que crianças fossem abandonadas na rua, a espera da morte. (MEND’S, 2015, p. 97). Porém, muito criticada por homens influentes e ligados ao governo, principalmente por considerarem como uma afronta às leis sociais humanas, com o pretexto de velar as desonras e aparar as misérias, não atendiam à mínima condição de necessidade das crianças, além de limitar os condenados à tortura, rompia os laços de afeto materno. Diante desse desafio, de acolher os desamparados, bem como, amparar as mães trabalhadoras que muitas vezes abandonavam seus filhos por falta de opção, a creche que já existia no final do século XVIII e início do século XIX nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, porém com caráter moralizador e apenas de cuidados e não educacional, era muito elogiada e com sugestões de substituição à roda, devendo ser realizadas melhorias em seus projetos e formatos administrativos (FALEIROS, 2011, p. 37).

Por volta de 1850 até 1880, o número de crianças abandonadas era crescente, e se atribui também essa culpa, aos senhores que alugavam as escravas para lhes servirem como amas-de-leite; para proteger as honras das famílias, escondendo frutos de amores proibidos; pela esperança que as escravas tinham de que seus filhos fossem livres, ou mesmo que tivessem um enterro digno, já que muitos eram deixados na roda, já mortos ou em situação de saúde precária. As

inúmeras epidemias como febre amarela, cólera e varíola, que na época deixavam muitas crianças órfãs, também foi um agravante (ARANTES, 2011, p.178).

A conjuntura de guerra e pós-guerra (1914/1918) gerou uma grave crise econômica na qual colaborou para algumas reformas pertinentes, principalmente na área trabalhista, gerando descontentamento da sociedade e afetando o público infantil.

Com a revolução Industrial a partir da década de 1930, o Brasil passou a mudar seu modelo econômico de agrário-exportador para industrial. Foi notável então, um crescimento desordenado dos centros urbanos com o êxodo rural e aumentos da vinda de imigrantes para as grandes cidades, bem como a exploração das crianças pelo uso da mão-de-obra infantil.

A mão-de-obra infantil era usada em abundância nas indústrias e as crianças ajudavam na complementação dos baixos rendimentos das famílias operárias. Não havia jornada de trabalho diferenciada para as crianças e o salário era menor que dos adultos, sem contar, que nessa época a tuberculose fazia muitas vítimas nos galpões das indústrias, causando um número assustador de mortes(FALEIROS, 2011, P. 46).

A situação de precariedade no tratamento das crianças começa a ser pensada de maneira diferente a partir do século XIX, onde a cidadania das crianças e dos adolescentes foram inseridas nas pautas políticas e nos discursos oficiais, em função da busca incessante dos movimentos sociais pela demanda de direitos e suas garantias, mas iniciou-se sua concretização, principalmente na Constituição de 1988 (FALEIROS, 2011, p. 35).

O objetivo dessa contextualização histórica e árdua do tratamento com as crianças, é perceber que as crianças não eram respeitadas por sua faixa etária específica e que não recebia cuidados necessários de acordo com suas necessidades.

Diante de muitas buscas por qualidade no desenvolvimento infantil, discussões, debates e encontros sobre a defesa dos direitos da criança e do adolescente pelos movimentos sociais, finalmente é aprovada a Constituição de 1988 (CF/88), não somente defendendo os direitos das crianças e dos adolescentes, mas se tornando a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico, podendo ser considerada como “Constituição Cidadã”, por ser

concebida no processo de redemocratização, iniciando com o encerramento da ditadura militar no Brasil (1964- 1985).

Garante-se então à criança e ao adolescente como dever do Estado, da sociedade e da família, segundo o artigo 227 da CF/88 com absoluta prioridade os direitos fundamentais à vida

[...] o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los em proteção de qualquer maneira de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2016, p. 76).

Outras leis fundamentais foram criadas em seguida da CF/88, defendendo os direitos das crianças e dos adolescentes e garantindo a sua cidadania.

Em 13 de julho de 1990 é criada a Lei nº 8069, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevendo direitos e garantias fundamentais à infância. As crianças e os adolescentes passaram a ter absoluta prioridade, já que estão em uma fase específica de desenvolvimento e necessitam de proteção diferenciada. Finalmente, uma política que reconhece a criança e o adolescente como cidadãos, garantindo mais prioridade no acesso às políticas sociais.

Foi necessário abranger a historicidade da infância para que a concepção de criança seja entendida como um sujeito histórico e social. Porém, é preciso discutir também, o desenvolvimento em seus aspectos cognitivo, físico e motor.

O desenvolvimento humano é um processo de crescimento e de mudanças em vários níveis, tais como: níveis emocionais, físico, comportamental, cognitivo, social, emocional, entre outros ao longo da vida. Em cada fase surgem características específicas. Cada criança é um indivíduo que se desenvolve em seu próprio ritmo, umas mais cedo, outras mais tarde, mesmo tendo idades iguais, sem falar propriamente em problemas com a criança. Isso depende muito, da estimulação que recebe e do seu ritmo de aprendizagem.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) são documentos importante para a definição do papel fundamental para a educação das crianças pequenas em instituições educacionais, criado em meados da década de 1990. Os RCNEI (2001, p. 21), compreende a criança como um ser em total construção:

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também, o marca.

Toda criança precisa de estímulos no “[...] sentido de aquisições de habilidades motoras, mentais e sociais básicas, como engatinhar, sorrir, piscar os olhos, andar, reconhecer cores e sons, entre outras”, para o seu pleno desenvolvimento, atitudes que parecem simples, mas que é de grande importância com crianças de 0 a 5 anos. (VASCONCELLOS, 2005, p. 2).

Profissionais de diversas áreas como psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, entre outros, tem abordado cada vez mais sobre o desenvolvimento da primeira infância, defendendo essa fase como primordial, na qual a criança construirá uma base que irá favorecê-la por toda a sua existência.

De acordo com Vasconcellos (2005, p. 9), Henri Paul Hyacinthe Wallon (1879-1962,) filósofo, médico, psicólogo e político francês, foi que inovou, ao colocar a afetividade como um dos aspectos centrais do desenvolvimento. Outros estudiosos, como Jean Piaget (1896-1980) e Lev Vygotsky (1896- 1934) já atribuíram importância à afetividade no processo evolutivo, mas foi o educador francês Wallon que se aprofundou na questão.

Discutir as teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon, remete até hoje à reflexões que ajudam professores e pesquisadores sobre o processamento da inteligência, do aprendizado e do desenvolvimento. A contribuição de cada um é muito relevante, uma vez que ajuda a ter uma visão mais abrangente de como se processa o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, embora, ambos mostrem aspectos distintos, e, outras vezes semelhantes. Isso é importante para se confirmar que não existem teorias que predominam, mas sim teorias próprias e únicas, para serem usadas sempre que necessárias.

Com isso, é relevante, discutir, mesmo que de forma sucinta, cada autor e suas particularidades em suas teorias, para que se entenda a importância de cada uma no processo do desenvolvimento de uma criança.

Wallon apud Salla, 2011, p. 415, ao estudar a criança, não coloca a inteligência como o principal componente do desenvolvimento, mas defende que a

vida psíquica é formada por três dimensões que são: a motora, afetiva e cognitiva, e atuam de forma integrada. Ou seja, o que é conquistado em um plano atinge outro sem ao menos ter consciência disso. Por exemplo, um bebê ao andar desenvolve suas dimensões motora e cognitiva, com base em um estímulo afetivo. Um olhar repressor da mãe poderia impedi-lo de fazer. Ainda nesta perspectiva, Wallon defende que o processo de desenvolvimento, depende tanto da capacidade biológica do sujeito, quanto do ambiente que o afeta de alguma forma. Ou seja, o indivíduo nasce com uma bagagem orgânica, que lhe determina recursos, porém, é o meio (socialização) que vai permitir que essas potencialidades se desenvolvam. Um exemplo é uma criança com uma bagagem orgânica em perfeitas condições, mas só desenvolverá a fala se estiver em um ambiente que desperte isso, com outros indivíduos falantes que possam ser imitados, ou usando outros mecanismos de aprendizagem.

Ainda segundo Wallon, a escola deveria perceber a criança como um ser total, concreto e ativo e de manter-se em contato com o meio social. Desenvolveu-se também, os estágios do Desenvolvimento Mental¹². A interação com outras crianças, torna-se indiscutível na construção do conhecimento:

O professor deixa de ser o agente exclusivo na formação das crianças. A interação com as outras crianças assume um papel fundamental no desenvolvimento e aprendizagem de cada uma delas. [...] A brincadeira assume um lugar essencial no desenvolvimento da criança (ROCHA, 2014, p. 3).

Com isso, a criança aprende com os conflitos, crises e contradições existentes no cotidiano.

Outro estudioso, Jean Piaget foi um renomado biólogo, psicólogo e filósofo suíço, conhecido por seu trabalho pioneiro no campo da inteligência infantil. Ele passou grande parte de sua carreira profissional interagindo com crianças e estudando seu processo de raciocínio. Seus estudos tiveram grande impacto sobre os campos da Psicologia e da Pedagogia.

Piaget tem como principal questionamento, como o ser humano constrói o conhecimento. Por meio de suas observações, chegou a conclusão, de que a criança incorpora as experiências através de conceitos já existentes, considerando

¹² Não será esboçado, pois não se trata do objeto de estudo. Poderá ser explicado brevemente.

como fator essencial e determinante no seu desenvolvimento, o processo de adaptação ao meio em que vive. Diante disso, discute sobre os estágios do desenvolvimento, que são: sensório motor: do nascimento, até 18 a 24 meses; pré-operatório: entre 2 a 6/7 anos; operatório concreto: aproximadamente 7 entre 8 anos até 11 entre 12 anos; operatório formal a partir de 11/ 12 anos em diante. Para ele, a aprendizagem depende do processo cognitivo. Devido a isso, a escola tem um importante papel de oferecer à criança, oportunidade de agir sobre os objetos de conhecimento, e o professor facilitar e desafiar o seu processo de elaboração, deixando que a criança construa seu próprio conhecimento (ROCHA, 2014, p. 3).

No estágio sensório-motor as principais aquisições, destacam-se na construção do “eu”, por meio do qual a criança diferencia o mundo externo do seu próprio corpo. O bebê explora, percebe seu corpo como diversas partes, experimenta emoções diferentes, formando a base do seu autoconceito. Há então, inteligência antes da linguagem.

No estágio pré-operatório, surge a capacidade da criança de substituir um objeto ou acontecimento por representação. Segundo Piaget essa substituição é possível, graças à função simbólica. Neste estágio, a criança já não depende unicamente de suas sensações, de seus movimentos, mas já encontra um significado por meio de imagem, palavra ou símbolo, daquilo que ele significa (o objeto ausente).

O estudioso Vygotsky, também foi um autor relevante na questão da aprendizagem. Sua teoria girava em torno do ensino e aprendizagem escolar e desenvolvimento cognitivo, na qual a criança nasce inserida em um meio social, que é a família, e é nela que estabelece as primeiras relações com a linguagem na interação com os outros.

Considera-se que na infância, explorar o ambiente é uma maneira poderosíssima que a criança tem à disposição para aprender. Ela se diverte por exemplo, com um ursinho ao mordê-lo, para examinar sua textura, essa atividade parece simples, porém, não depende somente do contato direto com o objeto de conhecimento. Nesse caso, um elo intermediário se interpõe entre o ser humano e o mundo, que é o ursinho, usado como instrumento de mediação.

Vygotsky estudou muito sobre o organismo e o meio. Pesquisava a noção de mediação ou aprendizagem mediada. Tais mecanismos psicológicos distinguem o

homem dos outros animais e são essenciais na aquisição de conhecimentos. (ROCHA, 2014, p. 3).

Na educação escolar o aprendizado precisa ser organizado pelo professor, que na interação com os alunos, tem o conhecimento específico para mediar o acesso a diferentes saberes. Os estudantes, por sua vez, devem construir suas próprias ideias baseadas no que foi dito em aula.

Segundo Rocha (2014, p. 3), Vygotsky elaborou a teoria de que o desenvolvimento acontece a partir das interações sociais e das condições de vida, diante dessa ideia, o pesquisador elaborou três níveis de desenvolvimento. O nível de Desenvolvimento Real, que é determinado pela capacidade que uma pessoa tem de solucionar sozinha as atividades que lhe são apresentadas. O segundo nível: Desenvolvimento Potencial determina a capacidade que uma pessoa tem para resolver as atividades propostas por uma pessoa mais experiente. E o terceiro nível: Zona de Desenvolvimento Proximal, que é considerada como intercessora entre o Desenvolvimento Real e o Desenvolvimento Potencial, esse nível é fomentado pela interação de um indivíduo aprendiz, com outros indivíduos com maior experiência.

Rocha (on-line, 2014) apresenta semelhanças e diferenças entre as teorias dos três autores, pois afirmam o desenvolvimento pleno da criança:

Em relação a construção do conhecimento, para Piaget o conhecimento se dá a partir da relação do sujeito com o objeto dependendo do grau de desenvolvimento das suas estruturas cognitivas. Para Vygotsky que focou sua teoria na escola deixando claro os seguintes aspectos: Primeiro que o ser humano era um ser Filogenético, fazia parte de uma espécie; segundo que esse ser humano também era Ontogenético, nascia, crescia e morria; e que esse também era Microgenético, que por mais que sejam parecidos em alguns aspectos existem fatores genéticos individuais desse indivíduo. Para Wallon o desenvolvimento se dá também em estágios, mas que são diferentes da teoria Piagetiana. Wallon além de dar importância ao corpo da criança e a maturação biológica, considera importantíssima a emoção sendo o mesmo fator principal em sua teoria, a observação é o método primordial, é a tentativa de entender o desenvolvimento da criança. (ROCHA, on-line, 2014).

Quanto aos estágios de desenvolvimento, tanto Piaget quanto Wallon, se manifestam sobre o assunto. Para Piaget os estágios se dividem em quatro, enquanto para Wallon o desenvolvimento se dá em estágios onde, o indivíduo pode

continuar em dois estágios apenas. Já Vygotsky enfatiza a importância do meio cultural e das relações entre os sujeitos imersos em um contexto histórico e a ênfase em seus processos de transformação. Para Piaget, o desenvolvimento humano é explicado de acordo com o pressuposto de que existe uma conjuntura de relações interdependentes entre o sujeito conhecedor e o objeto a conhecer; Vygotsky defende a mediação simbólica, que é feita por meio dos signos, que são construídos culturalmente e que são compartilhados por todos, por sua vez, Wallon, por mais que reconheça o fator orgânico e biológico como Piaget, relata que o mesmo é a primeira condição no desenvolvimento do pensamento, mas não o único. (ROCHA, on-line, 2014).

É de extrema importância essa discussão sobre a historicidade da criança, bem como, a análise das teorias dos autores que discutem sobre o desenvolvimento infantil, justamente para ajudar os profissionais que atuam na Educação Infantil, familiares, a conhecerem essas etapas e saberem como agir diante de cada uma, entretanto, não serão aprofundadas por não se tratarem diretamente do objeto de estudo.

As pesquisas apontam a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano. A escola precisa estar bem estruturada porque exerce papel relevante na formação da vida futura. No convívio com outras pessoas é que a criança adquire experiência, evolui no seu desenvolvimento e aprendizagem, ou seja, experimentar, comparar, inventar, registrar, descobrir, perguntar, trocar informações reformular hipóteses, permite que vá construindo o seu conhecimento sobre o mundo e desenvolvendo sua inteligência. Esse processo diz respeito à totalidade da criança e a forma como ela se insere no mundo. (VASCONCELLOS, 2005, p.3).

Frente ao conhecimento da importância da estimulação para um desenvolvimento infantil com maior qualidade, cabe à família e em conjunto com a escola, tratar dessa questão com tamanha responsabilidade que ela merece.

A Instituição de Educação Infantil como espaço preparatório para a etapa seguinte, ou seja, o ensino fundamental, precisa desenvolver em sua totalidade e com qualidade o desenvolvimento da fase que lhe é de responsabilidade. Preparando e planejando seu espaço, como também, suas atividades, para que se torne um ambiente confiável e educador. Diante disso, todas as ações da escola e

dos profissionais envolvidos devem ser planejadas, refletidas, discutidas e desenvolvidas com intencionalidade e finalidade.

Desataca-se então, a atenção que a escola deve ter para que, além dos cuidados diários, necessários para o aprendizado da criança com seu próprio corpo, sua higiene e alimentação, dentre outras. O ato intencional de educar, também deve fazer parte do cotidiano, pois é nele que as crianças aprendem e interagem com os outros indivíduos e o seu meio, desenvolvendo suas habilidades de forma integral.

De acordo com Vasconcellos (2005, p. 2), as crianças precisam de um cotidiano planejado para seu desenvolvimento se torne harmonioso:

As crianças desde bebês necessitam ter uma rotina bem planejada, estruturada e organizada para o seu melhor desenvolvimento por lhe proporcionar conforto, segurança, maior facilidade de organização, espaço temporal, e a liberta do sentimento de estresse que uma rotina desestruturada pode causar a criança.

Diante dessa consideração, cabe não somente à escola, mas também à família, como primeira instituição social que a criança vive, criar espaços adequados e preparatórios, no qual desenvolvam habilidades e emoções positivas, impulsionando o bom desenvolvimento infantil, para que essa criança se torne um adulto ativo, reflexivo, autônomo e crítico.

2.2 História da Educação Infantil no Brasil e as legislações.

É necessário se ter um olhar histórico sobre a Educação Infantil no Brasil, levando em consideração o contexto social e cultural no qual se constituiu e se consolidou o atendimento às crianças.

A história da educação no Brasil tem uma trajetória de avanços e retrocessos, desde a chegada dos colonizadores nessa terra fértil.

Os 500 anos da chegada de Cabral às terras brasileiras, vindo a constituir o Brasil, marca em diversos aspectos a história e acontecimentos gerados em torno desse cenário, e conseqüentemente, posterior a ele.

Pode-se considerar que a educação escolar no Brasil teve início com os Jesuítas, com intuito pedagógico. Eles foram responsáveis por um sistema educacional com expansão, pelo território da Colônia e predominantemente pelos

religiosos da igreja católica, perante a sociedade civil. (GHIRALDELLI JUNIOR, 2003, p.11).

No fim do século XVIII aconteceu então, a expulsão transitória dos jesuítas no Brasil, mesmo diante dessa situação, a igreja católica preservou sua autonomia, porém, o processo educativo passou por um período de desintegração e queda. Isso tudo, resistiu até a transferência da corte Portuguesa ao Brasil em 1808. Com sua vinda para o Brasil, D. João VI inovou a política educacional em comparação ao modelo de educação que o governo português adotava no Brasil. Diante dessa realidade, surge a necessidade da implantação de novos quadros técnicos e administrativos (fundação de escolas técnicas, academias, instalação de laboratórios etc), devido às inovações trazidas por D. João VI.

Logo após a independência, em 1822, a Assembleia Constituinte discutiu a importância da educação popular, surgindo então, novos ideais. Porém, somente em 1827 é que foi determinada a lei de criação de escolas primárias em todas as cidades e vilas populosas. (GHIRALDELLI JUNIOR, 2003, p.11).

A educação no Brasil evoluiu de acordo com as necessidades de cada época e com interesses socioeconômicos predominadas pela burguesia.

Assim, como a educação no país demorou em suas conquistas e avanços, a Educação Infantil, também teve sua trajetória histórica marcada por longas e demoradas conquistas.

Na Europa e nos Estados Unidos pode-se encontrar atualmente um abundante acervo bibliográfico sobre a história da criança e da assistência às crianças abandonadas e pobres. No Brasil, apenas recentemente a história da infância vem sendo assunto de destaque entre os pesquisadores. Poucos trabalhos realizados eram direcionados à história da infância, muitos trabalhos eram conduzidos ao trabalho do “menor”, relacionados à delinquência, à violência e à criminalidade, com intenção do aparato governamental a estes “problemas”.

O reconhecimento da criança como um sujeito sócio histórico e cultural, que tem direitos e deveres, merecedor de atenção especial da família, dos profissionais da Educação Infantil e do Estado, se constituiu em uma longa caminhada histórica.

Quando o assunto é Educação Infantil, logo o pensamento é conduzido a um processo educacional das crianças pequenas, isso está intrinsecamente ligado ao fato social da escolarização, que se explica devido a ligação a outros fatores sociais como, por exemplo, a demografia infantil, o trabalho feminino, as transformações

familiares, novas representações de infância etc. Fatores que iniciaram uma demanda maior de estudos e investimentos para a criança.

A história da Educação Infantil também parte deste princípio. As instituições que educam as crianças pequenas estão em profunda ligação no que diz respeito à infância, família, urbanização, popularização, o trabalho e das relações de produção etc., bem como, a evolução das demais instituições educacionais. Precisa-se levar em conta a importância da infância com suas subjetividades e especificidades para que se compreenda a necessidade de uma condição especial de aprendizado a essa faixa etária. (KUHLMAN JÚNIOR, 2015, p. 16).

No Brasil, são criados em 1875, os primeiros jardins-de-infância privados e somente depois foram difundidos os jardins-de-infância públicos. A elite brasileira, era privilegiada, pois a educação que era direcionada a essa classe social, tinha caráter pedagógico para o desenvolvimento das crianças. Essas instituições privadas tiveram mais preocupações com o desenvolvimento pedagógico das crianças pequenas, pois eram diferenciados dos asilos e creches das classes pobres, com propostas pedagógicas desenvolvidas para esse fim, de acordo com a ideia de jardim de infância de Froebel¹³ na Alemanha. Com isso, acontecia uma dupla visão de educação, entre classe rica e pobre, que ainda perpetua na educação brasileira. (MENDE'S, 2015, p. 99).

Portanto, somente na segunda metade do século XIX, as instituições de educação infantil começam a ser propagadas internacionalmente. As teorias de Froebel, sobre a educação, são difundidas no mundo e chegam no Brasil com entusiasmo, fazendo com que o país adotasse essa ideia.

A classe operária de imigrantes no Brasil marcou a década de 1920 pelas fortes reivindicações trabalhistas. Esses movimentos buscavam melhoria nos salários, soluções para as longas jornadas de trabalho, bem como, a necessidade de um lugar específico para que seus filhos ficassem durante o trabalho. Em contrapartida, para conter os movimentos, os empresários fundaram “vilas operárias,

¹³ O alemão Friedrich Froebel (1782-1852) foi um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase de importância decisiva no desenvolvimento de uma pessoa. Viveu em uma época de mudanças de concepções sobre as crianças e esteve à frente desse processo na área pedagógica, como fundador dos jardins-de-infância, em 1840.

clubes esportivos e também algumas creches e escolas maternas para os filhos dos operários em cidades como Rio de Janeiro e Minas Gerais.” (MENDE’S, 2015, p. 101 apud OLIVEIRA, 2007, p. 96).

Tais reivindicações renderam direcionamentos para os órgãos governamentais para que o Estado assumisse a responsabilidade pela criação das creches, escolas maternas e parques infantis.

Diante dessas lutas trabalhistas, ocorreu em 1922, no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, no qual discutiu-se as regulamentações do atendimento das crianças em escolas maternas e jardins-de-infância.

Conforme destaca Freitag (1980), somente em 1930, foi criado pela primeira vez um Ministério de Educação e Saúde para mudanças na educação, bem como, a ideia de estruturação de uma universidade. De fato, somente mediante isso, são fundadas as primeiras universidades no Brasil de instituições de ensino superior.

Esse avanço na educação das crianças, gerou polêmica na sociedade, pois, as pessoas alegavam que era obrigação da mãe cuidar dos filhos pequenos, enquanto outras defendiam que os filhos de mães trabalhadoras ficassem em um lugar que cuidassem bem delas. Na verdade, era uma decisão importante para a família e que caberia somente a ela decidir o que era melhor para a criança.

Diante do atendimento das crianças, conforme solicitado por famílias trabalhadoras, a Educação Infantil passa a oferecer um atendimento com concepções idealistas, onde as crianças recebiam apenas cuidados higienistas, pois eram supridas somente as necessidades do corpo, como alimentação e higiene. Foi necessário repensar essa concepção, sendo essencial o investimento em cultura, pois o fracasso escolar estava vinculado à “pobreza”, ou seja, as crianças tinham um baixo rendimento porque eram “carentes de cultura”. Era preciso então, compensar essas carências, para que quando as crianças chegassem à etapa do ensino fundamental, poderiam ter um rendimento escolar maior. Diante disso, a Educação Infantil passa a ser vista como uma etapa que antecede a preparação para o ensino posterior.

Um novo trabalho então, começa a ser realizado nas instituições que atendiam as crianças menos favorecidas, pois além da estimulação precoce, fazia parte da rotina também a alfabetização, baseada no ensino tecnicista que se

desenvolvia na época, podendo ser considerada como “educação sistematizada”, como preparação para o ensino fundamental. (MENDE’S, 2015, p. 106).

Surgem então, novos ideais, diante de um pensamento educacional contemporâneo chamado de movimento escolanovista, incluindo a partir dessa concepção, todo o público infantil. O movimento Escola Nova¹⁴, tinha como objetivo contrapor a ideia do ensino “tradicional” da época, como afirma Vidal (2003, p. 497)

[...] a centralidade na criança, nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno.

Porém, mais uma vez, essas inovações só seriam inseridas nos jardins-de-infância que estudassem os filhos da elite burguesa. Os parques infantis nos quais atendiam as crianças da classe popular da sociedade continuaram com a proposta educacional “tradicional”. Diante dessa situação, foram criados novos jardins-de-infância, bem como a preparação pedagógica dos professores para atender as classes burguesas, reafirmando a diferenciação entre classes sociais econômicas na educação brasileira.

As primeiras propostas de instituições pré-escolares no Brasil, surgiram para abrigar os filhos dos operários, com espaços criados apenas para prestação de serviços, com intuito de caridade. (MENDE’S, 2015, p. 97).

Essa visão assistencialista na educação infantil marca o início do século XX, momento em que são fundadas as primeiras instituições pré-escolares com caráter assistencialistas no Brasil. Diferentemente dos países europeus, foram fundadas primeiro as creches e posteriormente os jardins-de-infância. Todavia, essas instituições assistencialistas compostas para o atendimento educacional dos filhos da classe operária, não era considerada como um direito dos trabalhadores, mas sim como uma boa ação dos filantropos, reforçando ainda mais, a hierarquia da classe dominante na educação. (MENDE’S, 2015, p. 100).

¹⁴ Movimento também chamado de Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, chegou no Brasil na década de 1920 com as reformas do Ensino em vários Estados. Esse movimento buscava a modernização, a democratização, a industrialização e a urbanização da sociedade. Educadores como Anísio Teixeira, defendia a ideia que a educação seria a responsável por inserir as pessoas na ordem social.

Algumas atitudes e concepções da educação infantil, ainda usadas nos dias atuais se deve a herança histórica. Um exemplo foi, o que aconteceu na década de 1940, onde as instituições não eram vinculadas à educação, mais sim às práticas higienistas, apenas com atendimento direcionados à saúde para diminuir a mortalidade infantil, gerando uma grande presença de entidades filantrópicas nesses espaços. Essas atitudes aconteceram porque na época grandes epidemias colocavam em risco a população infantil, diante disso, era necessário ter atenção especial, já que, a criação dessas instituições seria de grande ajuda para evitar mortes. (MENDE'S, 2015, p. 103).

Perante muitas lutas e reivindicações por atendimentos igualitários na educação das crianças pequenas, acontece então, um grande avanço para a Educação Infantil com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961 (Lei 4024/61), na qual afirmava a inserção dos jardins-de-infância no sistema de ensino:

Art. 23 – A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.
Art. 24 – As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com poderes públicos, instituições de educação pré-primária. (OLIVEIRA, 2007, p. 102)

Mesmo após esse avanço com o apoio de uma legislação, a Educação da Infância continuou com características assistencialistas, destinada às crianças pobres, suprimindo apenas as necessidades de higiene.

Observa-se, diante desses princípios, ações discriminatórias as quais o processo educativo causava perante as classes sociais, como se a classe definisse a inteligência e a capacidade de aprender das crianças. Pois, até as nomenclaturas diferenciavam as etapas de ensino, sendo as creches e pré-escolas das classes menos favorecidas e o termo jardim-de-infância, para a burguesia.

Essa divisão da educação para a classe social menos favorecida e à direcionada para a burguesia e suas origens históricas, acarretavam implicações em relação à formação, aos salários, às condições de trabalho dos profissionais envolvidos.

O aumento significativo da demanda pré-escolar na década de 1970, gerou o incentivo da municipalização dessa etapa de ensino público, podendo também ser

definido como um momento histórico para a Educação Infantil, momento este relacionado às grandes mudanças sociodemográficas das famílias, como, também a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho que exigiam maiores demandas por atendimento. Essas questões determinavam um padrão decisório dos serviços prestados às crianças pequenas, resumidas basicamente em um atendimento precário, bem como, instável em condições de trabalho (VIEIRA; SOUZA, 2010, p. 125).

Em 11 de agosto de 1971 é promulgada a Lei 5.692, Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971, na qual referia-se à Educação Infantil, ser conveniente a educação das crianças pequenas em escolas maternas, jardins- de- infância e instituições equivalentes, como também sugere, que as empresas que tenham mães com filhos menores de 7 anos, ofertem atendimento a estas crianças, podendo ser auxiliadas pelo poder público. Portanto, essa lei recebeu inúmeras críticas, quanto sua superficialidade e também dificuldades das realizações de seus projetos (Duarte, 2012, p. 4).

Consequentemente, houve também avanços significativos na Educação Infantil. Evoluções positivas se devem por causa das recentes mudanças políticas educacionais brasileira, principalmente no que se refere ao acesso à educação básica, ocasionando maior cobertura à população de 0 a 5 anos. A expansão da matrícula nessa etapa da educação básica, embora mais considerável na última década, é um processo que se iniciou nos anos de 1980, com as creches comunitárias e pré-escolas públicas, vinculadas às áreas da saúde, assistência social ou da educação. (VIEIRA; SOUZA, 2010, p. 122).

A educação pré-escolar que antecedia a escolarização obrigatória, abrange as crianças de 0 a 5 anos de idade, diante disso, começa-se a pensar numa Educação Infantil como direito da criança, e não mais somente como direito da família. (MENDE'S, 2015, p. 107).

As constantes reivindicações das mães trabalhadoras em busca de um local que atendesse suas crianças, para que pudessem trabalhar e ajudar no sustento da família geravam incessantes pressões para o governo, com exigências de creches como direito do “trabalhador e dever do Estado”. Em respostas a isso, surgem novas instituições, bem como o aumento do número de creches, sejam elas vinculadas a administração pública ou particular. Lembrando, que as creches particulares eram conveniadas ao governo municipal, estadual ou federal.

Para concretizar a lei anterior, em 1988 é criada a Constituição Federal (CF/88), que foi considerada a lei máxima e obrigatória entre todos os cidadãos da nação, servindo-lhes como garantia dos seus direitos e deveres. Em seu artigo 208 traz, “O dever do Estado em garantir a Educação Infantil em creches e pré-escolas para crianças até 5 anos de idade”. Diante disso, a Constituição Brasileira teve um papel essencial na efetivação dos direitos das crianças à uma educação especializada, pois, ampliou o que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1942 defendia sobre o direito das mulheres trabalhadoras à amamentação dos seus filhos, reafirmando o direito à educação das crianças nos seus primeiros anos de vida.

Diante da definição do direito das crianças de 0 a 5 anos de idade à educação e como dever do Estado, a Constituição criou uma responsabilidade para o sistema educacional, no qual teve que se adequar e se equipar para essa nova etapa.

Já na década de 1990 a Educação Infantil começa a desenvolver seu caráter e sua identidade, sendo reconhecida como um espaço educacional onde as crianças aprendem novos conteúdos obtendo novos conhecimentos, passando a ter uma natureza pedagógica e trabalhando tudo o que é necessário na escola. As crianças também passam a ser vistas como um ser ativo na aprendizagem, ou seja, era reconhecida a importância da criança não apenas para receber o conhecimento, mas o aperfeiçoava em interação com o meio, no qual estava representando uma mudança importante na sua concepção.

A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990-ECA), instituiu diversas mudanças na concepção da criança e do adolescente, porém na atualidade ainda há vestígios de uma prática conservadora, influenciada pela história. Esse documento formado por um conjunto de leis que garantem os direitos essenciais da criança e do adolescente e traz em seu artigo 54, inciso IV: “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade”.

Outros avanços aconteceram para a melhoria da Educação Infantil, como a Política Nacional de Educação Infantil em 1994, Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças, publicado em 1995 e reeditado em 2009. (PINTO, 2018, p. 11).

Em 1996, surge a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que define e regulamenta o sistema

educacional brasileiro, seja ele público ou privado na qual traz em pauta novamente em seu artigo 4º como “dever do Estado com educação escolar pública [...]” a Educação Infantil gratuita às crianças de até 5 anos de idade. Importante também ressaltar que no mesmo artigo em seu inciso 10, garante que a vaga ofertada à criança de Educação Infantil deve ser garantida mais próxima de sua residência, a partir do dia que completar 4 anos de idade, trazendo mais tranquilidade e comodidade para que as crianças cheguem à escola com segurança.

No artigo 11, a Lei traz como responsabilidade dos municípios em seu inciso V:

oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Consequentemente, também garante o acesso gratuito ao transporte para os alunos da rede municipal em seu inciso VI. Outro reconhecimento de extrema importância que a lei trouxe, foi a inserção da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica.

Em seu artigo 21, no qual retrata a composição da educação escolar como: educação básica formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, reafirma a importância da educação escolar para as crianças.

Atualmente, a inserção das creches no sistema educacional, na estrutura da educação básica, não superou necessariamente a concepção de educação assistencialista. Muitos fatores implicam nessa prática, especialmente a falta de investimentos, isso pode ser um agravante para que a Educação Infantil não aconteça como um período educacional, outro fator talvez, seriam as divisões por etapas: 0 a 3 anos creche e 4 e 5 pré-escola. Ainda se tem a visão de creches que só cuidam e pré-escolas que só educam, lembrando também que vários municípios não conseguem oferecer o serviço em período integral. Todas essas situações citadas, geram dificuldades para que a educação aconteça com qualidade mediante a indissociabilidade entre o educar e o cuidar.

A Educação Infantil, atualmente, está inserida em um novo momento, justificado pela inserção feminina no mercado de trabalho e impulsionado pelo reconhecimento das instituições educacionais merecedoras pela sua autenticidade

no ensino, oferecendo uma boa educação para as crianças que as frequentam, desde de que atendam os padrões de qualidade exigidos.

É diante desse novo momento, que algumas indagações são necessárias: como deve ser a formação do professor nesta perspectiva? Como articular a experiência da criança na transição para o Ensino Fundamental, sem se esquecer das suas particularidades? Quais as propostas curriculares? Como incluir as creches nos sistemas educacionais sem que seja preciso aderir um modelo de escolarização? Como ampliar o atendimento? Como compreender a indissociabilidade entre o educar e o cuidar com as crianças pequenas? (KUHLMANN JÚNIOR, 2015, p. 8). Tais questionamentos compreendem o problema de pesquisa ora abordada.

Foi instituído também o Plano Nacional de Educação (PNE) é uma lei ordinária com vigência de dez anos a partir de 26 de junho de 2014, prevista no artigo 214 da Constituição Federal. Ela estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização. Os municípios e unidades de federação devem ter seus planos aprovados em consonância com o PNE.

Umas das metas do PNE era universalizar até em 2016 a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade e ampliar a oferta em creche de maneira a atender, no mínimo 50% das crianças de até 3 anos de idade até o final de vigência do plano que será em 2024. Diante dessas metas, consegue-se observar o quanto é vulnerável os projetos educacionais, pois faltam investimentos para que os municípios consigam atingir essas metas. E certamente, teriam que ser atitudes normativas, sem ter que ter prazos para serem cumpridos, mesmo sabendo que dificilmente do jeito que os investimentos na educação caem anualmente, os municípios conseguiriam atingir (BRASIL, 2014, p. 9)

A Educação Infantil vem sendo reestruturada mediante questões abordadas, e os profissionais vem percebendo a necessidade de maiores estudos e investimentos, para que haja cada vez mais, a melhoria na qualidade do atendimento dessas crianças.

De acordo com Vieira e Souza há novas formulações para a Educação Infantil exigindo novos olhares:

As definições atuais da educação infantil – que articulam, tornam complementares e indissociáveis às funções de cuidar e educar – resultam em novas exigências de formação, de qualificação, novas identidades profissionais e na discussão das carreiras, da profissionalização, da valorização e dos custos do trabalho docente na educação infantil, nos sistemas educacionais. (VIEIRA E SOUZA, 2010, p. 123)

O cuidado e a educação às crianças de 0 a 5 anos de idade, que vem sendo motivo de muitas discussões nas últimas décadas, justamente pelo redirecionamento do cuidar na Educação Infantil, que deve não somente realizar atividade de higiene e de necessidades diárias das crianças, como também, realizar a inserção dessa criança na educação institucional, podendo receber estímulos de acordo com cada faixa etária, por meio de brincadeiras, jogos, músicas, entre outras atividades.

Segundo Vieira (2009) as políticas municipais de todo o país, vem sendo analisadas por meio de pesquisas concretas realizadas pelo Ministério da Educação, no período de 1996 a 2008, bem como, alguns debates resultantes de fóruns e encontros na área de Educação Infantil, acabam por revelar algumas tensões políticas ligadas às atribuições dos profissionais, do professor/educador infantil e aos seus “auxiliares”¹⁵ nas redes de ensino; à inclusão da criança de zero a três anos nos programas de oferta pública de creches municipais diretas, estimulando a demanda de um novo perfil de profissional que articule o cuidar e o educar; à administração do atendimento às crianças na jornada de tempo integral, gerando desafios para a gestão da indissociabilidade do cuidar e do educar e para a organização do trabalho do docente das instituições de Educação Infantil. Essas tensões ganharam perceptibilidade no contexto nacional com o surgimento de um novo movimento social que defende a efetivação dos direitos da criança. O Movimento Inter-Fóruns de Educação Infantil (MIEIB), que articula os fóruns através dos 27 estados brasileiros, lutando por implementação das políticas municipais e defendendo a educação pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade social e livre de qualquer forma de discriminação. Suas principais bandeiras de lutas são: a efetivação dos direitos fundamentais das crianças de 0 a 5 anos de idade, o entendimento que a Educação Infantil tem especificidade própria e cumpre duas

¹⁵ Profissionais que auxiliam o professor na sala de aula, e não é exigido formação superior para esse cargo.

funções indispensáveis e indissociáveis: educar e cuidar; a compreensão da Educação Infantil enquanto campo de conhecimento e de política pública intersetorial, interdisciplinar, multidimensional e em permanente evolução (VIEIRA; SOUZA, 2010, p. 124).

A defesa de que toda criança tem o direito de viver e conviver, aprender e se desenvolver, garantindo o respeito e o combate a qualquer tipo de discriminação e preconceito, deixa claro, que diante dessa perspectiva, não é possível conceber um currículo com mera listagem de conteúdo, sem promover um contínuo processo de escolarização e articulação com outras etapas de ensino.

De acordo com a Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o currículo deve ser praticado a partir de experiências vividas pelas crianças e os saberes adquiridos:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades. (BRASIL, 2013, p. 86).

As DCNEI trazem que, na organização da proposta curricular, as práticas pedagógicas devem ter as interações e brincadeiras como eixos norteadores. Definem também, o currículo como ferramenta essencial para o aprendizado das crianças:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade (Brasil, 2010, p. 12).

Para validar essa intenção, em 2015, o MEC publicou a versão preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); em 2016, a segunda versão deste documento e, em 2017, a terceira. Segundo Pinto (2018, p. 14) a “Base é um documento normativo que orienta a construção das propostas curriculares para a Educação Básica no Brasil”. No capítulo referente à etapa da Educação Infantil, estão enumeradas experiências a serem planejadas, ofertadas e efetivadas com as

crianças, de forma a assegurar direito de acesso ao patrimônio artístico, cultural, ambiental, científico e tecnológico.

A contribuição da Base para a infância, é justamente reafirmar a ideia central de Educação Infantil na atualidade, propondo experiências significativas através das interações e das brincadeiras, rompendo também com o processo de práticas pedagógicas aceleradas e a organização rígida do tempo, que dificultam para que as crianças investiguem e construam sentidos.

Percebe-se que a trajetória histórica do atendimento às crianças e das instituições de Educação Infantil no Brasil, esteve fortemente ligada aos ideais de progresso e modernização do país. E que as propostas educacionais para atender a infância, principalmente a infância pobre, eram pautadas no higienismo, relacionado na instrução elementar, cívica e moral, observado no autoritarismo, presente nas concepções racistas e nas políticas de assistência.

Sobre o direito da criança à creche, conclui-se que, é fruto de uma construção social e histórica, pois a preposição de que as instituições de Educação Infantil, precisariam atravessar de um direito da família, ou da mãe trabalhadora, para se tornar um direito da criança, ressignificando uma conquista.

O que deveria acontecer atualmente na Educação Infantil talvez seja, uma educação escolar onde essas instituições realizem o cuidar e o educar de maneira indissociável. Porém, para que isso aconteça é preciso investir na formação profissional, já que a Educação Infantil vem sofrendo constantes mudanças em sua estrutura, e os profissionais, em diversos momentos, buscam os ensinamentos historicamente construídos, levando em consideração que essa etapa é essencial na vida de uma pessoa, pois nela constrói suas habilidades específicas e para que isso aconteça, deve considerar as particularidades de aprendizado dessa fase.

O objetivo na Educação Infantil é atender os parâmetros de qualidade como uma superação dos preconceitos criados historicamente para as crianças pobres. Dessa maneira, deve-se criar estratégias e ações para que a Educação Infantil aconteça de maneira indissociável entre o cuidar e o educar e sem discriminação e preconceitos. É preciso pensar qual o objetivo da educação na vida do ser humano, e exatamente é atingir a autonomia na vida, impulsionado para que se tornem cidadãos criativos e críticos.

2.2.1 A indissociabilidade do educar e do cuidar

O ser humano só se constitui humano, se for cuidado. É o ato de cuidar que o faz ter vida, é um modo de ser, sem o cuidado deixa de ser humano. O cuidado é a essência do ser humano de acordo com Boff (2004) apud Waldow e Borges (2011) “O cuidado entra na natureza e na constituição do ser humano. O cuidado revela de maneira concreta como é o ser humano” (BOFF, 2004, p.6).

O ato de cuidar é ético, não é somente cuidar “individualmente”, sozinho, para consigo mesmo, mas é imprescindível o ato de cuidar coletivo, em conjunto, cuidar do outro. Esse movimento dialético faz o ser humano, de uma maneira existencial, completando-o com o outro.

O cuidado então, engloba atos comportamentais e atitudinais. Os cuidados podem ter condições diversas, geralmente acontecem de acordo com as condições das situações e depende do tipo de relacionamento estabelecido entre os agentes, bem como, variam em sua intensidade.

As leis brasileiras atribuem à crianças, direitos sociais por meio da família, da sociedade e do poder público. Há necessidade e urgência para que as instituições de Educação Infantil se adequem de maneira integrada, quanto a indissociabilidade do cuidar e educar no seu cotidiano. As instituições que ainda mantêm um atendimento assistencialista, organizam sua rotina apenas com atividades de cuidados básicos, tais como: proteção, alimentação, higiene e sono. Essa ideia precisa ser estendida não apenas para o cuidar, mas também para o educar.

A partir do momento, que a Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação integrou a Educação Infantil na primeira etapa da educação básica, fazendo parte assim, do sistema educacional, é imprescindível que as instituições e os profissionais que nelas trabalham se atentem para dedicar-se ao educar, também como uma prática de rotina pedagógica, e não somente, o cuidar com caráter assistencialista, como acontecia historicamente com essas crianças.

Diante disso, é compromisso dos municípios, oferecerem uma educação de qualidade, como direito inerente de todos, incentivando inclusive com recursos materiais e humanos, voltados para o trabalho realizado para as crianças na creche e pré-escola, as funções de educar e cuidar, comprometidos com o desenvolvimento integral desses indivíduos, em seu aspecto físico, intelectual, afetivo e social,

concebendo a criança como um ser total, completo, que aprende a ser e conviver consigo mesmo, e com os outros.

Na Educação Infantil, contemplar o cuidar, compreende atender a totalidade da educação. Cuidar de uma criança em um ambiente educativo requer a integração de vários campos de conhecimento, bem como, a formação de uma equipe de profissionais em diferentes áreas do conhecimento.

Como refletido anteriormente, o cuidar é a base do ser humano, ou seja, é um ato em relação ao outro e a si próprio.

As necessidades humanas básicas geralmente são comuns, como alimentar-se, proteger-se etc., mas as maneiras de identificá-las, valorizá-las e atendê-las, são construídas socialmente. Embora, as atitudes e procedimentos de cuidado são influenciados de modo geral por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil. Porém as necessidades básicas do cuidado, podem ser alteradas de acordo com o contexto sociocultural.

Para cuidar, é preciso estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário às suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a edificação de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado.

Na escola, além da dimensão afetiva e relacional do cuidado, é preciso que o professor consiga identificar as necessidades das crianças, bem como atendê-las de forma adequada. Assim, cuidar da criança requer dar atenção a ela como indivíduo em um contínuo processo de crescimento e desenvolvimento, compreender sua singularidade, para que atinja a qualidade no atendimento realizado. Isso inclui, saber suas fases de crescimento, saber um pouco do que ela pensa, sente, o que já descobriu sobre si e sobre o mundo, visando a ampliação desse campo de conhecimento e habilidades, fazendo com que se tornem mais independentes e autônomas.

Por sua vez, o educar deve propiciar também situações de cuidado, bem como, brincadeiras e aprendizagens com orientação de maneira abrangente e que possam contribuir para o desenvolvimento integral da infância, apresentando às crianças os conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

De acordo com o RCNEI (2001, p. 23),

Nesse processo a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades

corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para crianças felizes e saudáveis.

A instituição de Educação Infantil deve ser acessível a todas as crianças, sem discriminação, bem como apresentar e alcançar o sucesso nas atividades que englobam a cultura e a inserção social. Tem como responsabilidade, ser socializadora, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de oportunidades, de aprendizagens significantes e realizadas em situações de interação.

A instituição pode oferecer às crianças situações de aprendizado tanto no formato de brincadeiras, como em atividades intencionais pedagógicas ou até mesmo por jogos. É necessário lembrar que, essas atividades devem estar sempre em mediação com o professor ou o profissional que trabalhe com o grupo, sendo o adulto, o orientador das atividades. Importante também planejar o conteúdo para atingir o objetivo de maneira intencional.

Contudo, com todas as evoluções na história da Educação Infantil brasileira, esse contexto do educar e cuidar precisa ter a devida relevância, levando em consideração o desenvolvimento que se encontram, as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade. Para garantir à essa faixa etária o direito à educação de qualidade perante as políticas públicas, continua sendo um grande desafio, uma vez que tão importante, quanto ao acesso às creches e pré-escolas, é a garantia do atendimento com qualidade, respeitando os seus direitos fundamentais. Portanto, o olhar dos governantes perante a Educação Infantil precisa ser ampliado, investindo assim recursos financeiros e pedagógicos, para que as crianças não tenham apenas o necessário no seu cotidiano institucional, mas o complementar na sua educação, para se desenvolver adequadamente.

Mas sabe-se que a indissociabilidade do educar e do cuidar acontecerá de maneira satisfatória, quando também haver investimento na formação dos profissionais que trabalham nessa área. Cabe, portanto, ao poder público essa tarefa, da elaboração e implementação de políticas públicas de atendimento à infância, que respeite os direitos fundamentais das crianças.

Importante também que a gestão da escola saiba como realizar um trabalho onde o educar aconteça de maneira indissociável do cuidar, e a equipe da instituição

sinta-se fortalecida e apoiada no desenvolvimento de suas atividades, bem como, para pedir ajuda, se necessário.

É imprescindível a constante formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil, como também, partilhar dos conhecimentos e da troca de experiências sobre o cotidiano das crianças. Assim, o atendimento acontecerá de maneira diferenciada, atendendo os parâmetros de qualidade exigidos e sobretudo o desenvolvimento integral da criança.

2.3 A relação Escola e família

Neste momento a discussão sobre a relação entre a escola e a família nos dias atuais é pertinente para a indissociabilidade entre o educar e o cuidar. Historicamente a escola e a família são constituídas de acordo com os interesses socioeconômicos de cada época, adequando-se às necessidades das sociedades vigentes, por isso, é necessário, uma breve contextualização de ambos para seguir com discussões posteriores.

A escola é uma instituição criada para o ensino dos alunos com supervisão dos professores. Na maioria dos países, assim como no Brasil, esses sistemas formais de educação são obrigatórios, e os alunos progridem por meio de uma série de níveis sucessivos. Os nomes para esses níveis podem variar entre os países, no Brasil a educação infantil e o ensino fundamental para as crianças, ensino médio para os adolescentes e o ensino superior que são comumente, as faculdades ou universidades, resumem os níveis de ensino.

As escolas podem ser públicas ou privadas; mistas, femininas ou masculinas, bem como, podem ser exclusivas para crianças com necessidades especiais, escolas religiosas e escolas para adultos que necessitam de alfabetização, etc.

Entende-se que a escola se dedica ao processo de ensino e aprendizagem entre aluno e professor, e também é uma das instituições mais importantes na vida de uma pessoa, dada a devida relevância em comparação a família, já que na atualidade a criança frequenta a escola desde sua infância para apenas finalizar a etapa escolar aproximadamente na idade adulta.

A educação na escola é formal, segundo Bueno e Pereira (2013, p. 353), ocorre de uma maneira intencional, planejada e sistematizada. Para chegar a escola

atual, a história da educação refletida ainda neste capítulo, mostra os árduos caminhos que perpassou, percorrendo por muitas mudanças até os dias atuais.

A escola sempre se manteve nas relações de poder, mesmo que nas sociedades primitivas, ainda sem uma estrutura formal, ela se destacava no poder pela necessidade de transmissão do saber, infelizmente permitida aos poucos e atualmente se envolve como forma de dominação social.

No século XVI a escola tinha como objetivo instruir e educar, criada pela burguesia e traz ainda características até nos dias atuais. De acordo com Bueno e Pereira (2013, p. 353)

No século XVII trabalha para disciplinar, educa para a moral, trabalha vigilância constante e submete a criança aos castigos corporais. Entende que a humanidade traz consigo uma natureza má, portanto a criança deve aprender a obediência e regras de conduta para que assim possam ser controlados os seus impulsos naturais.

Os ensinamentos na época “melhorariam” a criança e a prepararia para a vida em sociedade.

Com a contribuição dos jesuítas por volta do século XVI e XVIII período em que a educação escolar era um privilégio da nobreza e da burguesia, a concepção de escola tomou novos rumos.

Consequentemente, a partir da Revolução Francesa, o ensino passa a ter ideais liberais que defendiam uma educação laica, pública, obrigatória, gratuita e universal. Porém, no Brasil, esse princípio educacional somente acontece no Manifesto dos pioneiros com a movimentação da Escola Nova. (ARANHA, 1996, p. 73).

É possível observar que a escola atual também enfrenta muitos desafios. Que apesar de estar garantido o acesso à educação para todos, diante da Constituição Federal de 1988, é preciso pensar na escola e sua concepção.

E qual seria a função da escola? Partindo do pressuposto que o homem como sujeito histórico cultural, é sujeito da sua própria história e cultura, pode-se considerar, que a escola é o espaço onde a educação acontece de maneira organizada, propagando projetos culturais. Saviani aponta a escola como um lugar de socialização do saber sistematizado;

[...] não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular. (SAVIANI, 1984, p.2).

A humanização também é papel da escola, aproximar o homem e sua humanidade por meio do que foi conquistado histórico e culturalmente. A educação escolar é uma educação formal, na qual humaniza de maneira que os homens consigam melhorar suas condições de vida, por meio das mediações específicas para o seu desenvolvimento, e a escola é o local que articula essa humanização por meio de aprendizagens significativas.

A compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não-material cujo produto não se separa do ato de produção nos permite situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens. (SAVIANI, 1984, p. 6).

Diante disso, é necessário que a escola forme o homem não apenas para a sua inserção no mercado de trabalho, mas sim para que se torne um sujeito criativo e crítico, que consiga buscar os ideais para sua plena cidadania.

A educação pode contribuir para um processo transformador na sociedade, a partir da apropriação do conhecimento e das resoluções dos problemas sociais, sendo o aluno, um cidadão ativo capaz de transformar o meio no qual está inserido. Com isso, é relevante papel da escola, de trabalhar democraticamente, contando com a participação da comunidade escolar e local, onde todos têm o direito das decisões da unidade. O trabalho que é realizado na escola tem como um dos objetivos formar o aluno em um cidadão em pleno desenvolvimento de sua autonomia.

O aluno por sua vez, não deve ser visto como uma mercadoria ou como um cliente, e a escola não deve ser vista como uma empresa, tanto no âmbito pedagógico, quanto no âmbito administrativo. A escola não pode ter o reflexo da estrutura da sociedade capitalista, mesmo que esta vise o individualismo e a

competitividade, ainda que seja vista muitas vezes, como uma concepção de mercado lucrativo. É preciso manter a sua essência de um espaço de humanização e não apenas um espaço para criar o homem para o mercado de trabalho. É preciso trabalhar para formar pessoas reflexivas, criativas e críticas para que construam sua autonomia e possam continuamente edificar a produção do conhecimento.

De acordo com Bueno e Pereira (2013, p. 356) é necessário refletir que:

[...] a educação na escola é formal, acontece de maneira intencional, planejada e sistematizada, ainda que na família ocorra à educação intencional ela não tem o mesmo caráter planejado, sistematizado como ocorre na escola.

Diante dessa ideia, de que a família oferece uma educação intencional, porém, não sistematizada, deve-se refletir sobre qual o significado de família e suas funções. Será que a família se modifica historicamente? Como seria uma família contemporânea? E qual a relação que a família tem com a escola?

Prado (2017, p. 6) apresenta a historicidade da família por meio de estudos antropológicos, mostrando como foram as famílias antigamente e como são as de hoje, de acordo com suas variações no tempo e suas diversas concepções do significado social dos laços estabelecidos entre os indivíduos de uma dada sociedade.

Família, para essa autora significa: “[...] pessoas aparentadas que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos, ou ainda, pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem, [...]” (PRADO, 2017, p. 6).

Pela definição de Prado parece óbvio compreender o que é uma família, porém, é muito mais complexo do que aparenta, pois, há diversos conceitos que a engloba e vai além do senso comum que a cerca.

Inúmeras são as conceituações na tentativa de compreender a família na contemporaneidade. De acordo com Parreira (2013, p. 46), família é uma instituição social, que se constitui historicamente, assumindo modelos diversos conforme a época e lugar. As definições podem ser observadas em vários aspectos: “[...] éticos legais, como função socializadora, educativa, função biológica de reprodução ou até mesmo, por meio da transmissão de valores.”

A dificuldade de conceituação de família, provavelmente acontece, porque por muito tempo a família burguesa era conceituada como padrão, servindo de modelo

hegemônico sendo internalizado na sociedade como modelo ideal. Essa família era geralmente formada por pais, filhos convivendo em um mesmo ambiente familiar, unidos por laços afetivos (PARREIRA, 2013. P. 46).

Trata-se da família “nuclear”, “normal”. Esse modelo de família “ideal” que as crianças se inspiram quando a mídia retrata em novelas, desenhos, livros, filmes, etc.

Mas esse conceito de família, entra em contradição com a atual situação das famílias brasileiras e as mudanças que estão vivendo. Algumas delas podem ser: “[...] a legalização do divórcio, o reconhecimento civil das uniões homoafetivas, famílias chefiadas por mulheres, famílias ampliadas, monoparentais, recompostas, entre tantas outras denominações, [...]”. Tais questões despertam a necessidade de repensar a questão do gênero familiar e seus papéis (PARREIRA, 2013, p. 46).

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, as famílias podem ser organizadas por diversas maneiras:

[...] Além da família nuclear [...], proliferam hoje as famílias monoparentais, nas quais apenas a mãe ou o pai, está presente. Existem, ainda, as famílias que se reconstruíram por meio de novos casamentos e possuem filhos advindos dessas relações. Há também, as famílias extensas, comuns na história brasileira, nas quais convivem na mesma casa várias gerações e/ ou pessoas ligadas por parentescos diversos (BRASIL, 2001, p. 76).

O que acontece de fato, é que a história da família não é linear, está constantemente em construção, determinada pelo momento histórico e cultural, inerentemente ligada às mudanças políticas e sociais do mundo.

No ECA, em seu artigo 25, a família pode ser formada por “[...] pais ou qualquer deles e seus descendentes.” Além disso, pode ser considerada família, não apenas pais e filhos, mas também por “[...] parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.”

Ainda há fatores culturais que apontam o predomínio do tipo nuclear de família, a mídia, em geral, por exemplo, transmite o idealismo de que essa família deva ser padrão.

Ao contrário do que acontece hoje em dia, pois esse modelo está ligado por determinada cultura, e o que se vê são famílias com uma grande variedade em sua organização, justificadas por fatores socioeconômicos. (PRADO, 2017, p. 9).

Parreira (2003, p. 48) afirma que a família se constituiu de vários formatos ao longo dos séculos. Mas foi a partir da primeira industrialização que iniciou-se a crise familiar, bem como seus tradicionais modos de viver, especialmente com o processo de urbanização e o trabalho feminino.

Para Prado (2017, p.11) toda família tem seus conflitos, diante até mesmo de sua própria “[...] configuração, ou seja, mesmo em seu formato que não é padrão, mas considera a principal família de reprodução: formada por dois indivíduos e os filhos decorrentes dessa relação. Mas o que importa mesmo é o compromisso assumido pelos pais, ou por um deles, ou até mesmo pelo parente próximo na educação das crianças, mantenho-as seguras e com afeto.

Apesar dos conflitos, a família é única em seu papel determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos indivíduos, sobretudo durante o período da infância e da adolescência. (PRADO, 2017, p. 11).

Diante da importância da família, seja qual for a sua configuração, no acompanhamento do crescimento da criança, o ECA em seu artigo 4º, também defende que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Diante dessas considerações, pode-se considerar que a família é um dos grupos sociais responsáveis pela socialização da criança, sua inserção na comunidade e o incentivo para o exercício da cidadania. Não somente a família é responsável por tudo isso, mas a escola posteriormente tem um importante papel na vida do cidadão.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI- vol. 1, 2001, p. 21) a criança como sujeito social e histórico, faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. Essa relação determina a conduta que a criança deve ter. A família torna-se a sua principal referência na formação de sua personalidade, devido aos estímulos recebidos primeiramente por ela. “[...] A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais” (RCNEI- v. 1, 2001, p. 21).

A educação escolar desempenha um papel importante na vida de um cidadão, bem como, os ensinamentos da família, até porque por mais nova que a criança vá para a escola, os primeiros contatos dela e seus estímulos são realizados, quase sempre, pela família.

É por meio da educação que o cidadão desempenha o fator fundamental para o seu pleno desenvolvimento e crescimento perante a sociedade, primeiramente com a família e depois na escola, onde seus primeiros conceitos de cidadania serão formados.

Segundo Parreira(2003) a família é mediadora desse contato da criança com o meio social.

A família representa o primeiro contato da criança com o meio social e, desta forma, deve ser entendida com especial atenção quanto à sua relevância no processo do desenvolvimento infantil, principalmente na sua interação com a escola. (PARREIRA, 2003, p. 64).

Com tal reflexão, leva-se a perceber a relevância da interação da família e da escola na vida de uma criança. Por isso, é necessário que a escola acolha a família e não só, também a comunidade local para que haja um trabalho democrático.

A escola como um lugar que possibilita a construção de relações de autonomia, de criações de trabalhos e conhecimento de si próprio, deve abrir seu espaço para que a participação da família e comunidade, seja efetiva.

Tal importância a essa parceria de família e escola, que o Ministério da Educação em 24 de abril de 2001, realizou o primeiro evento denominado como Dia Nacional da Família na Escola, com o objetivo de sensibilizar a sociedade, pais,

professores e diretores “[...] para a importância da integração e do acompanhamento dos pais e familiares nas atividades pedagógicas e socioeducativas desenvolvidas pela escola de seus filhos.” O evento surgiu após o Sistema de Avaliação de Educação Básica (Saeb) divulgar os resultados que mostraram melhorias nas notas e diminuição da evasão escolar de alunos, os quais, os pais ou responsáveis acompanhavam o seu desenvolvimento nas aulas (Menezes; Santos, 2001, on-line).

Esta iniciativa como tantas outras, tem crescido devido ao fato de estudos terem demonstrado a influência positiva dos alunos sobre a vida acadêmica, quando há uma boa relação família e escola.

A escola conta com o apoio de um relevante documento que ajuda na inclusão da comunidade e família nos assuntos próprios, que se chama Projeto Político Pedagógico¹⁶ (PPP).

Segundo Vasconcellos (1995, p. 143), o projeto político pedagógico:

[...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano escolar, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.

O PPP é um relevante documento oficial da escola, que reflete a identidade da unidade escolar, bem como, viabiliza as estratégias para enfrentar os desafios para que a escola garanta a gestão democrática. É preciso, possibilitar a intervenção das famílias nas decisões e no funcionamento dos estabelecimentos escolares, e o que se vê atualmente é a família se distanciando da escola, usando do argumento que a escola tem autonomia suficiente para lidar com as crianças no dia a dia, e que a presença dos pais ou responsáveis atrapalham. É muito comum discursos maldosos a esse respeito da família, no círculo escolar (PARREIRA, 2003, p. 67).

Nota-se que as famílias têm manifestado condutas positivas na ação da participação ativa na vida escolar dos filhos, tentando acompanhar seu desempenho por exemplo, nas reuniões de pais. Porém, a maior dificuldade está nos espaços

¹⁶ Projeto Político Pedagógico (PPP). É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. O PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão.

educacionais, como dito anteriormente, necessitando de um rompimento de paradigmas construídos historicamente e investir na construção de uma cultura de participação.

Tão importante essa ação participativa, que a Constituição Federal de 1988, traz em seu artigo 206 como princípio a gestão democrática no ensino público.

Na Educação Infantil, a participação da família na escola é ainda mais indispensável, pois as características dessa faixa etária e a necessidade da comunicação dos pais sobre o cotidiano dos filhos, torna essa relação estreita e fundamental. Até pelo fato, de que as crianças sendo pequenas e dependentes dos familiares, elas são levadas à escola todos os dias por adultos que estão diretamente em contato com os professores para um diálogo mais próximo. Essas ações podem gerar tranquilidade para os pais ou responsáveis, especialmente por ser relevante essas trocas de informações.

De acordo com Brasil (2001, p. 75) as individualidades da faixa etária atendida na Educação Infantil, bem como a necessidade atual de construir uma sociedade democrática e pluralista, definem a importância de uma atenção especial com a relação entre as instituições e as famílias. Mas, que essa relação em muitas instituições tem sido conflituosa, baseadas na concepção de que as famílias dificultam o processo de socialização e de aprendizagem das crianças. Na maioria dos casos, essa situação acontece com as famílias de baixa renda, por serem consideradas como portadoras de carência ligadas a situação econômica. Já nas famílias de poder aquisitivo maior, a crítica acomete-se na relação afetiva estabelecida com as crianças, supondo que essas famílias acabam não tendo tempo suficiente para participar das atividades escolares. Essa concepção gera preconceito e por consequência gera ações discriminatórias dificultando e impedindo muitas vezes, o diálogo.

Muitas instituições que seguem essa concepção preconceituosa com a família, procuram instruir a família, mas principalmente as mães, sobre como educar e criar seus filhos dentro de um padrão preestabelecido e considerado adequado. Essa ação moralizadora, tem seus princípios baseados em uma família idealizada e infelizmente, tem sido responsável, muito mais por afastar essas duas instituições, do que por garantir um trabalho conjunto em prol da educação das crianças.

É necessário, que a escola exercite o acolhimento com as famílias e suas crianças, respeitando as diferentes expressões e manifestações de cultura que cada

uma compõem, isso significa valorizar e respeitar a diversidade e os valores alheios. Vale pensar, que cada família tem de um vasto e rico repertório de experiências, farto para um diálogo, aprendizado com as diferenças e a não discriminação e as atitudes preconceituosas (BRASIL, 2001, p. 77).

Existem ações, atividades, e experiências variadas de incluir as famílias nos projetos da escola. Há experiências interessantes de criação de Conselhos e Associações de Pais que costumam ser canais abertos de participação na gestão das unidades educacionais, cabe a escola intermediar essa inclusão de forma planejada e intencional para conseguir uma comunidade ativa.

Outra questão, também relevante, que deva envolver a família, é o processo de adaptação da criança na instituição escolar. O ingresso da criança na escola, gera uma certa ansiedade tanto nos pais, quanto nas crianças, bem como, na equipe escolar. E as reações podem variar, tanto nas manifestações emocionais, quanto ao tempo necessário para que a criança e a família estejam adaptadas a nova rotina de vida. Daí a importância do diálogo para amenizar os sentimentos que todas essas questões geram, entre pais, escola e crianças.

O primeiro contato da criança e da família com a escola, geralmente acontece na entrevista para a matrícula. Nesse momento, as informações sobre a criança ajudam bastante a entender como são seus hábitos, e também a apresentar referências do atendimento oferecido pela escola (BRASIL, 2001, p. 80).

Segundo o Brasil (2001, p. 80) quanto mais novo o bebê, maior a ligação entre mãe e filho. Assim, a mãe também passa por adaptação, e a maneira de como a família encara a entrada da criança na instituição, pode ser fundamental na reação e emoção da criança durante o processo inicial. Para isso, a escola determina o seu papel de intermediar e facilitar essa adaptação para ambos:

Acolher os pais com suas dúvidas, angústias e ansiedades, oferecendo apoio e tranquilidade, contribui para que a criança também se sinta menos insegura nos primeiros dias da instituição. Reconhecer que os pais são as pessoas que mais conhecem as crianças e que entendem muito sobre como cuidá-las pode facilitar o relacionamento. (BRASIL, 2001, p. 80).

É preciso estabelecer uma relação de confiança, deixando claro que o objetivo é a parceria nos cuidados e na educação, visando o bem-estar da criança. Dessa maneira, a criança e a família se sentirão protegidas.

O acolhimento da escola à família é indispensável, principalmente quando a família tem alguma necessidade em especial, como por exemplo, quando enfrentam problemas sérios ligados ao álcool, à violência familiar ou de saúde, como a desnutrição e outros que comprometem a atuação junto à criança. Diante disso, cabe à instituição de Educação Infantil oferecer ajuda, por meio do contato à comunidade, acionando o poder público e as instituições de apoio, para que a família consiga desempenhar junto a criança relações saudáveis.

É indispensável que a escola e a família preservem bons relacionamentos, com hábitos saudáveis de comunicação e confiança, para que a criança seja beneficiada. Assim, a escola se sentirá segura em seu processo de cuidar e educar, onde com certeza diante dessas atitudes positivas, terá a família como sua aliada em todo o processo educativo infantil. Dessa maneira, se torna fundamental o diálogo aberto com as famílias, considerando-as como parceiras e interlocutoras, tornando os vínculos mais estreitos. Por sua vez, os pais ou responsáveis se sentirão como parte integrante da escola, experimentando a autonomia e a corresponsabilidade na elaboração, no acompanhamento e na avaliação da qualidade do atendimento oferecido.

2.4 O trabalho da equipe profissional na relação educar e cuidar

A formação docente é um assunto que desde os meados do século XVII incomodava os pensadores da educação como por exemplo, Comenius. Mas a questão da formação de professores exigiu uma resposta institucional apenas no século XIX, quando após a Revolução Francesa, foi direcionado o problema da instrução popular. Desde então, inicia-se o processo de criação de Escolas Normais como instituições encarregadas de preparar professores.

A primeira instituição denominada Escola Normal foi intitulada em 1795 em Paris, já se diferenciando pelas denominações como, por exemplo, Escola Normal Superior para formar professores de nível secundário e Escola Normal simplesmente, também chamada Escola Normal Primária, para preparar os professores do ensino primário. (SAVIANI, 2009, p. 143).

No Brasil, esse processo de preparo do professor se manifesta após a independência, quando se cogita a organização da instrução popular. A partir daí, pode-se dizer, que houve diversos momentos que acompanharam a evolução da história da formação de professores, diante do aprofundamento das questões pedagógicas em articulação com as transformações que aconteceram na sociedade brasileira, podendo distinguir os seguintes períodos¹⁷: de 1827 a 1890 surgiu a Lei das Escolas Primárias de Primeiras Letras; de 1890 a 1932 acontece o estabelecimento e a expansão do padrão das Escolas Normais; de 1939 a 1971 surge a organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais; de 1971 a 1996 surge a substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério; de 1996 a 2006 o surgimento das Instituições Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do curso de Pedagogia. (SAVIANI, 2009, p. 144).

Isso demonstra que as evoluções foram acontecendo vagarosamente até os dias atuais, precisando melhorar, no que diz respeito a investimentos nos profissionais na área da educação, especificamente na Educação Infantil.

É possível perceber que são recentes os estudos e pesquisas sobre a Educação Infantil, concomitantemente a consolidação e investimentos nos profissionais que nela estão inseridos e que ainda há muito o que, se discutir até o fortalecimento da identidade desse espaço educativo e os assuntos que o envolvem.

Segundo Peroza e Martins (2016, p. 12) durante décadas, os cursos normais, tanto as Licenciaturas quanto os cursos de Pedagogia se baseavam nos pressupostos educativos das crianças do ensino fundamental para basear a formação docente. Com a inserção das creches e pré-escolas aos sistemas de educação, as crianças de 0 a 5 anos de idade passaram a ser foco de indagação. Para conhecer a criança com faixa etária de 0 a 5 anos de idade, suas características peculiares e seus processos educativos, e consequentemente contribuir para o seu conhecimento, é imprescindível ter entendimento sobre algumas áreas até então pouco acessadas em relação a essa faixa etária, como por exemplo, a Sociologia, a Antropologia e a História, entre outras, para que somem às demais para ajudar a desvendar quem é essa criança, como ela constitui sua identidade e de que maneira a instituição e seus profissionais contribuem para o seu

¹⁷ Será abordada de maneira sucinta alguns períodos históricos de evolução da formação dos professores.

desenvolvimento. Assim, faz-se necessário discutir quais os desafios de seu processo educativo, para que se possa refletir em uma formação de professores que responda a essa realidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996, foi uma lei que introduziu a Educação Infantil como parte integrante da primeira etapa da Educação Básica, desde então já se passaram mais de 20 anos. É necessário então retomar o percurso da formação docente, para uma reflexão sobre seus avanços, mas também, sobre o que ainda precisa ser ponderado para que de fato responda aos desafios contemporâneos determinados à educação.

A LDB em seu artigo 3º sobre: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, inciso 7º traz “Valorização do profissional da educação escolar”, deixando claro que é dever do poder público os investimentos tanto na valorização da carreira do professor, quanto na formação que dá continuidade para que ele seja valorizado.

Um grande desafio com a necessária formação continuada dos profissionais da Educação Infantil é justamente mobilizá-los para a desconstrução de um atendimento assistencialista e fazê-los identificar qual a identidade profissional nos dias atuais, desmistificando as diferentes concepções aplicadas ao atendimento das crianças nas creches e pré-escolas.

Na LDB em seu artigo 61, no qual trata da formação dos profissionais da educação básica, estabelece: "Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio" (BRASIL, 1996).

Evidencia-se nesse enunciado uma formação mínima do magistério em nível médio ou normal, para o exercício na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, para aqueles que têm o curso em seu currículo, já que este foi extinto em 2006 e quem teve o interesse de lecionar na educação após essa data, precisou cursar o curso superior de Pedagogia. Além disso, o quadro de formação de professores da educação básica no país tem se modificado nos últimos anos devido a exigência cada vez mais crescentes de qualificação dos profissionais em níveis cada vez mais elevados de escolaridade. Devida atuação do profissional na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental ocorre no âmbito de formação específica dos cursos de Pedagogia, onde programaram suas diretrizes curriculares para preparar o profissional para atender as necessidades do cotidiano, sem contar que

atualmente, alguns cursos de Pedagogia são oferecidos também em modalidade de ensino a distância.

Com diferentes trajetórias percorridas, creches e pré-escolas foram estruturadas de maneiras e com propósitos opostos, o que provocou desde o princípio, um esfacelamento no atendimento às crianças. Desde quando foram admitidas na Educação Básica, essas instituições passaram a fazer parte de um mesmo processo educativo articulado e contínuo. No entanto, com as discussões em torno do PNE 2014-2024, é apontado o perigo novamente de fragmentação no atendimento à primeira infância, pois ao colocar como meta a ampliação ao atendimento às crianças de 0 a 3 anos em 50%, e a obrigatoriedade para as matrículas das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola. Com essas exigências, percebe-se uma diminuição no número de vagas em creches, uma vez que os municípios investem maior parte dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB) para responder à imposição legal de atender a população de 4 e 5 anos.

O FUNDEB entrou em vigor no ano de 2007 e é um conjunto de 27 fundos (26 estaduais e 1 do Distrito Federal) que serve como mecanismo de redistribuição de recursos destinados à Educação Básica, tratando-se de um grande cofre do qual sai o dinheiro para valorizar os professores e desenvolver e manter funcionando todas as etapas da Educação Básica, desde a creche, pré-escola, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e até a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O FUNDEB atual é uma evolução do mecanismo anterior porque, apesar de utilizar a mesma metodologia, passou a redistribuir um conjunto maior de impostos observando todas as matrículas da Educação Básica e não apenas o Ensino Fundamental como era o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que aconteceu de 1998 e 2006. (ROSEMBERG, 2007, p. 1).

Muitas tensões se explicitaram mais e geraram novidades como, por exemplo, a luta constante e persistente em integrar crianças de 0 a 3 anos de idade nas políticas públicas de educação; a disputa pela primeira vez da Educação Infantil em disputar publicamente recursos públicos; os recursos serem partilhados pelo atendimento público e conveniado. Todas essas questões são novas, necessitando e reflexões e novas aprendizagens. (ROSEMBERG, 2007, p. 3).

A fragmentação que acontece com a Educação Infantil e merece também reflexões pertinentes, é a maneira que ela foi dividida a décadas atrás, como por exemplo, o atendimento vinculado ao bem-estar social ou assistência social, que em geral visava apenas o “cuidado” era destinado às crianças de 0 a 3 anos de idade, e o atendimento educacional vinculado a educação visava as crianças de 4 e 5 anos de idade.

Esses modelos de organização dos serviços e do trabalho, sua submissão administrativa e suas origens históricas acarretam implicações em relação aos salários, formação, às condições de trabalho e status dos trabalhadores envolvidos. (VIEIRA; SOUZA, 2009, p. 126).

Ao se vincularem nos sistemas de educação, as creches passam a ser compreendidas como instituições de educação que atendem crianças “pequenas”, passando a ter como função educar e cuidar de forma indissociável. Essa prerrogativa é de tamanha importância que as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia, em seu artigo 5º inciso II, afirmam que o egresso de Pedagogia deverá estar apto a “Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social”.

As crianças interagem com o mundo, em contato com o mundo concreto por meio de símbolos, valores, sentimentos, entre outros. Nesse sentido, cabe aos profissionais que atuam na Educação Infantil ter sensibilidade e competência para perceber as expressões das crianças, ao mesmo tempo em que saibam fazer o uso de diferentes linguagens para promover a ampliação de conhecimentos.

Outro aspecto fundamental da educação das crianças diz respeito a dimensão lúdica presente nos jogos e nas brincadeiras, conduzindo a criança a lidar com a realidade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI-2001) propõem a interação e o brincar como eixos dessa etapa da educação e compete aos professores oferecerem às crianças momentos planejados e intencionais que vão impulsionar o aprendizado de maneira recreativa e alegre.

Campos (1994, p. 31) mostrou que outro fator agravante e que gerou divisão de trabalho e mão de obra foi a questão de que as crianças de 0 a 3 anos de idade que frequentavam a creche em jornada integral necessitava de pessoas para realizar os cuidados diários como banho, sono e alimentação. Partindo do princípio que para que as crianças tivessem uma boa educação elas teriam que estar em um

ambiente limpo e as próprias crianças também devidamente higienizadas. Havia uma grande rotatividade no trabalho, pois o perfil profissional era exclusivamente de mulheres, baixa assiduidade, e dificuldade para acompanhar as atualizações por conta que esses treinamentos exigiam domínio da leitura e escrita.

O outro profissional que “educava”, ou seja, a professora da pré-escola, onde o objetivo era de caráter mais “pedagógico”, com lápis e papel, preparando para o ingresso no ensino fundamental, exigia formação de no mínimo o curso de magistério de 2º grau. Estas gozavam de prestígio, salários diferenciados, melhores condições de trabalho e melhores progressões na carreira do que os profissionais citados anteriormente.

Por outro lado, as professoras por trabalharem com crianças da pré-escola, costumam ter salários e prestígios menores do que as professoras que trabalham com faixas etárias do ensino fundamental em diante, conduzindo a ideia que quanto maior a criança, maior o “status” de professora.

Como foi refletido em outro item, essas duas concepções de trabalho com crianças “pequenas”, geralmente chamadas de “assistencial” e “educacional”, têm sido adotadas para duas classes sociais diferentes, ou seja, a criança pobre, frequentaria o atendimento “assistencial” e a criança de classe média um tipo “educacional” (CAMPOS, 1994, p. 31).

Diante da reflexão sobre essas duas modalidades de atendimento e a comparação com concepções mais atuais de desenvolvimento infantil, não será difícil perceber que nenhuma das duas estão adequadas. Pois justamente, a nova proposta é trabalhar os conceitos de educar e cuidar de maneira integral e indissociável, levando em consideração que a criança precisa interagir com seu contexto social, nas relações que estabelece com os adultos, crianças, espaços, coisas e seres a sua volta, construindo por meio desta interação sua identidade, seus conhecimentos e sua percepção de mundo.

Campos (1994, p. 34) nos apresenta outro problema ligado a integração do educar e do cuidar:

Uma das alternativas que tem sido adotada no país procura conciliar a oferta existente de profissionais, com estes objetivos, porém de uma forma não integrada: as crianças permanecem um período do dia com a monitora ou pajem e outro período com a professora. Assim, por exemplo, teríamos as crianças cuidadas em suas

necessidades físicas e afetivas no período da manhã, e educadas em relação às suas necessidades de desenvolvimento intelectual, no período da tarde.

O que se precisa refletir também, é sobre a formação desses profissionais, que auxiliam os professores na sala de aula, embora a exigência para formação inicial para o trabalho seja diferente, eles precisam receber formação específica para lecionar com crianças e suas particularidades. Ambos necessitam de um novo tipo de formação, baseada na integração do desenvolvimento infantil, que não hierarquize atividades de cuidado e educação, e não segmente em horários, funções, espaços e as responsabilidades profissionais diferentes.

Embora os profissionais venham ter diferentes níveis de formação, ambos devem partilhar os mesmos objetivos e preocupações, trabalhando em parceria, em função de que as crianças interagindo com os adultos e entre elas se tornem autônomas, críticas, se desenvolvam com total naturalidade dentro da sua faixa etária, bem como, descubra o mundo, e mesmo a si. Com essa parceria acontecendo, é possível pensar em currículos e práticas que garantam exigências adequadas ao desenvolvimento infantil, em sua totalidade, em qualquer modalidade de atendimento.

Com a expansão da Educação Infantil nas últimas décadas, o poder público precisa investir mais nas redes educacionais e na formação dos profissionais envolvidos nelas. Não basta apenas exigir que as crianças sejam bem atendidas, se não houver investimentos para que isso ocorra.

O profissional que auxilia o professor na sala de aula merece atenção especial. Segundo Kuhlmann (2015, p. 185) é preciso argumentos muito mais sérios para tratar desse profissional que não é considerado professor, mas se apresenta como uma figura educativa sem qualificação específica, desde que está diretamente ligado à educação e aos cuidados das crianças. Há várias justificativas para a existência desse profissional nas instituições de Educação Infantil, e uma delas é que se aproveite da experiência e as competências adquiridas por membros da comunidade com as crianças. Outra questão que merece constantes discussões, é o barateamento sugerido nesta proposta, pensando em educação somente como mercadoria. O poder público oferece formação continuada para esses profissionais como se bastasse, porém, o que deve acontecer é o incentivo e investimento para

que evoluam em sua formação inicial, podendo cursar um curso de nível superior. Esse fato seria favorável não somente para o profissional, mas também para a instituição e para o país que aumenta o seu nível de formação educacional e cultura social.

De acordo com o RCNEI (2001, p. 41) “o trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente”. Isso significa que o professor consiga trabalhar com diferentes conteúdos e de natureza diversa que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes de diversas áreas do conhecimento. Esse perfil docente demanda além de uma formação ampla, que o profissional torne -se também um aprendiz, refletindo frequentemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve.

O sucesso das propostas curriculares das instituições de Educação Infantil depende do professor que trabalha nela, pois é com suas ações planejadas, e executadas em parceria com outros profissionais da instituição é que vão se constituir em projetos de qualidade, abrangendo as famílias e a comunidade local.

Para que isso ocorra, é preciso que os profissionais sejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder as demandas familiares e das crianças, bem como, as questões relativas ao educar e o cuidar.

A municipalização causou uma descentralização da gestão das políticas, principalmente na Educação Infantil. Observa-se então, diferentes arranjos das políticas municipais, colaborando para a existência de uma grande diversidade de profissionais com status e formação/qualificação diferentes, bem como, variadas modalidades de relações de emprego e trabalho, que colaboram na precarização do trabalho docente na Educação Infantil. Concomitantemente, observa-se uma crescente demanda por profissionalização do campo. Diante disso, é preciso que o Poder Público invista não somente em formação que é essencial para um bom trabalho, mas também, em um conjunto de fatores que somam para que a qualidade na Educação Infantil aconteça. Fatores esses, que inclui a valorização do professor pelo seu plano de carreira, salário, condições de trabalho, ambiente preparado e devidamente equipado, garantia no atendimento das crianças havendo um planejamento quanto ao número de crianças por turma, no qual reflete diretamente no trabalho do professor e prejudica na qualidade.

São muitos desafios propostos e muitos outros que podem contribuir para a melhoria da educação infantil, na qual, respeite efetivamente o desenvolvimento e o aprendizado da criança pequena. É preciso reconhecer que esse espaço deve ser muito mais qualificado e que, ao incluir o acolhimento e a segurança no seu atendimento, também precisa dispor de um ambiente que desperte a emoção e desenvolva a sensibilidade, contemplando assim, a curiosidade e a investigação das crianças.

São muitos os aspectos que colaboram e concretizam a qualidade na educação por parte da escola como, planejar as atividades com intencionalidade educativa, atenção privilegiada nas fases de desenvolvimento adequar a estimulação, utilização de uma linguagem enriquecida com a criança, evitando usar falas infantilizadas, rotinas bem elaboradas de acordo com as necessidades diárias, imaginação e diversificação no uso de materiais a serem explorados, envolver a família nas atividades da escola, entre outras. É apropriado ressaltar que qualidades tem muitas leituras e podem ser analisadas sob diferentes perspectivas. O essencial é que a educação de qualidade da criança pequena possa ser analisada não só perante o governo e nos documentos oficiais, mas pela sociedade. Afinal, a Educação Infantil é de responsabilidade pública e, como tal, deve preferencialmente gerenciada por todos; esse é o maior desafio.

Ao discutir sobre a questão da formação do professor, não se pode esquecer que esse fator está intrinsecamente ligado as condições de trabalho que envolvem a carreira docente, cujo podem ser relacionadas as questões de salário e da jornada de trabalho. De modo efetivo, as precárias condições de trabalho do professor apenas não neutralizam a ação, mesmo que fossem bem formados. Essas condições, impossibilitam também uma boa formação, pois desestimula à procura pelos cursos e a dedicação aos estudos. Atualmente, para garantir uma formação resistente como para garantir condições adequadas de trabalho, é necessário fornecer os recursos financeiros correspondentes. Aí está, portanto, o grande desafio. É preciso acabar com a dualidade com que o governo trata a educação, ora exaltando a propaganda de que a educação está em boas condições, causando um discurso que impressione os telespectadores, outrora, as políticas dominantes elencam a redução de custos, cortando investimentos. Faz-se necessário ajustar as decisões governamentais, pois deve-se eleger a educação com maior prioridade, delegando a ela maiores recursos, ao invés de sucatear o ensino como forma de

tentar garantir o mínimo de qualidade. Não sendo aceitável o mínimo padrão de qualidade para a educação.

CAPÍTULO 3 UM ESTUDO REALIZADO NO MUNICÍPIO DE COLINA/SP

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo. Os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo”. (Paulo Freire)

3.1 A indissociabilidade entre o educar e o cuidar na visão dos participantes da pesquisa

A pesquisa foi realizada por meio de entrevista semiestruturada. De acordo com Minayo (2001, p. 64)., a entrevista “[...] tomada no sentido amplo de comunicação verbal e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo do trabalho de campo” (2001, p. 64). Por conseguinte, a entrevista semiestruturada, “[...] combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.”

O atendimento institucional à “criança pequena”, no Brasil, apresentou ao longo de sua história, concepções divergentes sobre sua finalidade social. Grande parte dessas instituições surgiram com o objetivo de atender crianças de baixa renda. Atualmente, essa situação foi modificada, pois a Educação Infantil está garantida pelas legislações brasileiras como um direito da criança. Com tamanha evolução, vários conceitos como, currículo, formação de professores, salários, carreira, e principalmente o processo de ensino e aprendizagem das crianças, precisam ser modificados.

A criança deve ser reconhecida como sujeito social e histórico, em constante transformação. O meio em que está inserida, determina o seu desenvolvimento, diante disso, a instituição de Educação Infantil deve favorecer um ambiente harmônico e estimulante, para um crescimento saudável, tornando-a independente e autônoma.

Diante, da questão sobre a opinião das participantes sobre o que significa ser professora de Educação Infantil, pode-se refletir.

Todas as participantes têm mais de 10 anos de trabalho efetivo, lecionando na Educação Infantil, e para elas ser professora de educação Infantil é um “ato vocacional”, onde todas se encontraram, pois, “adoram trabalhar” com crianças pequenas e não conseguem pensar em trabalhar com alunos maiores, conforme

relato: “[...] não tenho vontade nenhuma de ir para o fundamental” (Rosa-professora).

Foi possível perceber, que o “ato vocacional” que as participantes revelam sobre sua atuação na Educação Infantil, está ligado com a escolha da profissão, pois atuar com crianças de 0 a 5 anos requer conhecimentos específicos sobre sua faixa etária e desenvolvimento, bem como, conhecer a rotina pedagógica e de cuidados em uma unidade educacional infantil e se identificar com esse trabalho, ou seja, o profissional que escolha trabalhar na Educação Infantil, deve entender suas particularidades e especificidades, planejando suas atividades com intencionalidade.

Outro relato, exemplifica a satisfação da pesquisadora em trabalhar na Educação Infantil:

“[...] porque eu gosto de ser mãe para eles, além de ensinar a comer, ensinar a ir no banheiro, ensinar um monte de coisas que são importantes, mas o contato físico, aquele contato, aquele carinho, eu acredito que a gente faz a diferença para muitas crianças, principalmente porque a gente está em um bairro carente, bem carente [...]” (Madalena).

Para Adelina, ser professora da Educação Infantil é estar constantemente em busca de novidades, mudando suas ações, mudando conceitos porque a criança precisa de atividades atualizadas para sua estimulação sempre, pois a faixa etária em que se encontra requer atenção especial.

Com base nos dados apresentados, percebe-se que ser professor de Educação Infantil nos dias atuais ainda carrega concepções historicamente construídas, no momento em que as professoras se referem a serem “mães” para as crianças, de gostarem de trabalhar com crianças pequenas, deixando transparecer o instinto apenas do cuidado, muitas vezes, esquecendo que o educar também precisa fazer parte do cotidiano dessas crianças.

Outra pergunta, diz respeito a opinião das participantes sobre o educar e o cuidar na Educação Infantil.

Todas as participantes entendem que para se fazer um bom trabalho com as crianças na faixa etária de 0 a 5 anos de idade, é indispensável a indissociabilidade do educar e o cuidar. Relatam que o educar é trabalhado nas atividades pedagógicas planejadas com intencionalidade, como diz Madalena: “[...] o educar vai

para a parte pedagógica [...], a gente conta uma história e desenvolve a parte lúdica, de um lego ensina o raciocínio, cores, ensina números [...]" (Madalena).

O cuidar é considerado uma atividade pessoal, como por exemplo, trocar, ensinar a comer, dar banho, sentir-se responsável pelo bem-estar, físico e emocional da criança.

"[...] já o cuidar, é a parte que eu já disse, o cuidado que a gente tem com eles em todos os aspectos, não só físico, mas a gente procura saber como está funcionando este cuidado em casa, porque muitas vezes, as crianças vêm com alguma atitude que a gente acha estranho, [...] então vamos procurar saber, a gente vai além das portas da escola, [...]" (Madalena).

"[...] o cuidar te desenvolve um lado mais materno, bem materno, porque o cuidar você não coloca nada que você conhece naquela criança, você oferece e você ensina, mas não de maneira pedagógica, você transmite o seu conhecimento de higiene, de respeito ao outro, [...]" (Adelina)"

Algumas participantes elencam o cuidar e educar como um preparo para a cidadania. "O cuidar é o pessoal né, tipo, trocar, o educar é preparar eles para cidadão, é ter respeito, cidadania, saber dividir as coisas, saber compartilhar os brinquedos, as coisas, [...]" (Eliana). "Então, a gente procura fazer as duas partes né, cuida e educa, porque muitas vezes, eles vêm de casa sem nenhuma base, [...]" (Rosa).

Pode-se concluir, que os professores sabem a diferença e a relevância do educar e do cuidar na Educação Infantil. Porém, não citam esses dois termos de maneira indissociável.

No RCNEI o cuidar e educar devem acontecer de maneira integrada:

Contemplar o cuidado na esfera da instituição de Educação Infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica (BRASIL, 2001, p.24).

Cuidar de uma criança no contexto educativo demanda a integração de vários setores de conhecimento. É nesse sentido, que o professor de Educação Infantil

deve articular as atividades de cuidado e educação em um só contexto, com um único objetivo, tornar o aprendizado da criança o mais favorável possível.

Ainda, na questão sobre cuidar e educar, o entendimento dos gestores sobre essas duas ações:

“Entendo como uma prática pedagógica integrada, que ainda há uma certa confusão na atuação didática que ela seja dissociada, mas não pode, ela tem que ser uma prática integrada e realmente é uma prática intrínseca dessa faixa etária de 0 a 5 anos, em que, tanto o cuidar e o educar você não separa, assim como um trabalho associado, porque é uma faixa etária que requer esses dois princípios de atuação o cuidar e o educar” (Cássia).

“Olha, desde quando iniciei na Educação Infantil a mais de 20 anos, a gente fala sobre isso, que não existe essas duas palavras separadas, então, o cuidar e o educar na Educação Infantil sempre vão estar juntas, essas duas palavras, porque não tem como desassociar elas, porque no mesmo tempo que a gente cuida a gente educa, e vice e versa. Os professores hoje lá entendem isso, eles próprios mesmo trabalhando com crianças do berçário, a gente percebe que eles se valorizam, porque eles sabem que não estão cuidando só, estão educando também” (Micheli).

“O que eu entendo é assim, que os dois tem que acontecer ao mesmo tempo, eu educo e eu cuido, dependendo da faixa etária, se você está num berçário, eu cuido e educo, se você está num maternal, eu educo e cuido, entendeu, eu diferencio isso. No berçário, eu preciso cuidar mais do que educar e com os maiorzinhos, eu preciso educar mais do que cuidar, porque aí eles já resolvem sozinhos as situações” (Mariângela).

Os gestores, entendem a relevância da concepção da indissociabilidade do cuidar e educar e demonstram que é um assunto de frequente discussão nas unidades, porém, de acordo com a análise das entrevistas dos professores, entende-se, que falta uma articulação entre as práticas pedagógicas, para que as atividades desempenhadas englobem o cuidar e o educar de maneira integrada. Daí a relevância do gestor implementar ações e acompanhar, para que elas aconteçam com qualidade.

No entendimento sobre a Educação Infantil na atualidade, as participantes responderam que evoluiu muito, que progrediu bastante. “Hoje a Educação Infantil

mudou muito, ela sai daquele caráter assistencialista e passa a ser uma formação necessária para a criança, [...]" (Adelina).

"Progrediu bastante, em vista de tempos atrás né, como a gente já conversa muito isso, era assistencialista, deixava aqui só para cuidar da criança, trocar, essas coisas. Hoje em dia não, a gente fica preocupada mais com a parte pedagógica também, [...]" (Eliana).

"[...] mas acredito que evoluiu muito em todos os sentidos, tem todo um cuidado com alimentação, com o cuidado, é muita coisa, acho que agora eles estão olhando muito mais para a Educação Infantil, que é muito importante, porque antigamente, se colocava sem se preocupar de como elas estavam sendo cuidadas, tratadas, ninguém tinha uma especialização, qualquer um podia cuidar, [...]" (Madalena).

"[...] teve muita mudança, melhorou muito, a Educação Infantil tem muita coisa ainda, para ser melhorada, mas a gente sabe que não é tudo de uma vez, que nem a Educação Infantil hoje do que era antes, eu penso assim, que ela está indo cada vez melhor" (Mariângela).

"[...] quando ela passou para a pasta da educação, eu vejo que ela passou por uma transformação muito positiva, principalmente devido a migração do seu caráter assistencialista para uma atuação educacional que concilia o cuidar e o brincar numa prática pedagógica integrada. Também um aspecto muito importante, é a valorização do profissional de Educação Infantil, essa valorização foi fundamental e hoje ele é reconhecido como tendo também uma carreira docente, isso é extremamente importante para a atuação profissional e também a garantia de questões importantes da sua atuação como piso salarial e sua jornada de trabalho, vejo como três aspectos fundamentais" (Cássia).

"[...] vem acontecendo muitos avanços, isso, nós temos até lutado pra isso, para que esses avanços sempre venham em prol da qualidade da educação, e a gente entende que a Educação Infantil é a base para que essas crianças cheguem lá no ensino fundamental mais preparadas para estar desempenhando e desenvolvendo o seu potencial, e o que a Educação Infantil oferece hoje é essa estimulação, esse envolvimento dos professores mesmo, para que essa criança esteja mesmo preparada lá na frente, não alfabetizada, mas preparada dentro da sua faixa etária" (Micheli).

Uma participante descreve a Educação Infantil atualmente, como uma mudança de comportamento das crianças.

“Mudou muito, muda bastante, antigamente você chegava, você conversa e eles te ouviam, te respeitavam, hoje está tendo muita falta de limite, as crianças hoje não te aceitam da mesma forma, não são todos, [...]” (Rosa).

Diante da análise das entrevistas, foi possível perceber, que as participantes da pesquisa concordam que houve evolução na Educação Infantil desde antigamente até os dias atuais, porém, muitas questões ainda precisam ser melhoradas, como por exemplo, salário, melhores condições de trabalho, menor número de criança por sala, entre outras, concluindo que esses fatores influenciam na qualidade do atendimento infantil.

Na questão sobre como acontece a formação profissional no município, as participantes dizem ainda sentir falta de mais formação, que há no município cursos que acontecem de maneira esporádica e sobre diversos assuntos diferentes, e que gostariam de cursos com maior frequência e com segmentos nos assuntos.

“Assim, na Educação Infantil a gente sente falta um pouquinho disso, agora estamos fazendo o PNAIC [...] clareou bastante, mas a gente ainda tem muito o que caminhar, [...] porque até então a gente não tinha respaldo né, tinha os HTPC e parava por ali, agora com essa formação a gente está vendo uma diferença, que a gente pode alcançar alguma coisa lá na frente, esperamos que isso aconteça” (Rosa).

“Apesar de ter os cursos, planejamento e replanejamento, eu acho que falta mais cursos, porque as vezes está entrando gente nova, professoras novas que passaram em concurso e precisam de formação continuada, a gente nunca pode parar de ter educação e formação, [...]” (Eliana).

“Apesar de ser novo para o município, ele tem buscado meio de se reciclar, eu acho na questão infantil, pra nós é novo, um desafio novo, [...] os professores também têm buscado, [...] então eu acho que hoje em dia o município está servindo muito bem [...]” (Adelina).

“Eu acho que tem boa vontade, não que não tenha, tem, só que eu acredito que eles não estão muito focados, assim, eles dão curso pra gente, e o mesmo curso é dado para o fundamental, assim, não está sendo especializado, a gente queria, eu acredito que é a vontade de todas nós aqui, que fosse mais centralizado pra gente mesmo, [...]” (Madalena).

Adelina afirma, que a formação na Educação Infantil é nova, porque não existia o Coordenador Pedagógico para esses professores, somente em 2013, o município contratou uma Coordenadora a qual orienta os professores, gestores e demais funcionários nos cuidados e na educação das crianças, contando que o município tem 6 instituições e essa situação prossegue atualmente.

Madalena afirma, que em conversas com demais professoras, demonstram vontade de participar de mais cursos específicos para a Educação Infantil, que muitas vezes são oferecidos cursos e palestras de maneira geral para todas as etapas de ensino do município, e que mesmo na estrutura da Educação Infantil tem subdivisões de faixa etárias de idades diferentes (berçário 0 a 1 ano, maternal 1 ano a 2 anos) e que precisariam aprender a lidar com cada uma em específico, por exemplo, quem trabalha no berçário, aprender quais estímulos corretos para essas crianças, bem como, aprender como acontece a aprendizagem nessa faixa etária. Sugeriu também, que fossem organizadas rodas de conversas e trocas de experiências entre as próprias professoras das escolas, para que compartilhando suas bagagens possam aprender umas com as outras.

Rosa relata que o município vem investindo e que outros órgãos públicos também têm se preocupado em oferecer formação específica para os professores da Educação Infantil, que antes não tinha. No ano de 2018 foi oferecida pela segunda vez nas escolas de Educação Infantil de Colina/SP, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)¹⁸, que tem como objetivo desenvolver com qualidade, o trabalho com a linguagem oral e escrita, em creches e pré-escolas. O programa afirma que não se trata de uma antecipação da alfabetização para essas crianças.

Diante dos dados apreendidos, percebe-se que os professores ainda estão descontentes com a questão da formação continuada oferecida pelo município, pois alegam que deveria haver, com maior frequência e com encontros com assuntos mais específicos, de acordo com a necessidade que os professores encontram no cotidiano.

Na questão sobre a relação da escola e da família, foi considerada a mais difícil de responder de acordo com a opinião das participantes, pois elas consideram

¹⁸ PACTO- É um compromisso formal e solidário assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, desde 2012, para atender à Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.

a relação da escola com a família essencial para o sucesso da aprendizagem das crianças e atualmente andam enfrentando desafios, para que esse relacionamento seja harmonioso e frequente.

A maioria das participantes alegaram, não ter muito apoio da família, por motivos diversos, seja pela falta de comunicação, pelos pais trabalharem e outras pessoas levarem as crianças até a escola, seja pela ausência nas atividades realizadas pela instituição, como por exemplo, reunião de pais. Disseram também, que muitas vezes, quando pedem a colaboração dos pais quanto ao comportamento dos filhos perante os próprios colegas ou até mesmo com a professora e os funcionários, alguns pais dão a devida importância para a situação e conversam com os filhos em casa, orientam, investigam se está acontecendo algo, mas ao contrário, alguns pais não dão importância ao que a professora relata e muitas vezes até criticam a professora pela atitude para com o filho.

“[...] está devendo muito ainda, porque você vê a gente faz a reunião de pais, metade vem, metade não vem, eles não acham importante estarem presentes, só acham importante se acontece alguma coisa mais grave, [...] só se acontece alguma coisa mais brusca, que eles vem aqui para brigar, mas para saber do dia a dia da criança, isso não acontece, [...]” (Madalena).

“É bem complicado, tem família que aceita a maneira que você trabalha, tem família que não entendeu, [...]. A mãe presente, você percebe dentro da sala de aula, a mãe ausente você também percebe nitidamente”, [...] (Rosa).

Outro assunto, que inquieta as participantes, é a ausência dos pais ou responsáveis, nas reuniões de pais realizadas pela escola. Elas consideram um assunto delicado de tratar, pois ponderam como falta de responsabilidade dos pais, por não terem interesse de saber do desenvolvimento escolar dos filhos. Diante disso, justificaram que quando acontece algo com o filho e o mesmo, leva a situação para os pais, daí sim, eles comparecem na escola para saber o que aconteceu, muitas vezes nervosos, brigando, discutindo, sem ao menos dar chance, do professor explicar o fato acontecido. Portanto, os professores ou os assistentes educacionais, adiantam quando ocorre alguma situação indesejada com a criança, para os pais ou responsáveis que buscam a criança na escola. Isso é uma norma de

responsabilidade que a escola adota, com todas as crianças, quando acontece alguma situação indesejada.

A participante Eliana declarou que essa relação melhorou muito, pois antes os pais deixavam os filhos como se as professoras fossem babás e apenas cuidassem e iam embora, sem nenhuma consideração com o professor, e atualmente eles enxergam o professor com uma função que de além de cuidar também educa, dando a devida relevância para isso. Ela relatou sentir-se importante, pois eles reconhecem a verdadeira função da escola de Educação Infantil.

“Melhorou também, bastante, porque antes, os pais vinham e traziam e iam embora, hoje em dia, a gente percebe que eles se preocupam em saber o que está acontecendo, o que está se passando, [...]” (Eliana).

Outra participante que também acha positiva a relação dos pais e responsáveis com a escola é a Adelina, confirmando que os pais dão respaldo quanto à alguma atitude de correção que o professor precisa ter com o filho, apoiando-o e reforçando em casa. Declarou também, que os pais estão mais atentos a qualquer possível problema com o filho e se preocupam com isso.

“Os pais hoje, estão dando mais respaldo pra gente, eles têm dúvidas [...], eles já procuram a gente, você percebeu? Você tem alguma coisa pra mim? Como está o desenvolvimento dele?” (Adelina).

Diante da demonstração de dificuldade de responder essa pergunta, a pesquisadora complementou, questionando as participantes se a escola realiza alguma ação para mudar a relação da escola e da família.

Elas ficaram confusas em responder, pois tinham dúvida muitas vezes, em afirmar que a reunião de pais seria uma ação realizada pela escola para fazer parceria com pais ou responsáveis.

Historicamente a família e a escola passaram por diversas mudanças nas configurações de seus sistemas, ambas transformadas pela “sociedade atual, pelas implicações socioeconômicas, culturais e políticas mundiais”. São constituídas, pelos desafios impostos pelo novo padrão de relações da pós-modernidade, dificultando a parceria dessas duas instituições na educação dos alunos (NOGUEIRA; PARREIRA, 2013, p. 112).

Pode-se considerar também, que outros fatores dificultam essa relação:

A proibição do trabalho infantil e o incentivo à frequência escolar, políticas públicas voltadas ao cuidado materno e relação mãe/bebê, o incentivo a diminuição da mortalidade infantil e a obrigatoriedade de permanência na escola, vinculados a programas assistenciais governamentais, fizeram com que tanto a família como escola, estreitassem essa parceria, tendo como foco as relações afetivas dos filhos como traço essencial para o desenvolvimento da infância e do desenvolvimento escolar (NOGUEIRA; PARREIRA, 2013, p. 117).

Diante dessas considerações, é relevante ressaltar que as mudanças nas configurações familiares e dos sistemas educacionais passam a se tornar interlocutores de um novo espaço.

Rosa afirma que a escola até tenta, mas que não é sempre obtêm sucesso.

“Que eu tenha percebido, não sei. Eu acho que falta isso ainda, falta trazer mais para perto da gente, a direção até tenta, mais não é sempre que você consegue isso daí não, ainda falta bastante” (Rosa).

Eliana afirma que a reunião de pais é uma ação da escola para aproximar os pais ou responsáveis na vida escolar da criança.

“Tem reunião de pais né, que aí a gente faz a reunião, os pais conversam com a coordenadora, depois passa pra sala onde eles vão interagindo com a gente, perguntando o que tem vontade, porque no cotidiano não dá pra perguntar tudo, então eles usam a reunião pra perguntar o que precisa, [...]” (Eliana).

De acordo com os dados, percebe-se que os professores que têm maior facilidade de conversar com os pais e admitir que existem dificuldades na vida escolar do filho e que explicam com clareza que juntos vão superar essas dificuldades, conseguem talvez, maior ajuda dos pais para corrigir e ajudar as crianças, por isso na entrevista esses professores tiveram respostas positivas a favor dos pais ou responsáveis.

A situação que a família não é presente na escola, acaba “contaminando” toda a equipe escolar que generaliza muitas vezes, essa situação, dificultando ainda

mais a relação harmoniosa e de diálogo que deve acontecer entre esses dois grupos sociais essenciais para a educação da criança.

Todas as participantes concordam que a relação da escola e da família precisam ser de muita parceria, para que todos os agentes envolvidos sejam favorecidos, mas sem dúvida, quem ganha mais com essa parceria são as crianças.

Os relatos afirmaram que as famílias ainda precisam estar mais presentes nos assuntos educacionais dos filhos. Por motivos diversos, a família acaba ficando ausente da escola, seja pela longa jornada de trabalho ou por não considerar importante essa ação. Diante dessa situação, as gestoras afirmam que fica difícil a comunicação para tratar de assuntos que favoreçam a aprendizagem da criança.

A participante Mariângela emocionou-se ao falar da relação da escola e da família, no momento da entrevista ela estava passando por um conflito com uma família de uma aluna que desestabilizou toda a equipe escolar. Diante disso, sua resposta foi pautada em uma esperança de uma relação de respeito e harmonia para com a educação das crianças, por ambas as partes responsáveis pelo ensino dos alunos. Relatou ainda, que acredita em falhas na integração desses dois grupos, não sabendo ao certo quem estava falhando: a família em não participar da educação escolar do filho, ou a escola, diante dessa situação não realizar mais ações que fortaleçam esse laço que deve favorecer uma educação de qualidade.

“É triste essa (choro), e nesse momento eu estou passando uma situação difícil com a família, então fica difícil responder. Eu acho que a família tinha que estar mais presente, a família, não terceiros, a família tinha que estar mais presente na educação dessas crianças, porque a gente, sozinhas não consegue educar, se não tiver a participação da família, [...] eu acho assim, é muito falha essa parte, mas só que aí a gente não sabe onde está a falha, se é nossa, de não trazer eles pra dentro da escola, ou se é deles de não querer entrar dentro da escola, [...]” (Mariângela).

“Eu penso, que um é complemento da outra, que a família tem a parte que a escola não substitui e a escola tem o papel dela que a família não substitui, portanto, nós precisamos caminhar sempre juntas, porém, cada uma fazendo seu papel, porque jamais vamos fazer o papel da família, como jamais a família vai fazer o papel do professor dentro da sala de aula” (Micheli).

“Escola e família, seja na Educação Infantil, ou seja, em outra modalidade de ensino, elas precisam ser parceiras, muito parceiras,

porque nós temos lá no artigo 205 da Constituição Federal muito claro, que a educação é responsabilidade do Estado e da família, então ambas precisam assumir essa responsabilidade, trabalhar juntas de mãos dadas, [...]” (Cássia).

Para que a família e a comunidade atuem de maneira participante na escola e na sociedade em geral, é necessário, uma ação coletiva e consciente, sobretudo em uma sociedade injusta e desigual. Nesta pesquisa, a formação docente faz-se necessária como possibilidade de transformação dos indivíduos, sua emancipação e valorização das diferenças entre as pessoas, considerando uma sociedade dissemelhante e diversificada.

A análise das entrevistas, faz compreender, que a opinião dos professores quantos as questões sobre a Educação Infantil, especificamente sobre o relacionamento da escola e da família são praticamente a mesma. Em tal caso, é possível perceber, que toda a comunidade escolar partilha do mesmo conceito, mas não se tem planejamento para ações mais efetivas para uma aproximação saudável e espontânea.

A família tem um papel fundamental na vida escolar dos filhos, e claro que isso não pode ser desconsiderado pela escola. Porém, a escola deve estimular e incentivar a participação ativa da família no cotidiano escolar. Portanto, essa realidade se trata de uma expectativa sonhada, pois, além de se tratar de uma estratégia importante, mas não reconhecida com devida relevância, a escola deve assumir um processo reflexivo com toda a equipe escolar sobre essa ação.

Verifica-se que a família e a escola têm uma relação constituída historicamente e diante de transformações sociais, culturais, tecnológicas, que exige uma parceria efetiva na formação humana emancipatória para formar cidadãos críticos e conscientes hoje.

Na função de gestor, todas responderam que sua função basicamente, significa conduzir um grupo de pessoas, organizando o ambiente e oferecendo instrumentos de trabalho. Fazer gestão de uma escola, de todas ou de uma secretaria de Educação inteira requer muita responsabilidade, conhecimento e disposição.

“Meu trabalho é estar observando a situação, [...] o que está acontecendo, tentar resolver os problemas, [...] manutenção da escola, [...] resolver os problemas do dia a dia de uma instituição. [...] temos o HTPC uma vez por semana, [...] aplico o HTPC, [...]” (Mariângela).

“[...] a gente trabalha com os professores da rede da Educação Infantil da rede municipal e desenvolve atividades, desenvolve um trabalho conjunto, dá um pouco de trabalho por ser 6 escolas, [...]” (Micheli).

“O trabalho de um gestor, [...] vejo basicamente como um trabalho focado no planejamento e na execução das demandas necessárias ao desenvolvimento do ensino, [...] seja na garantia do direito às matrículas, na inclusão de alunos com deficiência e também na aplicação do recurso da educação com eficiência e eficácia, visando a qualidade de ensino” (Cássia).

Estar na função de gestor da Educação Municipal significa estar sempre envolvido por pessoas, nas quais necessitam de orientação, formação continuada e boas condições de trabalho. Um gestor precisa planejar, executar e avaliar suas ações, conseguindo focar na resolução de demandas necessárias para o desenvolvimento da educação nas unidades educacionais.

Enfim, as reflexões realizadas nesta pesquisa, mostram que muitas concepções constituídas historicamente, refletem, atualmente, nas instituições. Diante disso, é relevante a formação constante, não só dos professores, mas de toda a equipe escolar, pois todos estão diariamente em contato e são responsáveis pela educação da criança em sua totalidade, ponto de vista, que cada profissional com sua função, desempenha um papel colaborador na educação das crianças.

Compartilhando da responsabilidade da educação das crianças, o Estado deve realizar investimentos de acordo com sua incumbência, para que assim, as escolas consigam desenvolver um trabalho com autonomia e com qualidade.

3.2 A percepção do professor de Educação Infantil: encantos e desencantos

Até meados da década de 1990, havia os cursos de Magistério, que eram oferecidos de forma gratuita ou até mesmo com uma bolsa de um salário mínimo

para os estudantes como bolsa auxílio, incentivando mais pessoas a se tornarem professores. Diante dessa situação, haviam praticamente três alternativas: o estudante se identificava com o curso e se tornava professor por afeição; não conseguia fazer outro curso ou trabalhar no que lhe interessava realmente e se tornava professor, porque tinha o certificado em mãos e era considerado que havia bastante vagas para professor e não se ganhava mal ou mesmo com o certificado nas mãos a pessoa que não tinha habilidade para lecionar com crianças e desistia de ser professor.

A escola é um grupo social onde a criança inicia muito cedo e passa parte de sua vida inserida nela. O sucesso do seu aprendizado depende de muitos fatores, entre eles, a participação da família, o processo de ensino e aprendizagem, a compreensão pedagógica, a formação de cidadania, etc.

A relação da escola com a família, como dito anteriormente, é constituída historicamente. Os professores muitas vezes, consideram essa relação conflituosa e difícil.

É indispensável, que a família saiba a importância de seu papel no procedimento educacional dos filhos e que a escola deva compreender o papel relevante que tem no processo de ensino e aprendizagem.

Muito se ouve, da equipe escolar que os problemas comportamentais das crianças acontecem devido as famílias estarem “desestruturadas”, como se houvesse um padrão pré-determinado de família, com papai, mamãe e filhinhos. Diante dessa reflexão, é imprescindível que a escola entenda que os diversos conceitos de famílias existentes atualmente, não justifica os desafios existentes na educação, mas sim, colabore na compreensão de responsabilidade, de cada instituição na vida das crianças: a escola e a família.

A educação dada pela família, é um desafio com bases culturais, os pais precisam admitir que são limitados à fraquezas emocionais. Não é fácil equilibrar afeto e limites.

Por acreditarem que os filhos tomarão os próprios rumos de suas vidas, deixam de determinar sua autoridade, fazendo com que seus filhos muitas vezes tornem-se crianças e adultos sem limites, indecisos, inseguros, sem saber lidar com frustrações. Ao mesmo tempo, que alguns pais são frágeis na educação dos filhos, outros são severos demais, agindo com agressividade sobre comportamento

exigido, sem ao menos sequer reconhecer os sucessos dos filhos. Por consequência, esses filhos apresentam baixa estima, mostrando-se rebeldes.

O comportamento dos pais e sua postura, trazem consequências relevantes na formação do caráter dos filhos.

Todas essas atitudes que acontecem na família, reflete no comportamento na escola, gerando conflitos e estranheza na relação da família e escola.

Todavia, o sucesso de um indivíduo depende da ação conjunta da escola e da família, tampouco se obtêm uma vida cheia de triunfos, se sua infância e adolescência não forem repletas de estímulos, regras e incentivos.

Professor? Encantos e desencantos? Muitos desafios percorrem a vida de um professor, muitas conquistas e momentos de realizações também. A relação escola e família pode ser considerada a trajetória mais difícil e mais mencionada entre os desafios, porém, para a realização profissional de um professor também cabem outros fatores relevantes, como, reconhecimento profissional, plano em sua carreira, salário, jornada de trabalho, formação continuada, estruturas físicas e de materiais favoráveis, etc.

Surgiu nas escolas a Hora Atividade e com ela muitos desafios. A Lei do Piso (11.738/2008) prevê que a jornada do magistério respeite a proporção máxima de dois terços da carga horária para o desempenho das atividades de interação com o educando e com um terço da jornada destinada a atribuições sem o educando.

Diante dessa lei, muitos municípios demoraram para cumprir a exigência da Hora Atividade por não conseguirem compensar a falta de professores, principalmente nas jornadas de 40 horas, por falta de profissionais suficientes para substituir o professor já, que antes ele ficava o dia todo em sala de aula, e depois da Lei ele passaria 13 horas desempenhando atividades sem o aluno e outra pessoa deveria estar em seu lugar.

Desencanto para o professor que tem esperança de um trabalho justo e compensador, diante de uma lei que o beneficia, mas ao contrário, retêm de outra maneira seu sonho, tendo que diminuir a qualidade de suas atividades, muitas vezes, pelo excesso de alunos em sala de aula.

Outra questão, é a meta número 1 do PNE que tem como objetivo universalizar, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade e ampliar a oferta em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos de idade (BRASIL, 2014).

Para o cumprimento dessa meta, é preciso também atender mais crianças que o indicado pelo padrão mínimo de qualidade, pois exigências são feitas pelos Governo Federal e Estado, porém não são remanejadas verbas suficientes para essa demanda, atingindo a qualidade do atendimento das instituições de Educação Infantil.

Para que uma criança cresça e se desenvolva de maneira satisfatória, é preciso investir em educação! E as instituições que favorecem essa educação precisam estar cientes da sua relevância na vida dessa criança. É preciso também que o poder público estimule para que a educação aconteça com qualidade, impulsionando os investimentos não só na educação, mas na saúde, entre outras, para que os envolvidos nessas ações possam se empenhar na execução de suas atividades.

A escola deve favorecer um ensino de qualidade para formar cidadãos ativos, críticos e pensantes na sociedade, a família, estabelecer uma educação que consiga disciplinar seus filhos para um futuro promissor e que respeitem o próximo. Juntas, essas duas instituições devem oferecer valores éticos e morais para formarem sujeitos que consigam impulsionar com sabedoria toda uma vida.

3.3 O trabalho profissional interdisciplinar na Educação Infantil

O termo interdisciplinar é um adjetivo que qualifica o que é comum a duas ou mais disciplinas ou outros ramos do conhecimento. Trata-se do processo de ligação entre as disciplinas, onde as aprendizagens são ampliadas (FRISON, 2012, p. 75).

Para Yared (2008, p.161) interdisciplinaridade etimologicamente, “[...] significa, em sentido geral, relação entre as disciplinas”.

No Brasil, a interdisciplinaridade deu início na década de 1960, e logo exerceu sua influência na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71. Desde então, sua inserção no cenário educacional brasileiro tem se intensificado, e recentemente, mais ainda, com a nova LDB nº 9.394/96 e também com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998). “Além de sua influência na legislação e nas propostas curriculares, a interdisciplinaridade ganhou forças nas escolas, principalmente nos discursos dos professores em todos os níveis de ensino” (SANTOS, 2010, p. 20).

Um planejamento interdisciplinar, na área pedagógica, é quando duas ou mais disciplinas relacionam seus conteúdos para aprofundar o conhecimento e levar dinâmica ao ensino. A relação entre os conteúdos disciplinares é a base para um ensino mais interessante, onde uma matéria auxilia a outra.

É relevante ressaltar, que a interdisciplinaridade presume um eixo integrador, devendo partir da necessidade da escola, dos professores e alunos, “de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que defina uma disciplina isolada e atraia a atenção de mais um olhar, talvez vários” (BRASIL, 2000, p. 3).

Diante disso, pode-se afirmar que a interdisciplinaridade é um conteúdo que é assimilado como uma maneira de trabalhar em sala de aula, no qual se sugere um tema com abordagens em diferentes disciplinas. É compreender, entender as parcelas de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento, transpondo algo inovador, expandir sabedorias, resgatar possibilidades e ultrapassar o pensar fragmentado. Pode-se afirmar, que “é a busca constante de investigação, na tentativa de superação” (FRISON, 2012, p. 75).

Interdisciplinaridade é uma interação envolvente e inovadora, pois, busca novas estratégias para a construção do conhecimento.

Interdisciplinaridade compreende a busca constante de novos caminhos, outras realidades, novos desafios, a ousadia da busca e do construir. Quando em uma sala de aula todos se encaixam num todo maior, ocorre o envolvimento expresso através do respeito e da responsabilidade, a obrigação é alternada pela satisfação, a arrogância pela humildade, a solidão pela cooperação, a especialização pela generalidade, o grupo homogêneo pelo heterogêneo, a reprodução pelo questionamento (SANTOS, 2010, p. 20).

Pode -se perceber, diante dessas reflexões, que a interdisciplinaridade facilita e cria uma confiabilidade do professor no trabalho do aluno e vice e versa, colaborando para uma maior participação dos alunos nas atividades e maior envolvimento do professor no processo de ensino e aprendizagem. Com essa proposta, surgem novos ideais deixando aquelas aulas tradicionais onde o ensino ficava centrado no professor, e os exercícios eram de fixação, gerando uma

metodologia centralizada nos interesses dos alunos, e o professor torna-se o facilitador e mediador da aprendizagem.

Na Educação Infantil os documentos que apontam metas de qualidade que pretendem contribuir para que as crianças tenham um desenvolvimento integral são os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), criados em consonância à inserção da Educação Infantil na Educação Básica e tem como objetivo auxiliar os profissionais na realização do trabalho diário junto com as crianças, considerando a fase transitória pela qual passam as creches e pré-escolas na busca por uma ação integrada que incorpore às atividades educativas aos cuidados essenciais.

Sobre a questão de como acontece o trabalho interdisciplinar na Educação Infantil, as participantes alegaram ter o apoio da fonoaudiologia, que além de orientar os professores sobre a estimulação precoce com as crianças para prevenir futuros problemas, orienta pais também, bem como, atende crianças que necessitam de tratamento e acompanhamento profissional. Faz parte também da educação duas psicólogas que orientam os professores, realizando um trabalho preventivo, e também, orientam grupos de crianças e pais, sem realizar atendimentos individuais e específicos, por conta de tamanha demanda, nesses casos as crianças que necessitam dessa particularidade, são transferidas para a saúde.

“[...] vou falar um pouco da nossa experiência, um trabalho com a questão da gestão escolar, da coordenação pedagógica, da atuação técnica fonoaudiológica e psicológica também, fazendo aí um trabalho de apoio ao docente, ao assistente educacional, para que ele sinta esse apoio nas dificuldades, nas suas vivências diárias da sua prática docente, e então esse trabalho tem o objetivo de apoiar esse profissional, [...] orientando a melhor forma dele atuar e principalmente, quando nós temos professores inexperientes ou as vezes experientes, mas porém, com alguns vícios assistencialistas” (Cássia).

“[...] temos a fono, que nos dá apoio, temos a psicóloga, temos também, os profissionais da saúde, que quando a gente precisa tem orientação, já tive até palestra com eles, [...]” (Micheli).

“[...] temos na Educação infantil creche, nós temos psicólogos, temos fono que sempre está indo pra escola dando orientações, resolvendo algumas coisas, algumas crianças que a gente vê que tem essa necessidade, [...] na creche temos a coordenadora pedagógica que também faz esse papel de estar indo na escola, de estar resolvendo, orientando, agora na parte da pré-escola temos também a fono, a psicóloga, coordenadora, mais aí nós temos [...] a informática, inglês e educação física” (Mariângela).

A parceria da educação e saúde foi considerada muito relevante entre as participantes, pois, sempre que necessário as profissionais da saúde orientam, fazem palestras e oferecem prioridades em consultas quando solicitadas com urgência.

As gestoras entendem também como trabalho interdisciplinar as aulas diversificadas que acontecem no currículo da pré-escola, com crianças de 4 e 5 anos de idade, que são: informática, educação física e inglês.

Em questão, sobre a necessidade da inserção de mais algum profissional na Educação Infantil, algumas respostas foram claras em dizer que não, pois o apoio que a educação do município recebe é suficiente, que ficar “misturando” profissionais não daria certo.

Outras, em contrapartida, assumem que falta melhorar muitos aspectos ainda, mesmo com tamanha evolução que a Educação Infantil teve, ainda tem vestígios assistencialistas, mas não cita os profissionais que possivelmente poderia colaborar com a educação.

A interdisciplinaridade pode acontecer de diversas maneiras, incluindo também um ou mais professores. O que importa, é abranger conteúdos diversos em um único planejamento ou atividade.

Por exemplo, na Educação Infantil principalmente na creche, não existe mais de um professor por disciplina, diante disso, o mesmo professor trabalha conteúdos diferentes. Em uma atividade planejada, a organização do espaço é relevante para o desempenho de uma aula dinâmica baseada na autonomia e na atenção individual de cada criança.

Esse envolvimento do professor com outras atividades, abrangendo várias disciplinas promove a indissociabilidade entre o educar e o cuidar, pois o profissional envolve conceitos de cuidados e de educação, formando crianças críticas e ativas.

Diante dos dados colhidos nas entrevistas, as participantes em sua maioria não acham necessário a inserção de outros profissionais na Educação Infantil.

Partindo do princípio, que a interdisciplinaridade enriquece o processo de ensino e aprendizado das crianças, existe a necessidade de intervenções pedagógicas de cunho interdisciplinar de diferentes níveis. Isso, porque há novidade nesse processo, criatividade, interesse, prazer na produção de conhecimento, bem como, há sistematização, compromisso e conservação das experiências passadas. Busca-se novos caminhos, outras realidades, novos desafios, a ousadia da busca e do construir.

Neste sentido, os professores precisam ampliar seus limites de mundo em seu planejamento e extrapolar na criatividade diante da execução das atividades, ultrapassando as fronteiras da sala de aula, criando um espaço acolhedor e ao mesmo tempo investigativo, a partir dessa tomada de consciência, surge a necessidade de emancipação que se interpreta com a realização da prática profissional e o contexto social amplo em constante transformação. Esses fatores ampliam e facilitam o aprendizado da criança, fazendo com que ela aprenda de maneira crítica e satisfatória, abrangendo os padrões de qualidade, bem como, respeitando as particularidades de sua faixa etária.

CONSIDERAÇÕES

O tema Educação Infantil é um assunto que vem sendo muito refletido entre os meios educacionais e governamentais, pois foi contemplado com inúmeras reformulações, necessitando de alterações pertinentes e constantes.

Contudo, tornou-se fundamental uma permanente discussão com efetivas ações profissionais do trabalho com estas instituições da primeira etapa da educação básica na sociedade e na vida de uma criança.

A pesquisa sobre a indissociabilidade do cuidar e educar como concepção idealizada para o ensino nas instituições de Educação Infantil, não tem como anseio apresentar conclusões. Tendo em vista a relevância do tema e os indicadores da análise que surgiram após a pesquisa, não cabe concluí-la, ao contrário, remete à realização de outras pesquisas vinculadas ao objeto de estudo em questão.

A Educação Infantil vem passando por transformações ao longo de sua história, marcando sua trajetória por lutas sociais e conquistas por um espaço educativo que atenda as especificidades e particularidades do desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos de idade. Estudos sobre essa etapa de ensino tem possibilitado diversas discussões, devido a sua abrangência nos assuntos relacionados à família, à gestão democrática, formação dos profissionais, às condições de trabalho, ao atendimento de qualidade, dentre outras.

A investigação trouxe reflexões acerca do trabalho na Educação Infantil que está sendo consolidado pelos municípios, previstos na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, conforme o artigo 11 que garante a oferta de creches e pré-escolas e no artigo 29 que assegura o atendimento da Educação Infantil na primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade.

Durante o percurso da pesquisa, houve a percepção de que os participantes têm conhecimento sobre a relevância do cuidar e educar acontecerem de maneira intrínseca na Educação Infantil. Diante disso, sabe-se a relevância do constante investimento por parte dos municípios e do Estado em formação para os professores, pois, os profissionais precisam estudar de maneira progressiva e continuada, obtendo conhecimento de acordo com que as mudanças e evoluções que ocorrem, para que consigam realizar um processo de ensino de qualidade.

Pode-se afirmar que diante de ações assistencialistas que foram construídas historicamente, mas ainda hoje existentes, significa que a equipe escolar talvez não tenha conseguido se incluir totalmente no sistema educacional, apenas cuidando das crianças como acontecia no passado, sem levar em consideração o processo educacional nas práticas pedagógicas e no cotidiano das instituições de Educação Infantil.

Observou-se também nesta pesquisa, que os professores e gestores, ainda acreditam que a família não é parceira da escola, não dando a devida importância para a vida escolar do filho na Educação Infantil. Vários fatores podem justificar essa falta de participação dos pais ou responsáveis nos assuntos escolares dos filhos, como por exemplo, a concepção histórica de que a escola é auto suficiente no ensino da criança, bem como, o cultivo da cultura de não participação dos pais principalmente na Educação Infantil, sustentado pela visão assistencialista de que creche só cuida e que para isso não precisa da família, não necessita estar presente na escola.

A parceria da escola e família torna-se fundamental para um novo modelo de organização e gestão da escola, incluindo a gestão democrática como referência da participação não só da família nos assuntos escolares dos filhos, mas também, toda a comunidade. Essa nova prática de inserção da comunidade e família na gestão da escola, tem como objetivo descentralizar a direção em uma só pessoa, estendendo-se para a participação efetiva de vários segmentos da comunidade escolar, como pais, alunos, professores e funcionários.

A gestão democrática está amplamente amparada pelas legislações brasileira. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206 inciso VI traz a gestão democrática no ensino público como um dos princípios para a educação brasileira, bem como, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 3. O Plano Nacional de Educação (PNE) também defende em sua meta 19 a gestão democrática como um dos princípios constitucionais garantidos ao ensino público.

Dada a devida relevância, cabe a escola transformar seu espaço em um ambiente acolhedor e participativo, quebrando o paradigma de que a família não deve se envolver em assuntos da escola. Compreender a família nos assuntos escolares, faz com que a escola compartilhe sua responsabilidade facilitando a resolução de problemas e compartilhando assim, a responsabilidade nos conflitos existentes.

Neste sentido, a escola não pode mais ser uma instituição isolada, inacessível e auto-suficiente, isso porque, a realidade atual, demanda um trabalho coletivo, integrado com a comunidade, compartilhando suas funções e responsabilidades.

Outra questão que se constatou na pesquisa, foi a opinião dos gestores sobre o seu papel na gestão da escola. Compreende-se que são inúmeras as funções de um gestor, desde a manutenção da escola até o acompanhamento pedagógico das atividades planejadas pelos professores. Por isso, muitas vezes, algumas tarefas não conseguem ser cumpridas pelo gestor, devido ao seu grande conjunto de responsabilidades.

A escola por sua vez, tem um relevante papel na formação do cidadão, contribuindo e incentivando para que ele seja crítico, reflexivo e participativo nas decisões coletivas. E ainda, um espaço que desenvolve a autonomia e independência.

A Educação Infantil, conseqüentemente, cumpre seu papel no ensino de crianças, considerada como sujeito histórico, necessitando de estimulação adequada devido a sua faixa etária, que requer atenção por causa de suas peculiaridades.

Mesmo que a situação da Educação Infantil no Brasil tenha evoluído de maneira considerável, é preciso a continuidade da mobilização da sociedade por garantia de direitos constantes. Neste sentido, os gestores escolares tornam-se mediadores para que aconteça a proteção de direitos essenciais.

Fez-se necessário também, definir os papeis da escola e da família, ambas como instituições que possibilitem o desenvolvimento e a cidadania das pessoas.

A reflexão final, que conseqüentemente poderá expandir-se em argumentos futuros, determina a relevância da escola como ambiente de construção de conhecimento, principalmente a escola de Educação Infantil, onde a criança inicia sua vida escolar. Considerar a infância como etapa relevante na vida de uma pessoa, faz com que se priorizem suas particularidades e especificidades do desenvolvimento físico e intelectual. A criança na Educação Infantil tem a oportunidade de obter sucesso no seu processo de ensino e aprendizagem, se os atores envolvidos em sua instrução tiverem a consciência de oferecer uma estimulação adequada que definirá uma prática de qualidade. E para que esse exercício aconteça com a utópica qualidade, é preciso que os órgãos públicos invistam recursos financeiros suficientes para que as escolas funcionem de maneira

integral e com suficiência de materiais, ambientes adequados e com valorização de carreira de seus profissionais. Somente assim, a sociedade poderá contar com cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, participando na construção da cidadania.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, M. (Org.). **Educação Infantil**: da condição de direito à condição no atendimento. Campinas: Alínea, 2009.

_____. (Org.). **Educação Infantil**: Para quê, Para quem e Por quê? Campinas: Alínea, 2006.

_____. **O trabalho Docente na Pré-Escola** - Revistando teorias, descortinando práticas. São Paulo: Pioneira Educação, 2003.

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. 2 Ed. São Paulo: Moderna, 1996.

_____. **História da educação**. 4 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARANTES, E. M. M. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças**. São Paulo: Cortez, 2011.

ARENDT, H. **A condição humana**. 11 ed. Roberto Raposo (trad.). Rio de Janeiro: Forense Ltda, 2014.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução: Dora Flaksman, Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Grupo A, 2008.

BAROUKH, J. A. (Coord.). **Interações**: onde está a arte na infância? São Paulo: Blucher, 2012.

_____. (Coord.). **Interações**: ser professor de bebês- cuidar, educar e brincar, uma única ação. São Paulo: Blucher, 2012.

BARROCO, M. L. S. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQ0Gyz6x815V3u07yLJ.pdf>>. Acesso em: 13 de jan. 2018.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de Pesquisa**: Propostas metodológicas. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. **Infância, educação e direitos humanos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 46 ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.

_____. Constituição Federal 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: versão atualizada até a Emenda n.91/2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 de nov. 2017.

_____.; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o estatuto da criança e adolescente**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 23 de nov. 2017.

_____.; Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 23 de nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____.; Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/ SEB/ DICEI, 2013.

_____.; Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

_____.; Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília, 2006.

_____.; Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. (MEC/ SASE), 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 5 de maio 2018.

_____.; Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/ SEF, v. 1, 2001.

_____.; Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/ SEF, v. 2, 2001.

_____.; Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/ SEF, v. 3, 2001.

_____. **Sinopse Estatística do Professor da Educação Básica**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano- compaixão pela terra**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURGUIGNON, J. A. **O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais**. Revista Emancipação,UEPG,2006. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71/69>. Acesso em: 02 de set. de 2017.

_____. **A particularidade Histórica da Pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2008.

BUENO, A. M. O.; PEREIRA, E. K. R. O. Educação, escola e didática: uma análise dos conceitos das alunas do curso de pedagogia do terceiro ano-UEL. In: II JORNADA DE DIDÁTICA E I SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CEMAD: DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CAMINHOS PARA UMA PRÁXIS TRANSFORMADORA, 2., 2013, Londrina. **Anais** da II Jornada de Didática e I Seminário de Pesquisa do CEMAD - Docência na Educação Superior: Caminhos para uma práxis transformadora. Londrina: Ed. Universidade Estadual de Londrina, 2013. p. 349-362.

_____. **Educar e Cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil**.IN: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Departamento de Política Educacional, Coordenação de Educação Infantil. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais da criança**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1995.

CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. Tradução: Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

COSTA, E. L. **RCNEI Educação Infantil**. Portal da Educação. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/rcnei-educacao-infantil/16040>>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. **Qualidade da educação da primeira infância**: perspectiva pós-moderna. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DUARTE, B. S.; BATISTA, C. V. M. **Desenvolvimento infantil**: Importância das atividades Operacionais na Educação Infantil, In: Semana de Educação, 16.; Simpósio de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, 6., 2015. p. 292-306.

DUARTE, L. F. **Desafios e legislações na educação infantil**, In: ANPED SUL, 9.; Seminário de Pesquisa em educação da região sul, 2012.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças**. São Paulo: Cortez, 2011. cap. 1, p. 33- 96.

FARIA, V.; SALLES, L. B. **Currículo na educação infantil**: disciplinas, projetos e práticas pedagógicas. São Paulo: Ática, 2012.

FAZENDA, I. (Org). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. 4.ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, H. C. L. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. Educação e Sociedade, v. 28, n.100, p. 1203-1230, out. 2007.

FRIEDMANN, A. **O brincar na educação infantil**: observação, adequação e inclusão. São Paulo: Moderna, 2012.

FRISON, M. D. et al. **Interdisciplinaridade no ambiente escolar**. In: Nono ANPED SUL. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Filosofia e história da educação brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOLO, J. **A educação a distância e a formação de professores**. Educ. Soc., Campinas, Vol. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./ dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 11 de jun 2018.

GOLDSCHMIED, E.; JACKSON, S. **Educação de 0 a 3: o atendimento em creche**. Tradução: Marlon Xavier, Porto Alegre: 2006.

GRACINDO, R. V. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

HOFFMANN, J. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **Mapas Individuais das Regiões administrativas e Metropolitanas**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/colina/panorama>>. Acesso em: 25 de jun. 2017.

JOSÉ FILHO, M.; DALBERIO, O. (Orgs.). **Desafios da pesquisa**. Franca: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - FHDSS, 2006.

JUNQUEIRA FILHO, G. A. **Seleção e articulação de conteúdos em educação infantil no Brasil: da negação a busca da produção de sentido**. In.: Revista Ciências e Letras, n. 36, p. 105-127, jul./dez. 2004.

KISHIMOTO, T. M. **O sentido da profissionalidade para o educador da infância**. In: Raquel Lazzarini Leite Barbosa (Org.). Trajetórias e perspectivas de formação de educadores. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004, v. 1, p. 329-345.

KRAMER, S. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental**. Educ. Soc. Campinas, vol.27, n. 96- Especial, p. 797-818, out. 2006.

_____. **Currículo de educação infantil e a Formação dos profissionais de Creche e pré-escola: Questões teóricas e polêmicas**. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. SEF/DPE/ COEDI. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília, 1994.

KUHLMAN JÚNIOR, M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

_____. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista brasileira de educação**, São Paulo, n 14, p. 5-19, mai./ jun./ago. 2000.

MENDE'S, S. L. **Tecendo a história das instituições no Brasil infantil**. Natal: Saberes, v. 1, n. 1, p. 94-100, fev. 2015.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **Dia nacional da família na escola**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira. Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001.

Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/dia-nacional-da-familia-na-escola/>>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

MYNAYO, M. C. de S. et al (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

NASCIMENTO, M. R. P. A família numa perspectiva histórica e legislativa. In: Congresso Internacional da Faculdades EST, 2., 2014, São Leopoldo. **Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST**. São Leopoldo: Faculdades EST, 2014. v.2. p. 1869-1885

NICOLIELO, B. **Magistério: 2020 é o prazo final**. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/150/magisterio-2020-prazo-final>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

NOGUEIRA, Fernanda Andrade Costa; PARREIRA, Lúcia Aparecida. Família e escola uma ação dialógica. In: PARREIRA, Lúcia Aparecida; PIANA, Maria Cristina (Org.). **Famílias: gêneses, transformações e perspectivas**. Barretos, Gráfica e Brindes Barretos, 2013. Cap. 6, p. 112- 126.

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na constituição federal e na LDB**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. (Org.). **O trabalho do professor na educação infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.

PARREIRA, L. A. **Famílias e Educação: parceiras?** 2013.124 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

_____.; PIANA, M. C. (Org.). **Famílias: gêneses, transformações e perspectivas**. Barretos: Gráfica e Brindes Barretos, 2013.

PARREIRAS, N. **Do ventre ao colo, do som a literatura: livros para bebês e crianças**. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

PEROZA, M. A. R.; MARTINS, P. L. O. A formação de professores para a educação infantil no limiar dos vinte anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 50, p. 809-829, out./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/2860/2782>>. Acesso em: 12 de mar. 2018.

PINTO, A. **Cadê? Achou! Educar, cuidar e brincar na ação pedagógica da creche**. Curitiba: Positivo, 2018.

PRADO, D. **O que é família**. E Book. São Paulo: brasiliense, 2017. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=bmkvDwAAQBAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PT2>. Acesso em: 10 de fev. 2018.

PRATES, J. C. O método Marxiano de investigação e o enfoque misto da pesquisa social: uma relação necessária. **Rev. Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 11, n.1, p.116-128, jan./ jul. 2012. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf Acesso em: 28 de ago. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINA. Disponível em <<http://www.colina.sp.org.br/>>. Acesso em: 25 de ago. 2017.

PRIORE, M. D. **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2014.

_____.; PILOTTI, F. (Org.) **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZO, G. **Creche**: organização, currículo, montagem e funcionamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROCHA, Arlindo Nascimento. **Conceitos centrais das teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon**. 2014. Disponível em: <<http://docenteinovador.blogspot.com.br/2014/11/conceitos-centrais-da-teorias-de-piaget.html>>. Acesso em: 2 de fev. 2018.

ROSEMBERG, F. **Expansão da educação infantil e processos de exclusão**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 107, p. 7-40, jul. 1999.

_____.; Educação Infantil pós FUNDEB: avanços e tensões. In: Seminário Educar na Infância, 2007, Curitiba. **Anais** do Seminário Educar na Infância. Curitiba, 2007, p. 1-15.

SALLA, F. O conceito de afetividade de Henri Wallon. **Revista Nova Escola**, São Paulo, out. 2011. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/264/0-conceito-de-afetividade-de-henri-wallon>>. Acesso em: 20 de mar. de 2018.

SANTOS, M. **S.A interdisciplinaridade na Educação Infantil**. 2010. 40f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia). Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena- ISE, Alta Floresta, 2010.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

_____. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. **Sobre a natureza e especificidade da Educação**. In: Comunicação apresentada na mesa redonda "Natureza e especificidade da educação. Brasília, INEP, ano 3, n. 22, jul/ago. 1984. Disponível em: <<http://ifibe.edu.br/arq/20150911214634120944442.pdf>>. Acesso em: 5 de abril de 2018.

SÁTIRO, A. **Brincar de pensar: com crianças de 3 e 4 anos**. Tradução: Romina Amorebieta, São Paulo: Ática, 2012.

SEMINÁRIO EDUCAR NA INFÂNCIA, 2007, Curitiba. Anais Educação Infantil pós FUNDEB: avanços e tensões, 2007. 15 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino, aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

VASCONCELLOS, M. F. B. **As fases do desenvolvimento da criança de 0 a 06 anos**. Minas Gerais. 2005. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/fases-desenvolvimento-crianca/fases-desenvolvimento-crianca.shtml>. Acesso em: 3 de dez. 2017.

VIDAL, D. G. **Escola Nova e processo educativo**. In: 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª. Ed., 2003

VIEIRA, L. M. F.; MESQUITA, A.; PINTO, M.; BATISTA, C.; RAGO, D. **Trabalho e emprego na educação infantil em Belo Horizonte: relatório de pesquisa**. Belo Horizonte: UFMG (Bolsa de Pesquisa PROBIC-FAPEMIG), jul. 2009. 60 p. (mimeo)

_____.; SILVA, Carla F. F. **Políticas municipais de educação infantil: o que dizem as pesquisas na Universidade**. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte: UFMG (Bolsa de Pesquisa FUNDEP-SANTANDER), ago. 2009. 70 p. (mimeo)

_____.; SOUZA, G. **Trabalho e emprego na educação infantil no Brasil: segmentações**. Educar em revista, Curitiba, n especial 1, p. 119-139, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução. José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WALDOW, V. R.; BORGES, R. F. **Cuidar e humanizar: relações e significados**. Acta paul. enferm. vol. 24, nº 3: São Paulo, 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002011000300017>. Acesso em: 13 de jan. 2018.

WALLON, H. **As origens do caráter**. Tradução. Heloyza Dantas de Souza Pinto. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

YARED, I. O que é interdisciplinaridade? In: FAZENDA, Ivani. **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

YOUNG, M. E.; R., L. M. **Desenvolvimento da Primeira Infância**: da avaliação à ação. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil**. Tradução: Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed: 1998.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdades de Ciências Humanas e Sociais
Campus Franca

DECLARAÇÃO

APÊNDICE A – Autorização das entrevistas na Escola “Vereador José Ângelo de Souza”

Declaro, para os devidos fins, que a pesquisadora ANA LUCIA GOMES ESTEFANI, RG. 40.981.255-9, está autorizada a realizar pesquisa cujo o título: O trabalho pedagógico na concepção do cuidar e educar: desafios e perspectivas na Educação Infantil no município de Colina/ SP, na unidade de Educação Infantil “Vereador José Ângelo de Souza”.

Colina, 11 de setembro de 2017

Elizabete Milani Neme
Professor Coordenador
Resp.Exp.Secretaria M. Educação e Cultura
RG 16.375.970-4 SSP/SP



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
 “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
 Faculdades de Ciências Humanas e Sociais
 Campus Franca

APÊNDICE B- Termo de Consentimento Livre E Esclarecido

Nome do Sujeito da Pesquisa: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa “**O trabalho pedagógico na concepção do Cuidar e Educar: desafios e perspectivas na Educação Infantil do município de Colina/SP**”, da mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, sob a orientação da **Profª Dra. Maria Cristina Piana**.

Fui informado (a) que a pesquisa tem como **objetivo** refletir sobre a visão docente da indissociabilidade entre o cuidar e o educar na Educação Infantil.

Os **sujeitos** da pesquisa compreendem os professores e o gestor (a) da E.M.E.I. Vereador José Ângelo de Souza, bem como, Secretária da Educação e Coordenadora Pedagógica.

Sei que tenho a liberdade de recusar a participar da pesquisa e deixá-la a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para a minha vida pessoal e profissional. Fui também esclarecido (a) que meu nome não será divulgado nos resultados da pesquisa, referenciadas no trabalho com nomes fictícios – previsão de entrega e defesa da Tese no 1º semestre de 2018.

Estou ciente dos objetivos da pesquisa e firmo o presente.

Colina, 4 de maio de 2018

 Assinatura do entrevistado (a)

Pesquisadora: Ana Lucia Gomes Estefani
 Mestranda em Serviço Social – UNESP- Campus de Franca /SP
 Diretora de Educação Infantil de Colina/SP
 Caso deseje maiores esclarecimentos segue o telefone abaixo:
 (17) 991012778- E- mail: analucia182@bol.com.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
 “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
 Faculdades de Ciências Humanas e Sociais
 Campus Franca

APÊNDICE C - Formulário da entrevista aos participantes da pesquisa.

Identificação Pessoal

Nome: _____
 Idade: _____ Gênero: () Feminino () Masculino
 Estado Civil: _____
 Cidade: _____
 Filhos: () sim () não Quantos: _____

Formação

Magistério: () sim () não
 Ensino Superior – 1ª Licenciatura () sim () não Qual: _____
 () Presencial () Distância () Instituição Pública () Privada
 2ª Licenciatura () sim () não Qual: _____
 () Presencial () Distância () Instituição Pública () Privada

Aperfeiçoamento: () sim () não
 Especialização: () sim () não Quantas: _____
 Mestrado: () sim () não Em que
 área: _____
 Doutorado: () sim () não Em que
 área: _____

Cargo efetivo: () sim () não
 Função Designada () sim () não Qual: _____



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdades de Ciências Humanas e Sociais
Campus Franca

APÊNDICE D- Roteiro da entrevista aos participantes da pesquisa: gestores

- 1- Qual o trabalho que desenvolve como gestor (a)?
- 2- Qual a sua opinião sobre a Educação Infantil hoje?
- 3- Como você entende o educar e o cuidar na Educação Infantil?
- 4- Existe uma equipe interdisciplinar na Educação Infantil? Como é o trabalho?
- 5- Qual a sua visão sobre escola e família na Educação Infantil?



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdades de Ciências Humanas e Sociais
Campus Franca

APÊNDICE E- Roteiro da entrevista aos participantes da pesquisa: professores

- 1- O que significa para você ser professor (a) de Educação Infantil?
- 2- Como você vê o educar e o cuidar na Educação Infantil?
- 3- Qual a sua opinião sobre a Educação Infantil hoje?
- 4- Como você vê a formação para os profissionais de Educação Infantil oferecida pelo município de Colina?
- 5- Qual a sua visão sobre a relação escola e família na Educação Infantil?

ANEXO

ANEXO 1: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: O trabalho pedagógico na concepção do cuidar e educar: desafios e perspectivas na Educação Infantil

Pesquisador: ANA LUCIA GOMES ESTEFANI

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 77639117.7.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.460.216

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de acordo com normas científicas.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos estão explícitos e são passíveis de execução.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos foram considerados pela pesquisadora, de modo a preservar os sujeitos da pesquisa; da mesma forma, os benefícios foram colocados também.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

--

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados de modo satisfatório

Recomendações:

--

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

--

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 2.460.216

Considerações Finais a critério do CEP:

A coordenadora aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1002746.pdf	03/01/2018 11:01:25		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCL.pdf	28/11/2017 10:59:52	ANA LUCIA GOMES ESTEFANI	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	28/11/2017 10:59:28	ANA LUCIA GOMES ESTEFANI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetofinalpdf.pdf	26/09/2017 19:20:18	ANA LUCIA GOMES ESTEFANI	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	mariaaparecida.pdf	26/09/2017 19:15:49	ANA LUCIA GOMES ESTEFANI	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	lupercio.pdf	26/09/2017 19:14:57	ANA LUCIA GOMES ESTEFANI	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	keila.pdf	26/09/2017 19:14:36	ANA LUCIA GOMES ESTEFANI	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	joseangelo.pdf	26/09/2017 19:13:20	ANA LUCIA GOMES ESTEFANI	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	adercia.pdf	26/09/2017 19:12:57	ANA LUCIA GOMES ESTEFANI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 2.460.216

FRANCA, 04 de Janeiro de 2018

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia CEP: 14.409-160
UF: SP Município: FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 Fax: (16)3706-8724 E-mail: comiteetica@franca.unesp.br